

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,  
REALIZADA NO DIA VINTE DE JUNHO DE 2006.** -----

----- **ACTA NÚMERO TREZE** -----

----- No dia 20 de Junho de 2006, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do Senhor Primeiro Secretário, Excelentíssimo Senhor Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas, no impedimento da Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Manuel Marques da Silva, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D`Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Rosa do Egipto, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da

Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Sílvia Cristóvão Claro, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Sílvia Alexandra Fragoso Fernandes Ferreira Mota Lopes, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Carlos Alberto Rebelo Costa, Carlos Manuel Cardoso da Silva, Alexandre Frank, José Luís Borges da Silva, Ana Patrícia Lamy e Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Faltaram à reunião os Seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado da Silva Preto, Carlos Filipe Marques Lima, David Alexandre Ribeiro Valente, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, João Miguel Martins Ferreira, José Maria Ribeiro Rodrigues e Pedro Miguel Santos de Sampaio Nunes. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Paula Teixeira da Cruz (PSD), Presidente da Assembleia Municipal, por um dia, tendo sido substituída na Presidência da Mesa pelo Primeiro Secretário e no Plenário pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Patrícia Lamy. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por 2 dias, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- Ana Isabel Drago Lobato (BE), por 90 dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Duarte Mata. -----

----- Duarte D'Araújo Jorge Cardoso da Mata (BE), por 90 dias, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lídia Canha Fernandes. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco Xavier, por Alexandre Frank. -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- José Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Ermelinda Lopes da Rocha Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Matos Alves. -----

----- Maria de Lurdes Pinheiro (PCP), Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, por Carlos Manuel Cardoso da Silva. -----

----- Carlos Filipe Marques Lima (PCP), Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, que não foi substituído. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente em exercício** declarou aberta a reunião. -----

----- Leu o seguinte requerimento, apresentado pelo Deputado Municipal Duarte Mata -

----- “ Eu, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, venho por este meio solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> a suspensão do meu mandato como Deputado do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Lisboa, por um período de noventa dias. Esta minha suspensão é solicitada por motivos profissionais.” -----

----- De seguida deu início ao período de intervenção do público. -----

### ----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Artur do Patrocínio Palácios**, morador na Av. de Ceuta Norte, Quinta do Loureiro, lote 7 – 5ºB, 1300-140 Lisboa, solicitou ao Senhor Presidente em exercício o favor de mandar ler a sua exposição, porque sendo invisual não o podia fazer, tendo então o Senhor Primeiro Secretário procedido à leitura da referida exposição, com o seguinte teor: -----

----- “Exm.<sup>a</sup> Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa -----

----- Exm.ºs Senhores Deputados -----

----- Exm.º Público -----

----- Em primeiro lugar queria agradecer à Senhora Presidente a prontidão da informação que me enviou sobre a minha intervenção do dia 30 de Maio de 2006. -----

----- Excelência: -----

----- Queria informar a Assembleia que mais uma vez o Senhor Presidente da CML, Carmona Rodrigues, fez “orelhas moucas” das nossas justas reivindicações. -----

----- Continuamos a não ter um balcão dos correios, um Multibanco, uma farmácia, uma mercearia, talho, lugar de frutas e hortaliças e um posto médico que nos tiraram e entregaram à Santa Casa da Misericórdia, que não veio resolver o nosso problema, por isso continuamos a deslocar ao Posto 19 na Rua do Patrocínio, em Campo de Ourique, perto do Café Canas. -----

----- Agora querem-nos tirar o pavilhão e colocá-lo no Restelo, como recentemente nos foi informado pelo Sr. Vereador Pedro Feist, com a argumentação que vão fazer nesse local a nova ETAR, porque a velha vai ser enterrada, segundo me disse o Senhor Presidente da Junta. -----

----- Já foi provado pelos técnicos do ambiente que nem a ETAR pode ser enterrada, porque passa um rio ao lado, nem o gimnodesportivo prejudica a ETAR, pelo contrário, o pavilhão é que vai beneficiar com a energia fornecida pela central, ficando com águas quentes a preço zero. Com as novas tecnologias, a ETAR reduz o espaço e não alarga. -

----- O pavilhão, que já teve duas datas marcadas naquele local, confirmado pela Vereadora Helena Lopes da Costa na Assembleia Municipal em 18 de Novembro de 2003 aos Deputados que em Março de 2004 este ficaria pronto. O Senhor Presidente da CML, Carmona Rodrigues, em ofício enviado através do Vereador responsável pelo pelouro do desporto, disse que não era em Março de 2004 mas em Março de 2005, visto todos os obstáculos já estarem resolvidos. -----

----- Ora, já estamos em Junho de 2006 e nem a ETAR que continua a envenenar-nos está em condições nem o pavilhão foi montado, estando a apodrecer. -----

----- Como se sabe, o pavilhão foi financiado pela U.E. e CML por se tratar de equipamento integrado no plano de reconversão do Casal Ventoso. Apesar das promessas nada aconteceu e viemos a saber que todo o material do pavilhão estava armazenado em Espanha. -----

----- O pavilhão foi financiado para beneficiar esta zona tão carente de equipamentos e para servir os ex-moradores do Casal Ventoso agora a habitar na Avenida de Ceuta Norte. -----

----- A CML tem que montar já o pavilhão que é nosso e resolver a curto prazo o problema da ETAR que é da inteira responsabilidade do Senhor Presidente da CML. ---

----- Os moradores consideram que quinze dias a um mês é tempo suficiente para os senhores responderem positivamente às nossas reivindicações, reservando-se no direito de mover um processo contra a CML e informar a Comissão Europeia de todo o processo que se tem passado de 2001 até à presente data, enviando todos os documentos comprometedores, com todas as cópias das cartas enviadas à CML, intervenções dos moradores e as respostas dos responsáveis, os subterfúgios, as mentiras e as promessas feitas, que são bem claras. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados -----

----- Não estou a fazer ameaças nem tão pouco a mendigar mas sim constatar factos e exigir o que temos direito. Depois de tantas promessas e mentiras termino dizendo: Já basta senhores responsáveis da CML, o que é demais é moléstia. -----

----- Agradeço a vossa atenção -----

----- Artur Palácios, reformado -----

----- Nasci em 9 de Setembro de 1935 e faço ginástica de manutenção na rua, como os meus vizinhos, porque não temos um ginásio.” -----

----- **A Sr.ª. Maria Nazaré Machado Lopes**, moradora no Bairro Padre Cruz, Rua Rio Tâmega, nº13, 1600-740 Lisboa, leu a seguinte intervenção: -----

----- “Eu, Maria Nazaré Machado Alves, residente na Rua Rio Tâmega nº13, Bairro Padre Cruz – Lisboa, venho por este meio solicitar a sua ajuda para o seguinte assunto delicado que ando a passar e passo a citar: -----

----- Habito nesta residência há cerca de 35 anos e há uns anos para cá, propriamente desde o ano 2000, que tenho sentido na pele várias agressões físicas e verbais. Este ano, por motivos de saúde, ausentei-me da minha casa e quando regresssei, qual foi o meu espanto, encontrei a minha casa danificada com uma inundação, da qual tenho algumas divisões danificadas, por conseguinte várias peças de mobiliário, porque a tubagem dos quintais foi fechada pela pessoa que mora na mesma rua, no nº15. Chamei várias vezes os bombeiros para que a água fosse tirada. -----

----- Participei ao Gabinete da Habitação (Gebalis), para me solucionar o problema, mas até hoje o problema persiste. Agradecia que me solucionasse o problema, atendendo à sua boa vontade, já que não quero passar o Inverno com uma piscina na minha casa em vez do meu quintal. -----

----- Sem mais assunto, agradeço o seu cuidado ao meu caso.” -----

----- **O Sr. Carlos Frederico Rodrigues Palminha**, morador na Rua André Vidal de Negreiros, lote 12 – R/C, 1900-620 Lisboa, começou por agradecer a todos os Deputados Municipais e todos os moradores que tinham ajudado os moradores do Bairro das Amendoeiras e do Bairro dos Lóios na sua luta pelas habitações contra um senhorio chamado Fundação D. Pedro IV. Em seu nome e em nome dos moradores do Bairro das Amendoeiras, o muito obrigado a todos os que estiveram ao seu lado. -----

----- Vinha também informar a Assembleia sobre decisões tomadas pelo Governo, que iriam envolver também precisamente a Assembleia. -----

----- Como alguns Deputados Municipais sabiam, porque tinham acompanhado o caso, os moradores tiveram uma reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território, no dia 6, tendo sido transmitido que o contrato estabelecido entre o IGAPHE e a Fundação D. Pedro IV em relação aos 1400 fogos em Chelas, o auto de cessão era demasiado vago e não salvaguardava o interesse público. Perante isso, o Governo decidira constituir uma comissão que iria proceder a alterações a esse auto de cessão. Dessa comissão iriam fazer parte dois representantes dos moradores do Bairro das Amendoeiras, dois representantes dos moradores do Bairro dos Lóios, um representante da CML, o Presidente da Junta de Freguesia de Marvila e um elemento de cada partido com assento na Assembleia Municipal. Essa comissão, que iria trabalhar em conjunto, activamente, para proceder a alterações a esse auto de cessão, tinha um prazo dado pelo Senhor Secretário de Estado, final de Julho, para proceder às respectivas alterações, que seriam impostas à Fundação D. Pedro IV. -----

----- Em relação à comissão de acompanhamento já existente na Assembleia Municipal, gostava de questionar se já teria chegado a algumas conclusões, se iria ou não elaborar um relatório e qual o futuro dessa comissão. Sabia-se que tinha vindo a desenvolver um bom trabalho, em conjunto também com os moradores, mas gostaria que chegasse a algumas conclusões rapidamente, porque o problema já tinha um ano e, estar mais um ano à espera de conclusões, iriam morrer mais 10 pessoas, como já tinham morrido até agora. -----

----- Tinha havido uma decisão da Assembleia a interceder perante o Governo para que o património voltasse para o Estado e quando se falava em Estado não era necessariamente só o Governo Central, o Estado era o Governo Central, os moradores, a Câmara Municipal de Lisboa, a Assembleia e as Freguesia. Portanto, desejava saber o que foi feito nesse contexto de interceder perante o Governo para que o património voltasse à esfera do Estado. -----

----- Lembrou a Assembleia que o problema em Chelas subsistia, porque, apesar disso tudo, continuavam com um senhorio que agia à margem da lei e as pessoas estavam angustiadas, estavam desesperadas e com insónias devido a problemas causados pelo senhorio, uma Fundação que já demonstrara que não tinha perfil para gerir o património em questão, uma Fundação que era defendida por muitos interesses, quer imobiliários, quer políticos no País e isso tinha que ser dito publicamente porque havia pareceres de altas individualidades do Estado a favor da Fundação D. Pedro IV, e a Assembleia Municipal era o local certo para se fazerem essas denúncias. -----

----- Mas desejava referir a todos os partidos com assento na Assembleia Municipal, sem excepção, que este era um problema apartidário, era um problema das pessoas, dos cidadãos, não era um problema do partido A ou do partido B. Portanto apelava a todos os partidos no sentido da sua responsabilidade democrática. Errar todos erravam na vida, portanto o seu apelo era que corrigissem os erros e consensualizassem uma solução, porque as pessoas estavam há um ano com este problema às costas. Estavam a falar de 1.400 fogos, provavelmente 4.000 a 5.000 munícipes. -----

----- Terminou dizendo que os moradores iriam continuar a resistir, iriam continuar a sua luta, porque era uma luta justa, era uma causa justa, uma causa nobre. -----

----- **O Sr. Humberto Norton da Costa**, com o endereço EC-GIL apartado 11099, 1991-901 Lisboa, falando em nome do Agrupamento de Munícipes AMA-Lisboa, começou por se referir à questão do tempo de intervenção atribuído a cada munícipe dizendo que sabia que estava em revisão o Regimento e que seria bom que ele fosse mudado para melhor na questão da intervenção dos munícipes, porque para pior já bastava assim. É que não havia tolerância para os munícipes mas aos Senhores Deputados Municipais a Mesa tolerava tudo. -----

----- Disse, depois, que às vezes se deslocava de noite ao aeroporto, pela Av. Gago Coutinho, e verificava que havia lá certos repuxos, da responsabilidade da Câmara, que deitavam água até mais não inundando a via, pelo que seria bom que a Câmara tivesse cuidado com isso porque importava poupar água, tanto mais que isso não acontecia só ali, era generalizado. -----

----- Ainda sobre repuxos referiu que se encontrara com o Sr. Vereador António Prôa, aquando da conferência de imprensa dada pelo Sr. Eng.º Francisco Ferreira, da QUERCUS, e falara-lhe que era uma pena que na Rotunda do Aeroporto, que era um cartão de visita da cidade, os repuxos não estivessem a funcionar. O Sr. Vereador disse-lhe que era uma coisa complicada, mas que essa questão não estava descurada pela Câmara. -----

----- Terminou dizendo que tinha o seu acesso restrito às reuniões públicas da Câmara, fizera uma queixa que no respectivo livro constava como queixa n.º 1, e da resposta que lhe foi dada, para não maçar muito, lia apenas o segundo parágrafo que dizia: “Da análise efectuada resulta que o comportamento do reclamante tem-se pautado no sentido de perturbar o normal funcionamento deste órgão municipal, nomeadamente suscitando, fora do período próprio da intervenção e da respectiva ordem de inscrição, incidentes com vista à interpelação dos respectivos membros da Câmara e também por impertinência verbal”. Isso é rigorosamente mentira, disse. -----

----- **O Sr. Pedro Rodrigues**, morador na Rua 1º de Dezembro, n.º 42 – 2º, 2625-136, Póvoa de Santa Iria, falando em seu nome e no de seis colegas do Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa, disse que estavam desde o dia 1 de Fevereiro deste ano sem receber os respectivos salários e gostariam de saber quando pretendia a Câmara resolver essa situação, porque devido a isso alguns dos seus colegas, felizmente não era esse o seu caso, estavam a passar fome. -----

----- Disse que quando telefonavam para o Departamento da Cultura, na Casa dos Bicos, ou para a Presidência, a resposta que lhes davam era invariável: “os vossos

processos estão na Presidência para serem assinados”. Isso desde Fevereiro/Março, pelo que a questão era apenas esta: quando era que a Câmara lhes pretendia pagar. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, depois de agradecer a intervenção, disse que com certeza a Câmara iria ter a melhor atenção sobre o assunto. -----

----- **O Sr. Carlos Gomes Fugaça**, morador na Rua da Oliveira à Estrela, n.º 2, disse que como todos sabiam a comunidade educativa do Alto de Santo Amaro tem tido um problema sobejamente conhecido, chamado “Escola D. João de Castro”. -----

----- Mas hoje não vinha falar do problema, felizmente às vezes podia-se falar se soluções. A destabilização social sobre a hipótese de encerramento teve uma reacção muito positiva por parte de toda a comunidade educativa, da qual já tinham alguns resultados que gostavam de partilhar com todos. -----

----- Como era sabido, foi entregue uma petição na Assembleia da República, petição essa que foi apreciada em sede da 8ª Comissão Parlamentar de Inquérito, e da qual saíra um relatório absolutamente favorável ao intuito de cidadania dessa petição. -----

----- Portanto, lia apenas um extracto desse relatório, porque pensava que a Assembleia Municipal, a quem agradeciam todas as iniciativas tomadas até ao momento, incluindo à Sra. Presidente que teve a gentileza de os receber, se calhar já teria conhecimento dele. Esse relatório, assinado pelo Relator da Comissão, Ribeiro Cristóvão, e pelo Presidente, o Deputado António José Seguro, referia a determinada altura: -----

----- “Fica também evidente que não existem, até à data, estudos técnicos que fundamentem a decisão que parece estar em curso de encerrar a Escola Secundária D. João de Castro. Acresce, ainda, que embora concordando com a necessidade de se proceder ao reordenamento da rede escolar de Lisboa, não se compreende que seja a Escola Secundária de D. João de Castro a escolhida para fazer parte do número das que vão ser encerradas, quando lhe era reconhecida qualidade superior, sobretudo no que concerne à capacidade de expansão e adaptação a outras valências em comparação com as que se localizam na área circunvizinha.” -----

----- Portanto, todas as iniciativas da Assembleia Municipal no passado, todas as iniciativas do conjunto de cidadãos e da própria reunião de Câmara foram justificadas, assim como a Assembleia da República determinara que a Comissão Parlamentar fosse fazer uma visita à escola e às escolas circunvizinhas para avaliar das condições. -----

----- Disse, ainda, que a comunidade educativa tomara outra iniciativa, e era de sublinhar as iniciativas diferenciadas que foram tomadas por diversos órgãos, porque se a petição foi organizada por um grupo de cidadãos a Associação de Pais interpôs uma providência cautelar, providência essa que foi julgada pertinente pela meretíssima juíza, e da qual lia só a parte final: “Nesta conformidade, independentemente da forma adoptada para a prática do acto e atento ao disposto no artigo 54º, n.º 1, alínea a) do CPTA, admito, liminarmente, o requerimento inicial.” Esse requerimento era para a suspensão de toda e qualquer actividade do Ministério da Educação relativamente à ideia de encerramento da escola. -----

----- Por fim, depois de referir que a comunidade educativa estava a desenvolver neste momento, e iria entrar em curso a curto prazo, a classificação patrimonial do edifício, junto do IPPAR, que complementava o conjunto de acções, disse que queriam

agradecer à Assembleia Municipal relembrando que muitas vezes não bastava fazer requerimentos e pedidos de esclarecimento ou fazer condenações, era também preciso agir, e, nesse sentido, solicitavam à Assembleia e aos órgãos decisores da Câmara que, dentro da imaginação que com certeza tinham, promovessem acções concretas que pudessem levar o Ministério a repensar este projecto. -----

----- **A Sra. D. Ana Paula Fernandes de Araújo**, moradora na Travessa da Fonte n.º 3, Bairro de São João de Brito, 1700-358 Lisboa, disse que os moradores do Bairro de São João de Brito estavam para ser realojados, mas, entretanto, a sua casa, como outras do bairro, estava cheia de canas, ervas à sua volta. Tanto andara pela Câmara que ultimamente foram cortar as ervas e as canas mas deixaram lá tudo a monte. Por trás da casa situava-se a sede de uma colectividade que estava a aberta até altas horas da noite, e o que vinha pedir era que a Câmara olhasse para aquela situação porque tem dois filhos menores e qualquer dia havia ali um incêndio e não se sabia o que podia vir a acontecer. -----

----- Portanto, enquanto morasse ali no bairro, bem como todas as outras pessoas que também aguardavam o realojamento para sair, a Câmara tinha que fazer com que pudessem viver com dignidade, porque além do lixo havia ratos, ratazanas, cobras e todo o tipo de bicharada. A Câmara deixara os moradores ao abandono. -----

----- Estava preocupada porque estava numa situação muito precária mas ninguém ligava nada, e queria saber se quando houvesse ali um incêndio e acontecesse uma desgraça o que era que depois iriam lá dizer. -----

----- Concluiu dizendo que a Câmara quando fosse realojar as pessoas do bairro tinha o dobro para realojar, porque havia lá muita gente ilegal agora. As pessoas iam embora e as casas eram ocupadas por outras pessoas. Mas o que mais preocupava agora era a questão da existência de lixo, e era para isso que chamava a atenção da Câmara. -----

----- **A Sra. D. Olga Silva**, moradora na Av. do Brasil, n.º 684, Bairro de São João de Brito, 1700-358 Lisboa, disse que como vizinha da munícipe que anteriormente usara da palavra vinha reforçar tudo o que ela disse, porquanto viviam num bairro esquecido, numa rua paralela à Av. do Brasil, estiveram lá com erva que cobria as casas, essas ervas foram cortadas e ficaram lá, agora já secas, portanto sujeitas a arderem e com elas as casas arderem também. -----

----- Portanto, estavam com medo de poderem vir a perder certos bens, como carros e outros, e por isso vinham pedir que se lembrassem das pessoas do Bairro de São João de Brito porque elas também pagavam os seus impostos, contribuição autárquica, esgotos etc., porque se era verdade que se tratava de um bairro clandestino, ele em termos de impostos era um bairro normal. -----

----- Disse, ainda, que em determinadas zonas do bairro que já estavam alcatroadas foi reforçada a pavimentação nessas mesmas zonas, acabaram num certo sítio porque dava jeito a certas pessoas, enquanto outras zonas, como era o seu caso, quando era verão os carros ficavam cheios de pó e quando era inverno aproveitavam para lavar os carros nas “piscinas” que lá ficavam cheias de água. -----

----- **O Sr. José Manuel Domingos**, morador na Rua da Arrábida, n.º 66-4º dtº, 1250-034 Lisboa, aludiu ao serviço LX Porta-a-Porta na Freguesia de Santa Isabel, dizendo



que já esteve na Assembleia Municipal há cerca de um ano e, infelizmente, não obteve qualquer resposta. De facto, o que se passava era de facto dispendioso e vergonhoso para a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Referiu que o serviço Porta-a-Porta não servia minimamente os fregueses de Santa Isabel e de Santo Condestável, e a parte vergonhosa a que se referia era que alguns comerciantes de Santa Isabel serviam-se do Porta-a-Porta para transportarem os seu vasilhames de garrafas de cerveja e irem buscar a outras zonas onde passava esse transporte. -----

----- Disse que já teve ocasião de dar um itinerário e havia um desvio de um quilómetro e meio, que iria servir o centro de saúde e o asilo dos cegos onde se fazia fisioterapia. Para quem conhecia a Travessa de Santa Quitéria era de facto lastimável ver pessoas inválidas e pessoas deficientes onde o Porta-a-Porta podia efectivamente fazer esse percurso. O desvio era de um quilómetro e meio, do consumo não fazia ideia quanto seria mais, mas, garantidamente, podia dizer que o Porta-a-Porta, com dois carros, transportava por mês 40 a 45 pessoas, o que queria dizer que a maior parte das vezes andavam vazios. -----

----- Aliás, era fácil alguém ir verificar que assim não servia minimamente a população, mas que fizessem esse desvio para o centro de saúde e para a fisioterapia que garantidamente os carros passavam a andar cheios e as pessoas idosas e deficientes muito agradeciam. -----

----- Concluiu dizendo que gostaria de ter uma resposta da Câmara, porque foi à Sessão de Câmara, na Praça do Município, e vinha agora à Assembleia Municipal pela segunda vez, e não teve qualquer resposta. -----

----- **O Sr. António Silva Marques**, morador na Calçada do Carrascal, n.º 181-3º 1900 Lisboa, disse que em representação da Federação Portuguesa de Desporto para os Deficientes e do Vitória Clube de Lisboa, vinha falar dos Jogos de Inclusão. -----

----- Referiu, então, que esta questão já foi enviada para todas as Juntas de Freguesia, por *e-mail* e por carta, foi enviada para a Câmara, e tem sido uma experiência, à semelhança do que tem acontecido em cidades-modelo dos Estados Unidos e da Austrália, onde se procurava misturar atletas portadores de deficiência com atletas sem deficiência. -----

----- Este ano decidiram transferir todos estes jogos para o INATEL, onde havia várias modalidades, nomeadamente a boccia onde iriam ter campeões mundiais, o goal ball andebol para cegos, basquetebol em cadeira de rodas, ténis de mesa em cadeira de rodas para surdos. -----

----- Disse que o seu objectivo era sensibilizar os Senhores Presidentes para a grandeza deste evento, que era a primeira vez que isto se fazia em Portugal, e que se enquadrava num outro evento que era a preparação dos Para-Olímpicos para Pequim 2008. -----

----- As associações que já aderiram ao evento foram a APPC – Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, a CERCÍ de Lisboa, a ANDDMOT – Associação Nacional do Desporto para Deficientes Motores, a APD – Associação Portuguesa de Deficientes, a ANDDEM – Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Mental, a ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, a LPDS – Liga Portuguesa para Surdos,

a PCAND – Paralisia Cerebral-Associação Nacional de Desporto, o Centro de Medicina do Alcoitão, e a ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas. ---  
---- Terminou dizendo que se tratava de um projecto caríssimo dadas as valências e as pessoas envolvidas, e como tal solicitava a todas as Juntas de Freguesia que apoiassem o evento. -----

---- (Entregou na Mesa documentação referente à matéria exposta). -----

---- **O Senhor Presidente em exercício**, terminadas as intervenções do público, deu este período por encerrado declarando aberto o Período de Antes da Ordem do Dia. ----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---- **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºS 5, 6, 7 E 8** -----

---- **O Senhor Presidente em exercício** pôs em apreciação as referidas actas e dado que ninguém desejou pronunciar-se sobre o conteúdo das mesmas, de imediato as submeteu à votação, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

---- Informou que estava na Mesa, depois de ter sido apreciada em Conferência de Representantes, uma proposta para a constituição de uma comissão eventual de acompanhamento do processo do Parque Mayer. -----

---- Seguidamente, submeteu à votação a constituição da referida comissão eventual, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

---- Referiu que posteriormente seria definida a constituição da referida comissão, de acordo com as normas, e com a maior urgência possível seria dada posse a essa nova comissão eventual. -----

---- Informou que tinham dado entrada na Mesa oito moções, quatro recomendações e um requerimento. -----

---- (A seguir transcrevem-se os referidos documentos, já nas suas versões finais, à excepção da moção nº4, cujas alterações foram objecto de discussão durante o Plenário.) -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

---- “Possível encerramento dos serviços de urgência dos Centros de Saúde de Lisboa -

---- Considerando que tem sido divulgado pela imprensa que os Centros de Saúde da Cidade de Lisboa - Ajuda, Alameda, Alcântara, Benfica, Graça, Lapa, Lumiar, Luz Soriano, Marvila, Olivais, Penha de França, São João, Sete Rios, Santo Condestável, poderão vir a funcionar apenas de 2ª a 6ª feira, das 8h00 às 20h00 abolindo assim os Serviços de Atendimento Permanente (SAP's) que tanto apoio têm dado às populações; ---

---- Considerando que tal medida a verificar-se, prejudicará milhares de cidadãos que ficarão sem acesso às urgências do seu Centro de Saúde após as 20 horas; -----

---- Considerando que durante anos criticaram as populações por irem às urgências hospitalares e mandavam-nas ir para os SAP's. Agora, pura e simplesmente fecham os SAP's; -----

---- Considerando que tal decisão a ser aplicada implicaria o afastamento dos serviços de saúde essenciais em relação aos utentes, uma maior carência dos cidadãos em relação aos cuidados de saúde mais básicos e um aumento das dificuldades para os mais idosos que terão de se deslocar para locais mais afastados e conseqüente aumento dos seus encargos; --

----- Considerando a reunião já realizada entre algumas Juntas de Freguesia da Cidade e da qual resultou a aprovação por unanimidade de uma resolução contra esta medida; -----

----- Os deputados Municipais do P.C.P. propõem à Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 20 de Junho de 2006 que delibere: -----

----- 1. Manifestar a sua total solidariedade para com a população afectada, apelando a sua mobilização em torno das iniciativas que se vierem a realizar contra o encerramento dos serviços de urgência dos Centros de Saúde; -----

----- 2. Exigir da parte da Administração Central a suspensão de tal decisão; -----

----- 3. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que tome todas as medidas necessárias junto da Administração Central no sentido da manutenção dos Serviços de Atendimento Permanente na Cidade de Lisboa; -----

----- 4. Remeter este assunto para acompanhamento por parte da Comissão Permanente de Intervenção Social e Cultura desta Assembleia Municipal; -----

----- 5. Enviar esta moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, à Câmara Municipal de Lisboa, ao Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e a todos os Centros de Saúde da Cidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

#### ----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “Foi objecto de ampla mediatização prévia a proposta de um Plano de Alinhamento e Cérceas apresentado pelo Executivo Municipal à Câmara, no passado dia 7 de Junho. -----

----- Essa acção publicitária desencadeou reacções vindas de sectores variados da população e onde avultam dúvidas e receios quanto às consequências desse plano caso venha a ser posto em prática. -----

----- Considerando que: -----

----- 1. Nas últimas décadas a Avenida da República, tida como ícone do desenvolvimento urbano de Lisboa no início do Século XX, tem sofrido uma transformação evidente na demolição de peças notáveis de arquitectura e na alteração do seu perfil transversal com a eliminação das placas arborizadas e a redução da largura dos passeios, ou seja, a destruição das suas características de boulevard e a sua substituição por uma via rápida com funções de atravessamento da cidade. Situação que a abertura do túnel do Marques irá acentuar. -----

----- 2. Em consequência destas transformações a avenida tornou-se um instrumento gerador de desconforto urbano, evidenciado no ruído provocado pelo trânsito, na dificuldade de um peão a atravessar com segurança pois a temporização dos semáforos obriga-o a correr ou a fazê-lo por etapas. -----

----- Em certas horas do dia, atravessar a Avenida da República consome entre cinco a seis minutos das nossas vidas. -----

----- 3. O desconforto urbano conduz ao stress dos utentes da cidade, nomeadamente ao nível dos peões, aqui acentuado pela desertificação, pelo aumento da temperatura e pela crueza da claridade que o derrube de árvores e o aumento da superfície negra de asfalto potencializou. -----

----- Recorde-se que nos quase noventa metros de largura da Avenida da República, pouco mais de seis metros serão, em média, destinados aos peões, os restantes são faixas de rodagem, ao todo dez, nos dois sentidos, estacionamento e separadores. -----

----- O aumento da volumetria proposto no Plano em discussão vai trazer à zona mais carros, mais ruído, mais poluição, mais stress. -----

----- 4. As fachadas como enquadramento do espaço público representam um papel importante na apreciação subjectiva da cidade. -----

----- No caso da Avenida da República o perfil das massas edificadas que a ladeiam e a variedade de correntes de pensamento que materializam, desde o neo-românico, aos raros exemplos de Arte-Nova da nossa cidade, a Deco-Art, a Arquitectura Moderna ou ao ecletismo são virtudes, representam valores patrimoniais e não a desordem ou o caos em que nos querem fazer crer. -----

----- O Plano ora em apreciação lança sobre todos eles o anátema da uniformidade e, pode suspeitar-se, da mediocridade. -----

----- Salve-se o que ainda há a salvar. Corrijam-se, na medida do possível os erros do passado, melhore-se o futuro. -----

----- Assim, cabendo à Assembleia zelar pela segurança e pelo conforto dos nossos concidadãos e pela defesa do património da cidade, propõe-se: -----

----- Que toda a intervenção a levar a efeito no eixo da Avenida da República seja baseada em estudos gerais e decisões globais que incluam todos os aspectos da composição urbana nomeadamente os referentes ao conforto, à segurança dos utentes da Cidade e à preservação dos valores patrimoniais com exclusão de medidas isoladas de carácter sectorial de que possam resultar no futuro prejuízos para o interesse publico.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Silva Dias, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

#### MOÇÃO NÚMERO TRÊS

----- “O princípio da descentralização administrativa encontra-se consagrado na Constituição, sendo orientador da distribuição de atribuições e competências entre o Estado e as Autarquias Locais e respectivos órgãos. -----

----- Nesta matéria, o relacionamento entre a administração central e a administração local deve obedecer, ainda, ao princípio da subsidiariedade, cabendo às Autarquias Locais as atribuições e competências que podem prosseguir com maior e melhor racionalidade, eficácia e proximidade aos Cidadãos. -----

----- É comum ouvirmos falar na necessidade de aproximar a administração dos cidadãos, de promover uma política de descentralização, de garantir a coerência das políticas públicas com incidência territorial, entre outras exigências para que o Estado cumpra melhor as suas funções, garantindo o desenvolvimento, equilibrado e sustentado do País e das suas Populações, bem como uma melhor distribuição de riqueza e a correcção das assimetrias regionais existentes. -----

----- Contudo, e pese embora um alargado consenso nacional, o facto é que o actual Governo não tem dado seguimento à diversa legislação que o anterior Governo

deixou preparada e publicada nesta matéria, travando um processo que urge ser retomado. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 20 de Junho de 2006, delibera: --

----- 1. Manifestar a necessidade de o Governo fazer aprovar, com urgência, um Programa de Descentralização Administrativa, que proceda à transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, incidindo, entre outras, nas áreas do Ordenamento do Território, do Urbanismo, da Educação, da Saúde, da Acção Social, do Ambiente e da Promoção do Desenvolvimento. -----

----- 2. Que tal Programa deve prever a afectação dos meios humanos, materiais e financeiros que se mostrem necessários ao desempenho, com qualidade e eficácia, das competências que vierem a ser descentralizadas. -----

----- 3. Dar a conhecer a presente Moção a todos os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Lisboa, em 19 de Maio de 2006.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, em nome do Grupo Municipal do PSD) -----

#### MOÇÃO NÚMERO QUATRO

----- “Assunto: Bairro das Amendoeiras e Bairro dos Lóios -----

----- A injusta situação com que se confrontam os moradores dos fogos dos Bairros das Amendoeiras e dos Lóios, desastrosamente doados à Fundação D. Pedro IV sem que se tivesse salvaguardado correctamente o interesse público e os legítimos direitos dos cidadãos moradores nestes bairros, criou uma situação de todos conhecida, em que esta Fundação, com estatuto de solidariedade social, “estranhamente” assumiu como primeiro acto desta sua gestão um aumento de rendas desapropriado e desconhecedor da realidade social dos referidos bairros. -----

----- Acresce a este facto o caso de o Estado ter ignorado completamente o direito adquirido pela maior parte dos moradores do bairro das Amendoeiras em poderem alienar os respectivos fogos, uma vez que a tal estava o Estado comprometido. -----

----- Para o Partido Socialista não restam dúvidas que quem decidiu esta doação, no tempo em que o Primeiro-Ministro era o Dr. Durão Barroso e o Presidente da Câmara o Dr. Santana Lopes, decidiu erradamente e não curou, no respectivo Auto de Cessão, de salvaguardar o interesse público, como se constatará pelo simples facto de até o espaço público dos referidos bairros ter passado para a posse da Fundação D. Pedro IV. -----

----- Sobre esta, o PS/Lisboa não tem já dúvidas: perante os inúmeros e graves acontecimentos de intimidação e prepotência que a Fundação tem exercido junto dos moradores, as suas preocupações nada têm a ver com qualquer tipo de solidariedade social. -----

----- O Partido Socialista está ciente que se torna necessário resolver este problema e entende que o mesmo só poderá ser resolvido num quadro de grande convergência de objectivos com todas as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal uma vez que, os contornos jurídicos de todo este processo são de grande complexidade. -----

----- O actual governo, que herdou esta situação, em recente reunião com as associações representativas dos moradores propôs um caminho que nos parece adequado e passível de poder alcançar resultados positivos, mas entende que estes só serão possíveis se a Fundação D. Pedro IV perceber que à volta desta causa existe uma grande unanimidade e um firme propósito de denúncia e de não pactuar com os seus comportamentos. -----

----- O que o PS/Lisboa estranha é o enorme silêncio que o Sr. Presidente da Câmara e este executivo têm tido ao longo de todo este processo. Está a Câmara disponível para aceitar este património se esta possibilidade se colocar? Está o Sr. Presidente da Câmara disponível para se solidarizar de forma inequívoca com os moradores? -----

----- Nesse sentido o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal delibere: -----

----- 1. Reiterar a sua solidariedade para com os moradores do Bairro das Amendoeiras e dos Lóios; -----

----- 2. Manifestar a sua convicção na ilegalidade dos aumentos de rendas aplicados pela Fundação D. Pedro IV, uma vez que os fogos se encontram em estado muito degradado, o que face à actual legislação impede qualquer tipo de aumento; -----

----- 3. Reafirmar o direito à aquisição por parte dos moradores do bairro das Amendoeiras do respectivo fogo; -----

----- 4. Propor a constituição de uma Comissão Técnica para apreciação de cada caso concreto, constituída por representantes do Governo, da Câmara Municipal, do LNEC, da Junta de Freguesia, pelos representantes das Associações de Moradores -----

----- 5. Apelar ao Sr. Presidente da Câmara um activo empenhamento na prossecução destes objectivos.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, PS) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- “Considerando as recentes decisões da Sub-região de Saúde de Lisboa no sentido de racionalizar o horário de funcionamento dos vários Centros de Saúde da cidade e já comunicadas a todos os Directores dos mesmos. -----

----- As decisões agora tomadas abrangem os vários períodos de funcionamento dos Centros de Saúde sendo de louvar todas as medidas que contribuam para melhorar o funcionamento dos mesmos. -----

----- Aceitamos o princípio de que o funcionamento dos Centros de Saúde se deve pautar por princípios de racionalidade e de economia de escala. Consideramos, no entanto, que esse mesmo funcionamento se deve pautar, igualmente, por rigorosos critérios técnicos e deontológicos. Consideramos igualmente que, em caso algum, critérios economicistas possam limitar a qualidade dos cuidados de saúde prestados as populações a que se destinam. -----

----- As decisões agora comunicadas às diferentes Direcções dos Centros de Saúde terão implicações mais visíveis no eventual encerramento de vários SAP's em Lisboa. --

----- Num momento em que o Ministério da Saúde ainda discute o Plano de Reestruturação dos Serviços de Urgência não nos parece especialmente oportuno a decisão agora tomada pela Sub-região de Saúde de Lisboa e para a qual foi inclusive estabelecido um prazo de 60 dias. -----

----- Importa que o Ministério estabeleça qual o modelo que define para a prestação de cuidados de saúde urgentes e emergentes e qual o papel que caberão aos hospitais, centros de saúde e unidades de saúde no assegurar dos mesmos. Só após ter definido este modelo se devem tomar as medidas necessárias para a sua implementação. -----

----- O encerramento extemporâneo de SAP's sem que devidamente enquadrado não é desejável e pode mesmo comprometer um qualquer modelo que venha a ser adoptado no futuro. -----

----- Considerando a actual situação criada pela ARSLVT e que pode vir a mostrar-se especialmente danosa para a população de Lisboa a Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 20 de Junho de 2006 delibera: -----

----- 1. Demonstrar a sua preocupação perante o eventual encerramento de unidades de saúde no Concelho de Lisboa, não existindo qualquer estudo do conhecimento desta Assembleia e sem qualquer enquadramento numa política mais global de prestação de cuidados urgentes de saúde; -----

----- 2. Convidar o Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo a reunir com a Comissão Concelhia de Saúde de Lisboa de molde a esta poder emitir parecer sobre as medidas agora anunciadas. -----

----- 3. Dar conhecimento da presente moção ao Sr. Ministro da Saúde.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal do PSD Jorge Penedo) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Aumento das Tarifas dos Transportes Públicos -----

----- 1. Considerando que foi anunciado um novo aumento das tarifas dos Transportes Públicos a partir de 1 de Julho próximo; -----

----- 2. Considerando que tal aumento tarifário, o segundo este ano, tem como efeitos imediatos: -----

----- a) um aumento dos encargos dos cidadãos; -----

----- b) um desincentivo da utilização dos Transportes Públicos nas deslocações dentro da cidade e nas deslocações entre os concelhos limítrofes e Lisboa; -----

----- 3. Tendo em conta que este desincentivo da utilização dos Transportes pelos cidadãos e conseqüente aumento do congestionamento de tráfego de Transportes Individuais terá efeitos nocivos na saúde pública e contribuirá para um aumento do consumo de energia (e, por conseqüência, da factura energética nacional); -----

----- 4. Considerando que a necessidade do cumprimento das obrigações nacionais face ao Protocolo de Quioto obriga necessariamente a um claro e forte incentivo à utilização dos Transportes Públicos; -----

----- 5. Sabendo-se que o Governo vem adiando sucessivamente a criação de uma Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão ordinária de 20 de Junho de 2006, delibere: -----

----- 1. Solicitar ao Governo a revogação da decisão do aumento, em Julho próximo, das Tarifas dos Transportes Públicos dentro da cidade e nas deslocações de e para Lisboa; -----

----- 2. Solicitar ao Governo a definição de uma Política de Transportes na Área Metropolitana de Lisboa que fomente a utilização dos Transportes Públicos em detrimento da utilização do Transporte Individual.” -----  
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SETE** -----

----- Comissariado da Baixa-Chiado -----

----- “1. Considerando que já foi apresentado, no passado dia 22 de Maio, o Estudo Preliminar do Plano para a Baixa-Chiado a todos os Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa (CML); -----

----- 2. Considerando que o mesmo estudo já foi sucintamente apresentado à Imprensa – através de uma entrevista ao Arqº. Manuel Salgado (responsável pelo Urbanismo no Comissariado da Baixa-Chiado), constante no jornal *Público Local* de 10 de Junho de 2006; -----

----- 3. Considerando que a proposta para a criação do Comissariado da Baixa-Chiado, apresentada na reunião da CML de 8 de Março de 2006, frisa a necessidade da elaboração de uma estratégia de conjunto; -----

----- 4. Considerando e respeitando a natureza pluri-disciplinar de um Plano de Intervenção; -----

----- 5. Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa se trata de um Órgão democrático representativo, eleito directamente pelos cidadãos, assumindo um papel fundamental no desenvolvimento da cidade. -----

----- 6. O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão ordinária de 20 de Junho de 2006, delibere: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que o Estudo Preliminar do Plano para a Baixa-Chiado seja apresentado à Assembleia Municipal; -----

----- 2. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que o estudo que está a ser desenvolvido, pelo Comissariado da Baixa-Chiado, no âmbito do Plano para a Baixa-Chiado, seja apresentado às Comissões (especializadas na matéria) da Assembleia Municipal e que estas passem a acompanhar os trabalhos desenvolvidos;” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO OITO** -----

----- “Considerando que o Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) se encontra em fase de discussão pública até ao próximo dia 9 de Agosto; -----

----- Considerando que se trata de um diploma cujos cenários foram trabalhados para um período até 2025 e que terá relevantes reflexos no futuro ordenamento e portanto na vida futura da Grande Área Metropolitana de Lisboa e da cidade de Lisboa; -----

----- Considerando a importância de participar activamente na discussão sobre as opções encontradas e também sobre as ainda ausentes para o desenvolvimento do território, nomeadamente, o futuro mapa das regiões e o seu modelo de gestão regional, o papel da orla costeira e o vasto potencial que encerra, designadamente o tratamento e



valorização das zonas estuarinas, a premência de uma. simultaneidade do planeamento regional e local, entre outras; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera mandar a Comissão Municipal Permanente de Urbanismo e Mobilidade para elaborar, em tempo útil de período de discussão pública, uma análise do PNPOT no que refere à sua incidência sobre a cidade de Lisboa, para que a mesma possa ser presente ao Plenário da Assembleia Municipal de 11 de Julho.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal João Saraiva, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

### RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM

----- “Na Rua Pedro Queirós Pereira, no Bairro da Cruz Vermelha, a situação dos edifícios de habitação é de degradação acentuada. Há 34 anos que não têm obras nem qualquer tipo de intervenção com vista à sua conservação. Há esgotos entupidos, tectos e paredes em péssimo estado. A Câmara Municipal de Lisboa é ainda proprietária de vários dezenas de fracções e a resposta que é dada a vários pedidos dos moradores, desde 2001, é que tal intervenção "está em fase de estudo"... -----

----- Acresce que, de modo a ser construído o empreendimento "Condomínios da Torre", foi necessário obviar um desnível de vários metros, o que implicou o corte da Rua Pedro Queirós Pereira. A complicar a situação, os tapumes e o corrimão de madeira, colocados perto de um desnível de cerca de 15 metros e com uma inclinação de quase 90°, não resolvem a perigosidade evidente, sobretudo para gente idosa e crianças. A rua está sem saída e não dá acesso nomeadamente a ambulâncias que às vezes ali se deslocam para socorrer moradores. -----

----- A Rua Pedro Queirós Pereira está abandonada, com matagal ocupando espaços em volta das casas, lojas e um café. O lixo, os mosquitos e as ratazanas proliferam, criando-se assim situações de perigo para a saúde pública. -----

----- Há outros aspectos na zona do Alto do Lumiar, confinando com a Rua Pedro Queirós Pereira, que convirá salientar e que também têm a ver com as condições de vida dos habitantes. Na Alameda da Música, junto ao Parque Infantil, estruturas metálicas e de fibrocimento que cobrem as paredes de prédios estão a partir-se e devem ser retiradas. A Biblioteca Maria Keil está fechada há mais de dois anos e torna-se necessário reabri-la em condições adequadas de acompanhamento das crianças e de outros potenciais leitores. Há lojas já atribuídas que continuam fechadas, o que acentua o desmazelo e a degradação da zona. A 41ª esquadra da PSP parece clandestina, pois não tem placas de identificação e de indicação da sua existência, excepto uma, pequena, no parque de estacionamento... Ao contrário, grupos de marginais exibem-se na zona e agridem quem passa. Na Rua Maria Margarida, nos blocos 3 a 5, o pequeno parque infantil está destruído e com um grande matagal na envolvente. Um projecto do PUAL, de construção de um parque desportivo e zona ajardinada, ali próximo, ficou no papel e o mato também por lá campeia. -----

----- Por tudo isto, e por outros aspectos de faltas e de ausência de qualquer qualidade de vida local, é necessário que a Câmara Municipal de Lisboa dê resposta às várias cartas dos moradores da Rua Pedro Queirós Pereira e a outras solicitações que têm

vindo a ser enviadas à Autarquia. Numa dessas exposições recorda-se até que "as edificações devem ser objecto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de 8 anos, independentemente do rendimento gerado pelo imóvel ou das condições financeiras do seu proprietário", como dispõe o art.º 89., n.º 1, do RJUE, publicado no Boletim Municipal n.º 583 de 21 de Abril de 2005. -----

----- Assim, considerando o que atrás ficou exposto e ainda outras questões e problemas que convém conhecer no local, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 20 de Junho de 2006, recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que proceda ao levantamento e estudo destas situações aqui assinaladas, dê atenção à necessidade de formação de condomínios na propriedade horizontal que pertence à CML e aos moradores, na Rua Pedro Queirós Pereira, para se proceder a obras de recuperação dos imóveis, e dê resposta aos outros pedidos e propostas dos moradores, requalificando as ruas e locais profundamente degradados dessa zona da cidade, reconhecendo assim que se trata de habitantes e populações locais com direitos de igualdade e de fruição de condições de vida dignas e impulsionadoras de uma participação mais activa na vida de Lisboa. -----

----- A Assembleia Municipal recomenda ainda que seja equacionada a reabertura da Biblioteca Maria Keil em condições adequadas, que a Associação de Moradores do Bairro da Cruz Vermelha possa ter disponível o espaço loja que foi solicitado para actividades com crianças e que os apoios e respostas por parte do Município sejam ajustados à actividade que é desenvolvida e às propostas apresentadas pela Associação de Moradores.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, em nome do Grupo Municipal do PCP) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- Mercado Biológico de Lisboa: Compromissos da CML com a Biocoop -----

----- “Os medos dos consumidores, muitas vezes despoletados por alarmismos e desenvolvimentos tecnológicos relativos à modificação genética de alimentos, têm-se vindo a traduzir em preocupações sérias relativamente à segurança alimentar, aumentando a exigência por uma garantia na qualidade dos alimentos e por uma informação mais detalhada sobre as tecnologias de produção. Paralelamente, a consciência pública dos danos irreversíveis, para o ambiente, consequência de certas práticas que levam a uma poluição dos solos e da água, a escassez de recursos naturais e a destruição de delicados ecossistemas, tem levado os cidadãos a desenvolverem atitudes mais responsáveis relativamente à nossa herança natural. -----

----- É neste contexto que a agricultura orgânica, em tempos encarada como servindo exclusivamente um nicho de mercado, se tornou o futuro da agricultura, não só pela produção de alimentos seguros, como também porque é sinónimo de protecção ambiental. -----

----- Por esse facto, o assunto tem estado presente nas agendas do Conselho Europeu, do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, a propósito da discussão do Plano de Acção Europeu em matéria de alimentação e agricultura biológica, o que mostra a importância que a agricultura biológica tem vindo a assumir também no contexto das políticas europeias. -----

----- Apesar disso, Lisboa continua a ser a única capital da Europa que não tem um mercado vocacionado para a comercialização e divulgação dos produtos provenientes da agricultura biológica, não obstante a cooperativa de consumo biológico BIOCOOP, fundada em Lisboa, ter estado durante 8 anos sedeada no Mercado Municipal do Chão do Loureiro. Porém, com o encerramento deste Mercado em 2001, e após o compromisso da Câmara Municipal de Lisboa de assegurar uma alternativa de localização para vir a ser reinstalada, a Biocoop transferiu-se provisoriamente para Loures, perto do aeroporto de Figo Maduro. -----

----- Na sequência desse compromisso, a Câmara iniciou em 2003 um projecto de localização para um novo mercado biológico em Lisboa. Neste espaço ficaria sedeada a BIOCOOP com uma loja ecológica diversificada e a animação semanal de um mercado biológico. O edifício do mercado teria uma arquitectura biológica e bioclimática e, como equipamento de apoio, espaços para actividades lúdicas, hortas pedagógicas, o primeiro centro de documentação de ecologia existente em Portugal, um jardim-de-infância e ainda um centro de formação. -----

----- Finalmente, em 7 de Setembro de 2005, através da Proposta nº 592/2005, a Câmara de Lisboa aprovou por unanimidade a “constituição a favor de BIOCOOP, CRL, do direito de superfície para construção de instalações no Parque Urbano do Vale Fundão”, a qual não chegou ainda a esta Assembleia. Nessa proposta o executivo propunha “a constituição de um acordo de colaboração com a BIOCOOP para a concretização por parte daquela entidade, de um Projecto Ecológico para Lisboa”. -----

----- Assim, e considerando a importância que a existência de um mercado de agricultura biológica pode representar para os cidadãos de Lisboa; -----

----- Considerando também, as legítimas expectativas criadas pela Biocoop, não só com o compromisso da Câmara em 2001, mas principalmente com a aprovação da proposta 592/2005 por parte do Executivo; -----

----- Considerando ainda que a Biocoop espera há já 5 anos por um espaço prometido pelo Executivo Camarário; -----

----- Considerando por fim a necessidade imperiosa da Câmara Municipal de Lisboa honrar os seus compromissos. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- Resolva com toda a brevidade possível, a questão do espaço prometido à BIOCOOP nos termos da proposta 592/2005, a partir do momento em que a cooperativa reúna as respectivas condições legais e estatutárias.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal José Luís Ferreira, em nome do Grupo Municipal de “Os Verdes”) -----

### ----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- Rede de Internet sem Fios em Lisboa -----

----- Considerando: -----

----- 1. O recente anúncio, pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, de “tornar Lisboa na primeira capital europeia totalmente coberta por tecnologia *wireless*”, a qual

se iniciará, de acordo com declarações recentes (09.06.06), por cinco jardins da capital (Estrela, Príncipe Real, Arco do Cego, Campo Grande e Parque das Conchas), os quais deverão dispor desta tecnologia no final do Verão do corrente ano; -----

----- 2. Lisboa deve apostar na promoção do acesso e do uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pois, nos dias de hoje, o acesso à internet em espaços públicos da cidade é um dos caminhos centrais de democratização e facilitação do uso do manancial de informação e lazer que a rede global proporciona. -----

----- 3. Neste sentido, defendemos um projecto piloto que visa facilitar o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, introduzindo uma nova visão sobre o uso do espaço público – um espaço público “conectado”, virado para uma lógica de lazer, sociabilidade e vivência ao ar livre. -----

----- 4. Um projecto com estas características e com esta importância necessita que seja desenvolvido segundo regras de transparência e de acordo com critérios que correspondem a prioridades definidas pela autarquia e não sujeitos a “opções” ditadas exclusivamente pela “conveniência” deste ou daquele operador de rede de telecomunicações, e com garantia de total interoperabilidade entre as redes com recurso a tecnologia *wireless*; -----

----- 5. Um projecto com estas características e com esta importância necessita também de uma adequada cobertura orçamental, facto que não resulta da leitura que se pode fazer do Orçamento 2006, quer das Grandes Opções do Plano para 2006-2009, já que em nenhum ponto desses documentos, está mencionado qualquer projecto com estas características; -----

----- 6. Sendo admissíveis alterações a estes documentos, no decurso da actual execução orçamental, elas devem ser claras e transparentes para todos os munícipes, a começar, evidentemente, pelos órgãos autárquicos em funções, exigindo-se, por isso, que a esta Assembleia, sejam presentes as devidas propostas de alteração, devidamente justificadas e orçamentadas; -----

----- 7. Apesar de esta proposta ter sido defendida por uma única candidatura nas últimas eleições autárquicas – incluída no Programa da candidatura do Bloco de Esquerda “Lisboa é gente” – ela não foi, contudo, incluída no Plano de Actividades para o corrente ano, tendo sido, pelo contrário, na última campanha eleitoral, classificada de “irrealista” e “utópica”; -----

----- A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária do dia 20 de Junho de 2006, adopta as seguintes recomendações sobre esta matéria: -----

----- 1º. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que esclareça, com urgência, esta Assembleia, sobre qual a inscrição do projecto “dotar a cidade de Lisboa de uma rede internet sem fios, que cubra toda a cidade de Lisboa até ao fim do ano” no Plano de Actividades para 2006 e o respectivo cabimento orçamental; -----

----- 2º. Caso esse cabimento não fique claramente demonstrado, recomendar que a Câmara Municipal de Lisboa, apresente aos órgãos autárquicos eleitos, uma proposta de alteração orçamental e ao Plano de Actividades, a fim de conferir legalidade ao desenvolvimento do referido projecto; -----

----- 3º. Em qualquer caso, recomendar à Câmara Municipal que abra um processo de concurso público, aberto e transparente, sobre o fornecimento de redes *wireless*, de livre acesso, tendo em vista a “cobertura integral da cidade”, definindo-se, igualmente, prioridades para a instalação dessa rede global, as quais deverão corresponder inicialmente aos locais onde, naturalmente, se concentram maior número de utilizadores potenciais da rede global, a saber, centros universitários e espaços públicos em zonas da cidade de maior tráfego cibernáutico potencial (zona central da cidade, nomeadamente); -----

----- 4º. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que adopte, com urgência, um programa extensivo de combate à info-exclusão, para os próximos 4 anos, no sentido de garantir gratuidade no acesso nos pontos públicos da autarquia, considerados estratégicos, devendo assegurar-se sempre que possível, a presença de técnicos especializados para o auxílio aos cidadãos.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “No seguimento da forte demonstração de patriotismo por parte dos Portugueses no apoio a Selecção Nacional no desenrolar do Mundial de Futebol, acedendo ao apelo do Seleccionador Nacional, colocando uma bandeira em cada janela, algumas empresas no mercado nacional nas mais variadas áreas de negócio, têm vindo a tirar deste patriotismo genuíno, algum aproveitamento, imprimindo na Bandeira Nacional, o nome das suas marcas e empresas. -----

----- Considerando que a Bandeira Nacional é o símbolo máximo da Nação, protegido por lei, recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa, numa perspectiva pedagógica, que mova os meios possíveis para que sejam removidas todas as Bandeiras Nacionais expostas em espaço público que tenham qualquer menção a marcas, produtos ou bens e serviços.” -----

----- (Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD) -----

#### **REQUERIMENTO** -----

----- Rock in Rio -----

----- 1. Considerando que na última Reunião Plenária da Assembleia Municipal de Lisboa foi debatido e votado o apoio da Câmara Municipal de Lisboa ao Rock in Rio, e que o Senhor Vice Presidente da CML informou que a CML teria gasto cerca de um milhão de euros nesse apoio e que apresentaria as contas detalhadas; -----

----- 2. Considerando que já em reunião de Câmara o Vice-Presidente do executivo tinha afirmado o mesmo e ainda não apresentou à Câmara as referidas contas; -----

----- 3. Considerando que na semana em que reuniu a Assembleia Municipal a porta-voz do Rock in Rio anunciou à comunicação social que estava em negociações com a Câmara Municipal e que só faltava acertar alguns detalhes para marcar a nova data do referido espectáculo; -----

----- 4. Considerando que no domingo seguinte à Reunião Plenária da Assembleia Municipal a porta-voz do Rock in Rio anunciou a conclusão das negociações com a CML e anunciou as novas datas do espectáculo para 2008; -----

----- 5. Considerando que durante todo o debate na Assembleia Municipal de Lisboa o Vice Presidente não informou o órgão fiscalizador da Câmara que já se encontrava em negociações para um novo espectáculo do Rock in Rio; -----

----- 6. Considerando que é do completo desconhecimento desta Assembleia Municipal que condições a Câmara se comprometeu perante o Rock in Rio para 2008; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião de 20 de Junho de 2006, delibere: -----

----- 1 – Requerer que a Câmara Municipal de Lisboa informe esta Assembleia Municipal de quais os acordos e condições concretas estabelecidas com o Rock in Rio para o espectáculo de 2008, recusando voltar a votar factos consumados a meio da realização de um espectáculo preparado com anos de antecedência; -----

----- 2 – Requerer que a Câmara Municipal de Lisboa informe detalhadamente esta Assembleia Municipal de todos os custos, incluindo receitas não recebidas que o Município de Lisboa teve com o Rock in Rio de 2006, nomeadamente: -----

----- a) Quanto custou a construção da cerca, quantos trabalhadores, quantos dias, quantas máquinas e quantos dias, e qual o custo do material utilizado; -----

----- b) Quanto custou a terraplanagem, quantos trabalhadores, quantos dias, quantas máquinas e quantos dias, e qual o custo do material utilizado; -----

----- c) Quanto custou o abastecimento de água, quantos trabalhadores, quantos dias, quantas máquinas e quantos dias, e qual o custo do material utilizado; -----

----- d) Quanto custou o abastecimento de electricidade, quantos trabalhadores, quantos dias, quantas máquinas e quantos dias, e qual o custo do material utilizado; -----

----- e) Quanto custou a instalação das redes de comunicações, quantos trabalhadores, quantos dias, quantas máquinas e quantos dias, e qual o custo do material utilizado; -----

----- f) Quanto custou a PSP, quantos agentes e oficiais, quantos dias; -----

----- g) Quanto custou a Polícia Municipal, quantos trabalhadores, quantos dias, quantas horas extraordinárias pagas; -----

----- h) Quanto custou o Regimento de Sapadores Bombeiros, quantos bombeiros, quantos dias, quantas horas extraordinárias pagas; -----

----- i) Quanto custou a remoção dos resíduos sólidos, quantos trabalhadores, quantos dias, quantas máquinas e quantos dias, e qual o custo do material utilizado; -----

----- j) Quanto não entrou nos cofres da Câmara da taxa de ocupação de todo o terreno municipal que esteve por conta do Rock in Rio; -----

----- k) Quanto não entrou nos cofres da Câmara da taxa de espectáculo; -----

----- l) Quanto não entrou nos cofres da Câmara da taxa de ruído; -----

----- m) Quanto não entrou nos cofres da Câmara da taxa de publicidade de todos os meios publicitários usados pelo Rock in Rio; -----

----- n) Que outras despesas ou receitas não cobradas aconteceram no apoio ao Rock in Rio; -----

----- o) Quais os apoios e quanto importam dispensados pela EGEAC ao Rock in Rio.” -

----- (Subscrito pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE) -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, disse que iria abordar três pontos na sua intervenção: marchas populares 2006; Centro de Saúde do Lumiar; recomendação nº1, apresentada pelo PCP. -----

----- Sobre as marchas populares leu um pequeno apontamento que fizera, uma vez que lhe parecia também dever salientar aquilo que se fazia de bem na cidade e que contribuía largamente para o lazer da população: -----

----- “Remontam as marchas populares de Lisboa a 1932, quando o entusiasmo do jornalista, pintor e cineasta Leitão de Barros, com a colaboração do jornalista e escritor Norberto de Araújo, respectivamente directores do Diário de Notícias Ilustrado e do Diário de Lisboa, promoveram e apoiaram o concurso de marchas populares em 12 de Junho de 1932, véspera de Santo António. -----

----- Foi Presidente do primeiro júri o pintor Roque Gameiro, tendo as marchas desfilado entre a Praça da Alegria e o Parque Mayer, já à época bastante badalado. -----

----- O processo iniciado ditou, desde então até aos nossos dias, com algumas interrupções, que as marchas populares tenham animado a cidade na noite de Santo António, constituindo um evento de grande atracção turística e divertimento para a população. -----

----- As marchas populares são hoje um genuíno património de Lisboa, integradas nas Festas da Cidade, onde além dos marchantes, o cavalinho, visíveis na actuação na Avenida, se distinguem também todos os que intervêm, como padrinhos, encenadores, cenógrafos, figurinos, responsáveis pela música e letra, aguadeiros e mascotes. -----

----- É de felicitar todas as marchas, em particular a de Alfama, vencedora pelo terceiro ano consecutivo e pela 13ª vez desde 1932, distinguindo-se pelo desfile que efectuou na Avenida, cenografia e coreografia. -----

----- Nunca foram pacíficos os concursos das marchas populares, não tendo sido fácil a tarefa atribuída ao júri de classificação ao longo dos anos. Não espanta, portanto, que desta vez também tenha havido alguma reclamação relativamente às classificações. -----

----- Como Presidente da Junta do Lumiar, não quero deixar de endereçar uma felicitação muito especial à Academia Musical 1º de Julho de 1893, situada na zona histórica do Lumiar, pela determinação que revelou nos últimos quatro anos em levar a cabo a marcha do Lumiar, evocando com alegria e qualidade na noite de Santo António algumas tradições do que foi o Lumiar antigo. -----

----- Finalmente, também uma palavra de estímulo para a EGEAC, Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, e a todas as colectividades envolvidas, que com o seu esforço, dedicação e voluntarismo contribuíram para a organização deste tradicional evento da nossa Cidade de Lisboa. -----

----- Porque foi a marcha de Alfama a vencedora, não queria, como Deputado Municipal, finalizar a minha intervenção sobre esta matéria sem uma referência ao Bairro de Alfama, palavra Alfama, forma portuguesa do árabe *aljama*, que significa fonte quente, onde tem sido levado a cabo um visível processo de requalificação, mas onde falta recuperar condignamente os chafarizes D’El Rei e de Dentro, de tantas tradições no abastecimento de água, ao longo dos séculos, à nossa capital” -----

----- Relativamente ao Centro de Saúde Lumiar, porque havia duas moções falando em centros de saúde, não queria deixar também de abordar o tema. O Centro de Saúde do Lumiar abrangia as Freguesias do Lumiar, da Charneca e da Ameixoeira, estando aí inscritos 77 mil utentes, dos quais cerca de 14 mil sem médico de família. Na sede, no Lumiar, com 47 mil utentes, havia 10.200 sem médico de família. Na Charneca, com 24.400 utentes, havia 2.800 sem médico de família. Na extensão da Musgueira, com 7.400 utentes, 1.300 sem médico de família. -----

----- O quadro médico do Centro de Saúde era de 53 médicos, mas só existiam 39, no Lumiar 24, na Charneca 11 e na Musgueira 4. -----

----- Do antecedente, já não havia no Lumiar Centro de Atendimento Permanente, coisa que vinha sendo muito falada nos últimos tempos, mas sim de segunda a sexta-feira o Centro de Saúde abria das 18 às 22 horas. -----

----- Segundo informação que recebera da Direcção Regional de Saúde, tudo em relação ao Lumiar se mantinha na mesma, excepto... e quem tivesse responsabilidade nessa matéria que a resolvesse, porque ao longo de 4 anos tinha andado a bater o pé com a falta de médicos no Centro de Saúde do Lumiar e nada tinha conseguido. Não sabia quem conseguiria resolver esse problema, mas a verdade era que não se podia aceitar que 14 mil utentes daquele Centro de Saúde estivessem sem médico de família, sendo muitos deles idosos. -----

----- Na verdade, as juntas de freguesia e também a Câmara, nas suas competências, não tinham nada a ver com os centros de saúde, pelo menos por lei, mas de facto a população não compreendia isso, era lá que ia bater e era lá que se queixava de não ter médico de família, era lá que dizia ter votado na actual Junta e era lá que pretendia ver os seus problemas resolvidos. -----

----- Sabia que a falta de médicos era um problema existente no País, mas devia haver vergonha de estar a trazer para Portugal médicos estrangeiros, que muitas vezes, se fossem admitidos nas universidades os alunos que devia haver, com certeza haveria outros médicos e com outra qualidade. -----

----- A recomendação nº1, apresentada pelo Partido Comunista Português, revelava três preocupações: recuperação de prédios no Alto do Lumiar; um acesso pedonal provisório que agora fora retirado, e ainda bem, porque não compreendia a razão disso estar ali; a Biblioteca Maria Keil. -----

----- Relativamente ao primeiro parágrafo, dizia-se que “há 34 anos não tem sido feito nada naquela zona quanto à recuperação dos prédios”. Evidentemente que só poderia falar dos últimos quatro anos, quanto aos outros, quem tivera responsabilidade sobre aquela zona saberia porque é que determinadas coisas não tinham sido feitas e, sendo a Câmara responsável por um Regulamento de Urbanização em Lisboa, determinando que deviam ser feitas obras de oito em oito anos, porque é que os próprios edifícios da Câmara não sofriam essa recuperação e não davam, eles próprios, o exemplo. -----

----- Ali fora um caso que se verificara, mas não podia deixar de dizer que esse número não estava completo, porque, bem sabia o PCP, sempre bem atento e com informações presentes, que nos últimos quatro anos muita coisa tinha sido feita naquela zona. -----



----- Quanto à recuperação de habitações, podia dizer que o protocolo havido com a Câmara Municipal, que tinha a ver com obras em habitação municipal, permitira fazer 31 recuperações em andares naquela zona, onde se tinham gasto cerca de 70 mil euros. Portanto, alguma coisa tinha sido feita, dentro daquilo que a Junta podia fazer. -----

----- Relativamente à Câmara Municipal, era evidente que por diversas vezes fora levantado o problema. Havia que solucionar ali uma questão, que era dentro daqueles edifícios alguns andares serem municipais e outros andares serem particulares. Alguém tinha que levar as pessoas a entender-se sobre quem pagava para recuperar o edifício e fazer as obras. Para isso levava ao local a Senhora Vereadora Maria José Nogueira Pinto no dia 7 de Março, que entrara nas habitações e tinha ficado de dar uma resposta quanto à solução das obras na zona. De resto, tinha estado com ela o Senhor Presidente actual da GEBALIS. -----

----- Por outro lado, a Senhora Vereadora tinha anunciado numa reunião, onde estiveram presentes diversos Presidentes de Junta, no dia 7 de Junho, que criava para aquela zona uma unidade de revitalização do Alto do Lumiar, precisamente para recuperar aqueles prédios. -----

----- Assim, o PSD, no poder no Lumiar nos últimos quatro anos e também no actual mandato, partidários de que a habitação era uma das condições de dignidade humana, para lá de se ter batido para que a Rua Maria Carlota desaparecesse e as pessoas fossem realojadas, que a Azinhaga da Musgueira fosse realojada, que o Bairro da Cruz Vermelha, onde já se iniciara a construção de habitações para o realojamento, fosse realojado. Aquela zona apresentava de facto alguma degradação, mas era preciso falar sobre esse assunto com o que se passava na realidade. -----

----- No segundo parágrafo, espantava-se que sendo a moção assinada pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, sempre atento a essas questões, que tivesse sobre essa matéria uma informação completamente errada. Na verdade, havia um ano que tinham começado as obras naquela zona, o talude estava recuperado e, portanto, esse parágrafo não tinha razão nenhuma de existir. O talude estava todo recuperado, tinha um impacto ambiental bem tratado e parecia-lhe algo que ficaria resolvido naquela zona. -----

----- Relativamente à Biblioteca Maria Keil, ela tinha sido encerrada, não sabia porquê, em Agosto de 2004. Quem a mandara encerrar lá saberia porquê, não estavam cá e, portanto, também não ia interrogar o porquê de se ter encerrado. A Junta tinha questionado diversas vezes que queria a Biblioteca aberta, logo que se iniciara o actual mandato colocou-se essa questão ao novo Vereador da Cultura, que de imediato informou que a Biblioteca iria reabrir. Sentia-se bastante satisfeito porque hoje tinha-lhe sido entregue uma comunicação do Senhor Vereador, de que no dia 1 de Julho a Biblioteca ia abrir. Estava satisfeito porque as diligências efectuadas determinaram que a Biblioteca estivesse ao serviço da população, particularmente no final do ano lectivo, quando as crianças estavam em casa ou pela rua e precisavam de ter um local para ir fazer consultas. -----

----- A recomendação tinha qualquer coisa que não estava bem explícita e, no caso dos “Verdes”, quando entendera que todas as bancadas deviam votar para a requalificação da Quinta da Paz, ou que todas as bancadas deviam votar a colocação de barreiras anti-

sónicas e o arranjo da zona do Parque dos Príncipes, que toda a gente votara por unanimidade, não podia fazer a mesma coisa relativamente a esta moção. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por cumprimentar especialmente o Senhor Presidente em exercício, hoje no exercício dessas funções. Sabia que faria todos os possíveis para colmatar a ausência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- A primeira intervenção em nome do Partido Socialista ia, naturalmente, para saudar todas as pessoas do público que intervieram. O PS tinha estado atento às intervenções e com certeza iria fazer o seu acompanhamento. Permissem-lhe um aparte, uma vez que morava na mesma rua que o Senhor José Domingos, na Freguesia de Santa Isabel, confirmava tudo aquilo que ele tinha dito. -----

----- O Partido Socialista, deliberadamente, entendera que para esta reunião devia trazer só uma moção à Assembleia Municipal, uma moção de solidariedade, que visava combater um acto de injustiça que tinha sido cometido na cidade e no País e para a qual, estava certo, todos não descansariam enquanto o mesmo não fosse repostos. Estava-se a referir à situação criada no Bairro das Amendoeiras e no Bairro dos Lóios, com a doação dos fogos à Fundação D. Pedro IV, doação que ocorrera em determinado momento e que, como estava comprovado hoje, não defendera o interesse público. -----

----- Nesse sentido, o PS entendia que para se resolver essa questão, de alguma complexidade jurídica, dada a situação de facto, era necessário um grande sentido de unidade por parte de todas as forças políticas na Assembleia Municipal. Constatara-se, a partir do momento em que fora proposto por iniciativa do PS, a constituição da comissão eventual, que o discurso de todas as forças políticas era semelhante no sentido de tudo ser feito para reparar o erro cometido e para que pudesse ser feita justiça nesses bairros, no sentido de que os seus moradores pudessem ter direito ao que tinham direito e no sentido de que toda a gente, no final do processo, pudesse sair com uma posição melhor do que a que tinha antes. -----

----- A habitação era um direito dos cidadãos, um direito constitucional. A habitação e as condições de habitabilidade também tinham a ver com as condições da própria dignidade humana e, portanto, de uma má história, de um mau exemplo, de uma situação muito infeliz, podia-se, se quisessem, transformar isso num caso feliz e num exemplo paradigmático. -----

----- Não restavam dúvidas nenhuma de que aquela doação, que não salvaguardara o interesse público, tinha originado de seguida que a Fundação D. Pedro IV, de solidariedade social, tivesse feito como seu primeiro acto tudo aquilo menos o que se intitulava, aumentando as rendas sem se preocupar com nenhuma análise social e sem se preocupar com uma análise da situação de cada bairro, de cada morador, limitando-se a escrever uma carta onde comunicava os aumentos de rendas. -----

----- Quanto a isso, estava tudo esclarecido, mas era importante que a partir dessa situação se pudessem criar as condições para que, em primeiro lugar, os moradores a quem fora prometido pelo Estado cerca de 20 ou 30 anos antes que podiam no fim resolver comprar os fogos onde habitavam, que pudessem agora ter as condições para

vir a adquirir esses fogos. Esse era um dos objectivos por que teriam que pugnar todos em conjunto para o alcançar. -----

----- Em segundo lugar, rejeitar qualquer ideia de aumentos de rendas. Não se podia ser demagogo, naturalmente que as rendas não eram imutáveis, não eram para sempre, tinham que ser actualizadas, mas rejeitar qualquer aumento de rendas antes que se fizesse uma vistoria minuciosa às condições de habitabilidade de cada fogo, porque havia casas que não podiam ter aumentos de renda enquanto não tivessem condições de habitabilidade. Aliás, o Novo Regime de Arrendamento Urbano era muito claro sobre essa matéria e o PS achava que nesse aspecto isso se devia aplicar aos fogos em causa, não podendo haver aumento de rendas antes que se fizesse uma classificação dos fogos, se estavam em bom ou mau estado. Tinha uma grande convicção de que a maior parte desses fogos não estariam em estado de poder suportar um aumento de renda. -----

----- Em terceiro lugar, também entendia, e todos conheciam o terreno na Cidade de Lisboa, que muitos desses fogos não tinham reparação possível, muitos desses fogos tinham sido mal projectados de raiz, muitos desses fogos, porque o Estado fora um mau senhorio e também era importante reconhecer isso, degradaram-se porque não tiveram intervenções atempadas e neste momento repará-los era quase impossível, ou até seria mais oneroso para os cofres públicos recuperar esses fogos do que construir de raiz. Portanto, tinha que se assumir também como objectivo a necessidade para essas pessoas, cujas habitações não tinham reparação possível, de cuidar do seu realojamento em condições de dignidade e de igualdade de circunstâncias para melhor, pelo menos do ponto de vista geográfico, fazendo todos os possíveis para que essas pessoas pudessem ficar na sua freguesia de origem. -----

----- Era para isso que o PS estava mobilizado, era por isso que o PS compreendia e apoiava a posição tomada pelo Governo e que informara à Associação de Moradores, no sentido de que devia ser constituída a tal comissão técnica para acompanhar não só a alteração do auto de cessão dos fogos doados à Fundação D. Pedro IV, mas ia mais longe, também para que estudasse cada caso concreto, porque só assim se poderiam encontrar as soluções desejadas. -----

----- Esperava que a moção tivesse um voto unânime na Assembleia Municipal, porque todos os discursos de todas as forças políticas na Assembleia Municipal iam no sentido de que se devia trabalhar em conjunto para resolver esse problema e os moradores dos referidos bairros tinham razão. Dava um exemplo em nome do PS, e estava-se a dirigir muito particularmente ao PSD: se o problema do PSD em votar a moção era algum dos considerandos, nomeadamente referindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, e reconhecia, até porque a Senhora Vereadora Maria José Nogueira Pinto, a quem queria saudar pelo interesse que vinha tendo nessa matéria, o informara, reconhecia que o parágrafo relativo ao Senhor Presidente da Câmara era porventura injusto, o PS estava disposto a retirá-lo, tal como o ponto 5 da sua resolução, para que o PSD pudesse votar favoravelmente a moção. -----

----- O PS estava convicto de que só mantendo a unidade, que só se a Fundação D. Pedro IV percebesse que não podia jogar na cumplicidade, que não podia jogar na ambiguidade e que não tinha ninguém a tentar proteger-lhe as costas, só assim se

poderia alcançar esse objectivo de tornar a Cidade de Lisboa um bocadinho melhor e resolver uma injustiça gritante que fora criada. -----

----- Reafirmava uma vez mais a completa disponibilidade do PS para retirar o parágrafo referente ao Senhor Presidente da Câmara e o ponto 5, se assim o entendessem. -----

----- Relativamente às moções sobre os centros de saúde, naturalmente que o PS também estava preocupado e também queria compreender. No entanto, fazia uma distinção entre a moção do PCP que, com certeza legitimamente, era uma moção panfletária e meramente de combate político para deitar abaixo o Governo. Estava no seu direito, não podia era contar com a cumplicidade, o apoio e o voto do PS. -----

----- A moção do PSD sobre essa matéria levantava questões que também preocupavam o PS, que também queria conhecer os estudos, queria que a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo fosse ouvida nessa comissão e nesse sentido, se o PSD aceitasse algumas das sugestões feitas pelo PS de alteração dos textos, estaria disponível para votar essa moção. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, referiu que o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha falado no sentido de unidade criado em relação a essa questão. Todas as forças políticas tinham feito esse esforço, nomeadamente na comissão. -----

----- Na última comissão, em que se estava a elaborar um relatório sobre essa questão, tinha referido que qualquer força política tinha legitimidade para apresentar moções sobre essa questão e tinha sido violentamente criticado por elementos do PS e do PSD, porque se alguma força política fizesse isso estava a quebrar a unidade. Qualquer outra força política o podia ter feito, não o fez respeitando esse compromisso que havia dentro da comissão. -----

----- Três questões: -----

----- Se tinha ou não havido articulação com os Deputados Municipais do PS dessa comissão; -----

----- Que alteração tinha havido desde a última reunião até ao Plenário, para que o PS apresentasse uma moção nesse sentido; -----

----- Porquê a omissão da responsabilidade da Administração Central nessa moção. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Coelho (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que eram quase as mesmas perguntas do Deputado Municipal Paulo Quaresma, mas também uma outra, que era no terceiro parágrafo, quando se fazia um historial sobre a actuação do Primeiro-Ministro Durão Barroso e do Dr. Pedro Santana Lopes, porque é que também não se falava sobre a decisão da Assembleia Municipal. -----

----- Outra situação era quando se dizia que estranhava o silêncio do Senhor Presidente da Câmara. Na comissão tinha estado a Senhora Vereadora, que relatara as suas preocupações, que ia acompanhar toda a situação e falar com o Secretário de Estado. Neste momento a Senhora Vereadora estaria a tratar do assunto e, portanto, estranhava esse pequeno parágrafo. -----

----- Relativamente ao quarto ponto, quando hoje se era confrontado pelas notícias de que o Senhor Secretário de Estado tinha proposto a constituição de uma comissão técnica, não se percebia a razão da Assembleia também constituir uma comissão técnica quando já havia uma comissão. -----

----- Perguntou, no entender do PS, para que servia a comissão neste momento existente do Bairro das Amendoeiras e dos Lóios. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que começava pela última pergunta, porque era importante e convinha esclarecer. Tinha que se distinguir o papel de uma comissão eventual do próprio Plenário da Assembleia Municipal, uma comissão eventual tinha a obrigação de acompanhar, fiscalizar, ouvir, propor pareceres, mas o papel da Assembleia Municipal nesse período dos trabalhos era eminentemente político, não havia nenhuma moção que fosse técnica. -----

----- O que deviam mostrar todos à Fundação D. Pedro IV era que não havia brechas nas forças municipais em relação aos seus propósitos. Teria muito gosto em votar uma moção do PSD, do PCP ou de qualquer força política, se fosse para demonstrar à Fundação D. Pedro IV que estavam todos unidos e que jamais cairiam no seu jogo de dividir para reinar. -----

----- Uma comissão eventual tinha uma função muito específica, o Plenário da Assembleia Municipal tinha outra função completamente diferente e tinha que ser valorizado. -----

----- Com isso também tinha respondido um pouco à questão colocada pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, mas gostava ainda de dizer que o que acontecera de novo, tal como tinha sido informado, era que havia um novo dado da situação que não tinham até agora e era que, não questionando a legalidade da transmissão e por isso a situação era muito complexa e requeria uma grande unidade... havia um parecer a dizer que era legal a transmissão, mas não tinha sido salvaguardado o interesse público, o que parecia um paradoxo, mas era assim mesmo. Com esse novo dado, não se podia esperar um segundo, tinha que se demonstrar à Fundação “vejam lá por que caminho querem seguir”. Nessa perspectiva, talvez a palavra correcta não fosse “propor”, mas “apoiar” a constituição da comissão, embora nas competências da constituição dessa comissão se fosse um pouco mais longe do que o Governo tinha proposto. O Governo tinha proposto que fosse constituída uma comissão para preparar os termos de um auto de cessão e concordava absolutamente com isso, mas achava que a comissão devia já começar a analisar caso a caso, porque isso só podia ter um fim, que era alcançarem-se objectivos definidos por todos e não chegar-se a uma situação em que no fim se lamentava por se ter feito tudo mas não ter sido possível fazer mais, era da Fundação, paciência. Não era essa a postura do PS nessa matéria. -----

----- Com esse dado novo, era necessário analisar caso a caso, era necessário repor justiça. Quem tinha direito a alienar o seu fogo devia poder fazê-lo. Quem não quisesse alienar, com certeza que teria que estar sujeito ao mercado de habitação, naturalmente social, ao novo arrendamento, mas só depois das obras de reabilitação e dentro do espírito da Lei, não como tinha sido feito, com aumentos de milhares por cento de imediato. As pessoas cujo fogo não fosse recuperável, deviam ter direito a uma nova

habitação. Era essa a posição do PS nessa matéria e daí que não restassem dúvidas sobre a questão. -----

----- Não fazia parte da comissão eventual, não estava a par das actas nem daquilo que se passava na comissão, a moção era assinada só por si para responsabilizar o grupo no seu todo, não tinha nenhum intuito a não ser chamar a atenção de novo para esse problema e para que a Fundação D. Pedro IV percebesse que a Assembleia Municipal, nessa matéria, estava completamente unida. -----

----- Depois das explicações que a Senhora Vereadora Maria José Nogueira Pinto lhe dera, estava completamente disponível para retirar o parágrafo referente ao Senhor Presidente da Câmara, talvez tivesse sido exagerado, uma vez que até os resultados eram muito mais vantajosos, pois podia originar o voto favorável também do PSD. Parecia-lhe fundamental que o PSD estivesse nesse processo, sempre o tinha dito. -----

----- Quanto ao passado, alguém tinha perguntado porque é que tinha omitido. Depois das eleições autárquicas era o PS, por acaso, podia ter sido outro, mas era o PS que tomara a iniciativa de falar sobre essa questão e propor a constituição da comissão eventual, mas também tivera a humildade de dizer que tinha cometido um erro quando, dois anos antes, não aprovara a passagem do património do IGAPHE para o Município. Tinha cometido um erro por mau julgamento, mas na altura o Estado tinha cometido um erro muito maior, ao fazer uma transmissão completamente irresponsável e lesando o interesse público. Isso não tinha sido originado pelo julgamento errado, podia-se ter feito um auto de cessão completamente justo e isso não tinha sido feito. Esses erros não eram comparáveis e não podia aceitar que se fizesse o mesmo julgamento sobre as duas atitudes. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que na recomendação nº1, apresentada pelo PCP, tinha sido retirada uma frase que constava de um relatório enviado pelos moradores à Câmara Municipal, porque se soubera entretanto que o problema tinha sido resolvido, mas não tinha sido resolvida a questão do acesso à Rua Queirós Pereira, porque tinha estado no local e a passagem estava cortada. As pessoas idosas, para serem retiradas por bombeiros ou por ambulâncias, era um grande problema e, portanto, era necessário ser resolvido o acesso à rua. Mas não era só isso, porque o lixo, as ratazanas, o perigo para a saúde pública em toda a Rua Queirós Pereira era mais que evidente e mesmo noutros sítios do Bairro da Cruz Vermelha. -----

----- Obviamente, o PCP ia congratular-se com a possível e anunciada reabertura da Biblioteca Maria Keil. Tinha estado na sua inauguração, ainda com a Senhora Vereadora Maria Calado em outros mandatos, e era um local de profundo interesse para a população e, nomeadamente, para as crianças, mas agora era preciso dotá-la de gente, para poderem trabalhar com as crianças e com a população. -----

----- Para além disso, era necessário formar condomínios, porque a Câmara continuava proprietária de muitos daqueles andares, alguns moradores tinham comprado as suas habitações e era preciso que alguém trabalhasse no sentido de formar condomínios para que as obras fossem efectivamente realizadas. Sabia-se existirem tectos perfeitamente

em ruína, paredes a deixar entrar água e, portanto, vidas em risco, sendo necessário tratar desse problema. -----

----- Tinha-se retirado da moção essa frase já ultrapassada, felizmente, mas convinha olhar para toda aquela zona com olhos de ver e resolver outros problemas, como por exemplo junto do parque infantil, já no Alto da Torre, placas dos prédios que se estavam a partir e a cair, sendo um risco também para a população. Portanto, a recomendação, pelo seu interesse, pelo levantamento de várias questões que tinham a ver com o local, devia ser aprovada pela Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à moção nº3, do PSD, achava que vinha abrir as portas exageradamente à tal descentralização e desconcentração sem os meios financeiros e técnicos fundamentais. O Congresso da Associação de Municípios em 2005, no Funchal, tinha tomado posição muito firme sobre essas matérias. Descentralização sim quando houvesse condições para que os municípios pudessem assumir essas responsabilidades, se não houvesse condições os municípios não deviam aceitar esse tipo de responsabilidades. -----

----- Para além disso, havia um outro patamar do poder a criar, que era o das regiões, estando nesse caso a Área Metropolitana de Lisboa, que com mais poderes, com mais meios, com a eleição directa dos seus órgãos, teria condições de tratar muitas dessas questões. Era nesse sentido que o PCP apostava e, portanto, em princípio votaria contra a moção nº3. -----

----- Quanto à moção nº4, o PCP estava solidário com os moradores e tinha estado na Rua do Século, quando se manifestaram junto da Secretaria de Estado para que o Governo assumisse essa questão. Parecia que na moção nº4, na parte deliberativa, devia haver uma proposta para que o Governo viesse a intervir e a decidir sobre o regresso do património à esfera do Estado e não só a resolução das rendas e de criação de melhores condições. A Administração Central tinha que assumir essa responsabilidade e tinha que liderar esse processo, porque só ao Poder Central cabia a responsabilidade de reassumir o património. -----

----- Nesse sentido, fora mais longe o representante dos moradores, que saudava, na intervenção que fizera na Assembleia Municipal, ao noticiar uma proposta. Era no âmbito dessa proposta que devia ser respeitada a comissão eventual criada na Assembleia, porque se o PS tinha a Presidência dessa comissão eventual, ao saber de uma novidade, a sua obrigação era convocar a comissão eventual para que fizesse um relatório e uma proposta à Assembleia Municipal e não actuasse individualmente. Isso não era unir as forças políticas da Assembleia Municipal. Unir as forças políticas na Assembleia Municipal era trabalhar para unir as forças políticas representadas nessa comissão, onde estavam todas. -----

----- O PCP ia votar favoravelmente a moção, mas chamava a atenção para a responsabilidade do Governo, que era a principal na resolução desse problema jurídico extremamente pesado e que tinha que ser resolvido a favor dos moradores. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por explicitar que a moção do BE sobre a Assembleia Municipal aceder ao relatório preliminar da Baixa-Chiado, quando se falava dele ser apresentado à Assembleia

Municipal era a instituição Assembleia Municipal, não tinha que ser em Plenário. Podia ser em reunião de líderes, por exemplo, em conjunto com a Comissão de Urbanismo, o que não parecia bem era que tivesse sido apresentado um relatório preliminar a uma série de instituições, direcções da Câmara, Turismo, etc., e que o órgão principal de debate democrático não tivesse ainda acesso a isso. -----

----- Quanto à moção apresentada pelo BE sobre o Rock in Rio, na última sessão da Assembleia Municipal o Senhor Vereador e Vice-Presidente da Câmara tinha dito que o BE pela segunda vez falava meias verdades. Hoje queria dizer que quem tinha dito meias verdades na Assembleia Municipal era exactamente o Senhor Vice-Presidente da Câmara, porque no momento em que se estava na Assembleia Municipal a debater um facto consumado, de estar a existir um festival de Rock in Rio e estar-se a aprovar os apoios a esse festival, a Câmara estava a negociar com o Rock in Rio, era público e estava nos jornais, os próximos apoios para 2008. Perguntou o que é que a Câmara iria fazer, se iriam voltar a debater e discutir o que aconteceria ao Rock in Rio em 2008 depois de ter começado. -----

----- Os promotores do Rock in Rio tinham tempo para contratar os artistas e fazer tudo, mas a Assembleia Municipal nunca tinha tempo, a não ser quando já era um facto consumado. Portanto, quanto a meias verdades, estavam conversados. -----

----- Por outro lado, havia mais de um mês que o Senhor Vereador dissera na Câmara que ia apresentar as contas detalhadas e o que o BE pedia eram as contas todas detalhadas. O Senhor Vereador tinha dito que custava no máximo um milhão de euros, mas podia falar de uma postura municipal em vigor neste momento sobre quanto custava ocupar um terreno municipal e que era de 1,98 euros por metro quadrado/dia. O Rock in Rio ocupava 200.000 metros quadrados e, portanto, se a conta fosse feita apenas a um dia, eram 380 mil euros, mas devia-se contar que o Rock in Rio tivera aquele terreno ocupado cerca de dois meses. -----

----- O Vereador do BE, havia pouco tempo, tinha pedido um electricista para ir arranjar o sistema de ar condicionado e a resposta dos serviços fora que não havia electricistas disponíveis, a não ser a meio de Junho, que era quando saíam do Rock in Rio. -----

----- O BE queria conhecer as contas todas e não acreditava que se tivesse gasto apenas um milhão de euros, porque não era apenas o dinheiro que se gastava, era também o dinheiro que não entrava nos cofres da Câmara. Depois vinha a Câmara dizer que não tinha dinheiro para muitas coisas e, portanto, queria respostas concretas, precisas, que era para isso que existiam, ou então não valia a pena estar na Assembleia Municipal. ---

----- Esperava que os Deputados Municipais todos não quisessem fazer figura de corpo presente e quisessem realmente saber o que custara aos munícipes de Lisboa o festival do Rock in Rio. O BE sempre dissera que estava de acordo em haver alguns incentivos, mas atenção, não tinha sido um milhão de euros dado ao Rock in Rio por uma empresa de lucro privado. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, lembrou que a Biocoop, Cooperativa de Consumo Biológico, vinha sendo exemplar no seu trabalho de disponibilização de produtos biológicos para os cidadãos da Cidade de



Lisboa. A Câmara de Lisboa, reconhecendo a sua importância, tinha chegado a dar alguns passos com vista a estabelecer os contornos do projecto de execução de um mercado biológico na Capital Portuguesa. O edifício do mercado teria uma arquitectura biológica e bio-climática e, como equipamento de apoio, espaços para actividades lúdicas, hortas pedagógicas, restaurante, o primeiro centro de documentação de ecologia em Portugal, um jardim de infância e ainda um centro de formação. -----

----- Nas palavras da própria Câmara Municipal, tratava-se de um projecto com três valências: produção, venda de produtos e sensibilização ambiental. Estava-se, portanto, perante uma proposta inovadora, que previa a cedência de um espaço a uma entidade cooperativa para a criação e manutenção de uma zona verde de características únicas e que possibilitaria aos lisboetas uma sensibilização aprofundada nas questões relacionadas com o ambiente, mas também com o consumo responsável, através da animação de inúmeras actividades, palestras sobre os mais variados temas relacionados com a ecologia e com um modo de vida mais saudável, ateliers, exposições, debates, etc. -----

----- Nesse espaço seria sediada ainda a Biocoop, com uma loja ecológica diversificada e a animação semanal de um mercado biológico. Essa cooperativa, que contava já com cerca de 2.400 famílias como sócios, vinha desempenhando um papel importantíssimo no respeitante à divulgação dos produtos biológicos e para a sensibilização das pessoas quanto à importância e às vantagens do consumo de produtos biológicos. Aliás, a importância desse projecto, o trabalho da Biocoop, a sua experiência e idoneidade eram claramente reconhecidos por parte da Câmara Municipal, conforme se podia ver nos considerandos da proposta 592/05, aprovada por unanimidade pelo Executivo da Câmara em Setembro de 2005. No dizer da Câmara Municipal, “a Biocoop é a única cooperativa de consumo de Lisboa vocacionada exclusivamente para os produtos biológicos e ecológicos”. -----

----- Tinha estado sediada durante oito anos no Mercado Municipal do Chão do Loureiro e, com o encerramento desse mercado, a Câmara comprometera-se a assegurar uma alternativa de localização para as suas instalações no Concelho de Lisboa. Vinha sendo manifestado pela Câmara o interesse em dotar a Cidade de Lisboa de um espaço para a concretização de programas de sensibilização da população para as questões relacionadas com a agricultura biológica, a ecologia e a defesa de um ambiente sustentável e saudável. -----

----- A Câmara dizia ainda que: “a Biocoop é uma entidade sem fins lucrativos, com experiência e idoneidade nesta área de actividade, comprovada internacionalmente. A Biocoop propõe-se realizar um projecto ecológico para Lisboa, no qual se inserem actividades formativas, culturais e lúdicas, dirigidas à população”. -----

----- Apesar da Câmara Municipal ter assumido em 2001 o compromisso de disponibilizar um local para a comercialização e divulgação dos produtos provenientes da agricultura biológica, a Biocoop continuava instalada provisoriamente num espaço do Município de Loures, junto ao Aeroporto de Figo Maduro. Essa situação levava à suspensão de projectos que a própria Biocoop tinha considerado, face à promessa da

Câmara Municipal de Lisboa da cedência de um terreno no Parque Urbano do Vale Fundão. -----

----- Tendo passado já cinco anos sobre o compromisso assumido pela Câmara de Lisboa e considerando não só as expectativas criadas à Biocoop, tanto com a promessa em 2001, mas sobretudo com a aprovação pela Câmara da proposta em 2005 e, mais importante ainda, considerando a necessidade da Câmara honrar os seus compromissos, “os Verdes” propunham que a Assembleia Municipal recomendasse ao Executivo a resolução desse problema, através da concretização da proposta 592/05, ou através de outra proposta com os mesmos propósitos dessa. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PSD)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção vinha a propósito de uma peça intitulada “Me Cago en Díos”, em exibição num teatro de Lisboa. Sabia que o Senhor Presidente da Câmara já teria feito uma comunicação a demarcar-se dessa situação, mas não podia deixar de manifestar o seu mais profundo repúdio e indignação pelo título e conteúdo da peça. Em todo o caso, reconhecia que era o preço a pagar pelo direito de expressão, direito esse que lhe tornava possível estar a lavar o seu protesto. -----

----- Era um ponto assente que a obra de um artista era o resultado do que lhe ia na mente. Da Vinci fizera “A Última Ceia”, Dali a “Sublime Crucificação”, Picasso a “Guernica”. -----

----- Esses artistas defecavam. Estavam no seu direito, mas que o fizessem à sua custa e não subsidiados, quer pelo Governo, quer pela Câmara Municipal de Lisboa. Esperava que na Assembleia da República o Governo fosse interpelado pelo Parlamento sobre a leviandade de subsidiar o ataque gratuito a uma larga faixa de portugueses. -----

----- Quanto à Câmara, diriam que o faziam indirectamente, mas aí recorria a palavras da Senhora Vereadora Rita Magrinho, que a propósito dos apoios dados ao Rock in Rio, afirmara o seguinte em sessão camarária: -----

----- “Sistematicamente, quando certas iniciativas são tomadas com o aval da Câmara, lá estamos nós a ter que apoiar iniciativas que politicamente são profundamente controversas, primeiro porque dividem a sociedade portuguesa e, portanto, a Câmara tem que ter em consideração que o apoio a certo tipo de entidades com estas características deve merecer pelo menos alguma ponderação... acontece com esta entidade que já aqui foi referida a propósito da interrupção voluntária da gravidez e do chamado direito à vida” -----

----- Também o Senhor Vereador Dias Baptista, nessa mesma sessão, dizia: -----

----- “No que respeita às instituições beneficiárias daquilo que são os apoios outorgados pelo Município, porque é disso que estamos a falar, embora de uma forma indirecta, tem que haver aqui o cuidado de fazer com que esses benefícios a essas instituições, sejam elas ONGs ou sejam aquilo que forem, sejam consensuais na nossa sociedade”. Mais adiante: “Esta é uma área onde a intromissão que a Câmara está a fazer é completamente errada, errónea e absurda.” -----

----- Se esses Vereadores se tinham pronunciado dessa maneira a propósito de uma instituição que defendia, segundo julgava sem intuítos ofensivos, pontos de vista opostos aos seus, o que não poderia agora dizer. Mas ia terminar dizendo o seguinte: se

a companhia de teatro queria defecar, que o fizesse à sua custa; se o público queria assistir a tal espectáculo, que pagasse bilhete; à custa de todos não. -----

----- **O Deputado Municipal Rogério Santos (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que a degradação do espaço público na zona do Bairro da Cruz Vermelha e a não resolução das legítimas aspirações dos moradores da Rua Pedro Queirós Pereira tinha como pano de fundo o modo como a direita planeava o desenvolvimento do País, Município ou Freguesia. Nas zonas em que a população tinha dificuldades em termos sociais, era normalmente um abandono total. -----

----- A Alta de Lisboa era um exemplo. Os equipamentos sociais que estavam previstos tardavam em estar concluídos, o espaço público degradava-se, havia uma má gestão da manutenção das habitações, não existia intervenção planeada dos parceiros sociais a actuar nos bairros, tornando-se instituições fechadas sobre si mesmas. -----

----- Nesses bairros devia-se ter uma visão estratégica de desenvolvimento que possibilitasse uma integração perfeita no meio envolvente. Era de referir que se tratava de bairros com grande taxa de natalidade e com grande percentagem da população infantil e juvenil a necessitar de apoio. Devia-se facultar-lhe os instrumentos que permitissem a sua auto-suficiência e criar um espaço público aprazível que fomentasse a sua auto-estima e o orgulho na área de residência. -----

----- Pelos motivos expostos, o PS ia votar a favor a moção apresentada pelo PCP. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que qualquer coisa não ia bem no reino do planeamento na Cidade de Lisboa, ou melhor, qualquer coisa não ia bem no reino da construção, conservação e valorização do património edificado da Cidade de Lisboa. Em menos de dois meses, tinha sido decretada pena de morte para a Fábrica Barros, um exemplo notável de arquitectura industrial do século XX e que, segundo julgava, era um projecto do Arquitecto Manuel Tainha. A Fábrica Simões, em Benfica, era penosamente executada e agora configurava-se um novo atentado, que era o anunciado e badalado Plano de Alinhamento e Cérceas Para a Avenida da República, situação mais complexa do que as outras duas enunciadas, pois tratava-se daquilo a que se podia chamar o património difuso. Não era um objecto arquitectónico que se pretendesse preservar ou valorizar, mas sim um conjunto urbano, um ambiente, um espaço público de relação. -----

----- Era uma colecção onde figuravam raros exemplos de arte nova na Cidade de Lisboa, neo-românticos, o ecletismo, a arquitectura moderna. Era assustador pensar que esses exemplos puros podiam ser acrescentados de um ou dois pisos em benefício privado e era também assustador pensar que desse aumento iria resultar mais trânsito, mais ruído, mais stress para os utentes e habitantes da zona. -----

----- Recordava que, hoje, atravessar a Av. da República consumia entre 5 a 6 minutos da vida das pessoas. A Av. da República teria mais ou menos 90 metros de largura e só 6 metros eram destinados a peões, o resto era estacionamento, separadores, etc. Recordava ainda que neste momento a Av. da República era um eixo de atravessamento da cidade e que essas circunstâncias iam ser profundamente agravadas com a entrada em funcionamento do túnel do Marquês. -----

----- Era verdade que a degradação da Av. da República vinha em crescendo havia muito tempo, razão pela qual haveria que inverter essa tendência e razão pela qual o PCP apresentava a moção nº2, em que se solicitava que toda a intervenção a levar a efeito no eixo da Av. da República fosse baseado em estudos gerais e decisões globais que incluíssem todos os aspectos da composição urbana, nomeadamente os referentes ao conforto, à segurança dos utentes da cidade e à preservação dos valores patrimoniais, com exclusão de medidas isoladas de carácter sectorial que pudessem resultar em futuro prejuízo dos interesses públicos. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que queria defender uma moção que o BE apresentara relativamente ao aumento das tarifas de transportes públicos, moção essa onde se propunha, nomeadamente, a revogação da decisão do aumento em Julho próximo das tarifas de transportes públicos e onde se solicitava ao Governo a definição de uma política de transportes na Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- O aumento tarifário representava para os cidadãos um aumento de encargos, numa altura em que havia um desemprego muito elevado, em que havia um congelamento dos salários, o que era só por si um aspecto extremamente importante, mas também esse aumento tarifário teria outros efeitos negativos, no entender do BE. -----

----- Era conhecida de todos a deficiente intermodalidade dos transportes, com excessiva dependência da rodovia e do uso de veículos automóveis privados e com insuficiente desenvolvimento de outros modos de transporte, nomeadamente os transportes ferroviários. -----

----- Constatava-se ainda uma reduzida eficiência, ou se quisessem uma elevada intensidade energética e carbónica dos modelos de mobilidade. As emissões de gases com efeito de estufa tinham aumentado em Portugal sem considerar as emissões atribuíveis aos incêndios florestais de 37% entre 1990 e 2003. Ultrapassara-se já em 10% a meta de 27% do crescimento de emissões de gases estabelecida ao abrigo do Protocolo de Quioto. Ora, o dióxido de carbono representava cerca de 80% da emissão de gases com efeito de estufa em Portugal e as principais fontes de emissão de CO<sub>2</sub>, com peso semelhante, eram a queima de combustíveis fósseis para a produção de energia termo-eléctrica e o consumo de combustíveis por veículos automóveis. -----

----- O consumo de combustíveis por veículos automóveis tinha crescido 95% entre 1990 e 2003 e constituía um factor determinante no agravamento da situação global relativa à emissão de gases com efeito de estufa. -----

----- Por outro lado, a elevada dependência energética da energia importada, petróleo e gás natural, com forte concentração das origens geográficas, era agravada pela volatilidade e tendência estrutural de aumento de preços desses recursos não renováveis e de natureza estratégica. Tinha por isso pesadas implicações no deficit externo português, pelo que era prioritário diminuir a dependência que hoje se verificava em relação ao transporte rodoviário e muito em especial ao transporte rodoviário individual. Era, portanto, urgente o desenvolvimento de planos de transportes urbanos sustentáveis, visando reforçar a utilização do transporte público, o que seria especialmente importante em áreas de grande densidade populacional, como era a

Cidade de Lisboa e a Área Metropolitana de Lisboa. Para isso era necessária uma política que assegurasse a plena integração física, tarifária e lógica dos sistemas de transporte público de passageiros, que garantisse a qualidade do serviço prestado, a sua segurança e a sua acessibilidade económica à generalidade dos cidadãos. -----

----- Era necessária uma política de promoção do transporte público, o que não era compatível com aumentos sucessivos das tarifas. Tinha havido um aumento em Outubro passado, em Janeiro e anunciava-se um para Julho. No entender do BE só assim seria possível assegurar as grandes metas estratégicas de sustentabilidade, nomeadamente aquelas que Portugal se comprometera no quadro do Protocolo de Quioto. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que queria falar sobre algumas das moções apresentadas pelas várias forças políticas. -----

----- Começava pela moção nº2, que tivera um comentário do Deputado Municipal Silva Dias e que se referia à problemática das cérceas na Av. da República. O Deputado Municipal Silva Dias era um profundo conhecedor das matérias de urbanismo, era um profundo teorizador dessas matérias e tinha vindo, dentro da óptica dos princípios que defendia, a afirmar uma permanente oposição às transformações que se vinham a verificar nessa área em algumas iniciativas da Câmara, nomeadamente as que referira em relação à Fábrica Simões e à Fábrica Barros, em relação agora à Av. da República. De facto era um profundo teorizador e conhecedor profundo dessas matérias e era até bastante agradável ouvi-lo, pessoalmente tinha a máxima das considerações pela sua cultura e pelo seu valor técnico. -----

----- No entanto, o Deputado Municipal Silva Dias não era um inocente na Assembleia, não tinha vindo ontem para a Assembleia Municipal e tinha assistido durante muitos anos a situações, dentro da óptica dos princípios que defendia, muito mais agressivas do que as que agora contestava. Não se lhe tinha ouvido manifestações tão teóricas, tão alongadas, tão pormenorizadas sobre matérias como o que se fizera na Av. da República, sobre o que se fizera no Técnico, sobre os planos de pormenor na Lapa, um conjunto enorme de situações que a cidade fora vivendo e que, naturalmente, uns contra e outros a favor, todos iam manifestando a sua opinião. A opinião do Deputado Municipal Silva Dias durante todos esses anos era sistematicamente de apoio a essas iniciativas, que algumas delas, mesmo na óptica dos princípios com que podia não corroborar, ainda bastante mais ofensivas do que as que agora contestava. -----

----- Em relação a esse Plano das Cérceas da Avenida da República, parecia-lhe que a Câmara estava a dar conhecimento do Plano, até à Comissão de Urbanismo, e nada estava terminado. Devia-se ter em conta que o Plano não estava acabado, não estava aprovado, não fora submetido à Câmara nem à Assembleia Municipal. Havia algumas ideias e alguns esboços sobre essa matéria, mas tudo estava ainda numa situação de se ir resolver, o que teria que acontecer, tinha que haver uma solução para aquela Avenida completamente descaracterizada. -----

----- Aquilo que falava o Deputado Municipal Silva Dias sobre as características especiais da Av. da República, elas estavam completamente descaracterizadas por força das intervenções sucessivas que foram tendo ao longo de muitos anos e não unicamente

no actual mandato. Portanto, havia que actuar com consciência, com cuidado, com cautela, e era isso que a Câmara estava a fazer e iria fazer. Naturalmente que tudo o que fizesse teria sempre a contestação do Deputado Municipal Silva Dias e do PCP, mas era o risco que se corria quando se queria fazer cidade nova e isso era fazer cidade, era resolver problemas. Parecia-lhe que até a ideia da perequação que a Câmara estava a lançar em relação à valorização daquilo que ia intervindo podia ser uma solução óptima para resolver esses problemas. Portanto, o PSD iria naturalmente opor-se e votar contra essa moção. -----

----- Quanto à moção do PSD sobre a necessidade de um Programa de Descentralização Administrativa, o PSD tinha vindo a defender na Assembleia Metropolitana que havia de facto a necessidade de dotar de instrumentos capazes de actuação os novos órgãos criados, nomeadamente as Grandes Assembleias Metropolitanas. Na moção era referido claramente que isso só podia ser feito com a afectação dos recursos humanos, materiais e financeiros. -----

----- O Deputado Municipal Modesto Navarro tinha dito que isso seria, de alguma forma, uma maneira de encapotar essa necessidade, mas não, estava expresso que só deveria ser feito se esses recursos humanos, técnicos e financeiros fossem simultaneamente transferidos com as competências. Isso tinha sido sempre uma reivindicação dos autarcas e parecia-lhe que não poderia haver outra forma de se poder vir a fazer essa descentralização nas autarquias, quer fossem câmaras, quer fossem áreas metropolitanas. -----

----- Em relação à moção subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, relativamente ao Bairro das Amendoeiras e ao Bairro dos Lóios, que tinha sido defendida com grande dinâmica e interesse, havia que referir que de facto era um contrasenso, a moção estava deslocada. Não sabia se o Deputado Municipal Miguel Coelho queria tirar algum efeito político pela apresentação da moção, porque não acreditava que, sendo ele líder da bancada, não tivesse conhecimento de existir uma comissão eventual para análise e discussão dessa matéria. Se fosse qualquer outro Deputado Municipal, que não fosse líder da bancada, que apresentasse uma moção, sempre podia dizer que não sabia existir uma comissão, que não se lembrava, mas era óbvio que o líder da bancada tinha conhecimento e sabia que, ao fazer essa moção, estava a desacreditar, a menorizar, a dizer que não interessava o trabalho que pudesse vir a ser desenvolvido pela comissão eventual. -----

----- Se a Assembleia Municipal tinha decidido criar uma comissão eventual para análise dessa matéria, não podia haver maior justificação do interesse da Assembleia Municipal em resolver o problema. Era a maior manifestação possível, a própria Assembleia achar esse assunto tão importante que criara uma comissão específica. Perguntou o que queria o Deputado Municipal Miguel Coelho com a moção. Naturalmente que fosse dissolvida a comissão eventual, porque já não fazia sentido. ----

----- Os princípios que estavam referidos, estavam todos de acordo com eles, mas o problema era a falta de oportunidade da moção. Queria criar um facto político à revelia do interesse das pessoas que estavam a trabalhar honesta e afincadamente na resolução desse problema, que eram os membros da comissão. Admitia a necessidade que todos

pudessem ter em criar momentos políticos para serem aplaudidos pela plateia, mas neste caso estava a fazê-lo desacreditando as pessoas que estavam na comissão e também do seu próprio partido, o que não fazia sentido. -----

----- De qualquer maneira, o PSD não podia alhear-se dos princípios que estavam referidos e eles estavam correctos, mas havia que concluir a moção com “assim dissolva-se a comissão eventual para análise do Bairro das Amendoeira e Bairro dos Lóios”. -----

----- Tinha sido dito que não eram os mesmos tempos, mas fora um tempo muito discutido. Estava na Assembleia Municipal quando fora discutida a possibilidade da Câmara poder vir a receber do IGAPHE todos esses fogos e foi um “chinfrim” incrível, nomeadamente liderados pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, contra esse facto, dizendo as maiores barbaridades em relação a isso. Ele já se tinha retratado, que fora um erro ter feito essas observações e ter levado a Assembleia Municipal, na altura com maioria de esquerda, a votar contra isso. No entanto, não se justificava que apresentasse a moção neste momento, porque estava a desacreditar a própria comissão e, se alguém tinha obrigação de conhecer a existência dessa comissão eventual, era naturalmente o líder do Grupo Municipal do PS. -----

----- Quanto ao mercado biológico e o compromisso da CML com a Biocoop, o PSD estava de acordo com a moção apresentada pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e José Luís Ferreira, visto reconhecer a necessidade de haver de facto uma oferta biológica em termos de produtos frescos, nomeadamente em relação à cidade, onde já existia a conhecida feira do Príncipe Real. Parecia já haver um compromisso da Câmara antecedente relativamente a essa matéria, que não viera à Assembleia Municipal mas havia um compromisso da Câmara, e o PSD apoiaria a moção. -----

----- Finalmente, por muito que se quisesse louvar e apoiar a selecção nacional de futebol a vencer o campeonato do mundo, não se podia utilizar os símbolos da Pátria para fazer qualquer tipo de campanha comercial. Tinha achado vergonhoso que o “Expresso” tivesse distribuído uma bandeira nacional onde, num dos cantos, tinha o símbolo do “Expresso”, o símbolo da SIC e o símbolo do BES. Por muito válidas que fossem as instituições, imaginasse-se, por exemplo, a bandeira da Câmara ter eventualmente qualquer símbolo de propaganda e ser distribuída aos milhares. -----

----- A marca nacional estar confundida com uma marca comercial era um desaforo e a Assembleia Municipal tinha que manifestar, embora fosse um assunto nacional, o seu repúdio perante um abuso sem qualificação relativamente ao uso dos símbolos. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento ao Deputado Municipal Victor Gonçalves, disse que tinha a ver com a verdade dos factos e com a sua própria memória. -----

----- Naturalmente que sobre a questão de fundo da Fundação D. Pedro IV ainda estava à espera da intervenção do líder da bancada do PSD, para saber se aceitava as propostas do PS e como o PSD iria votar. -----

----- O esclarecimento que queria dar e pedir em simultâneo era que, independentemente da consideração pessoal que ambos tinham e que com certeza era

mútua, tinha que se ser rigoroso sobre essa matéria e havia dois pontos em que era preciso claramente pôr os pontos nos is. -----

----- Em primeiro lugar, tinha sido o primeiro a reconhecer, na primeira intervenção que se fizera na Assembleia Municipal sobre a Fundação D. Pedro IV, que se tinha cometido um erro ao não autorizar a transferência do património do Governo para a Câmara. No entanto, esse erro não era sequer comparável com o erro feito a seguir pelo Governo e pelo Estado, que era fazer uma doação sem salvaguardar o interesse público.

----- Havia um outro esclarecimento, e se o Deputado Municipal Victor Gonçalves não sabia tinha a obrigação de o consultar, não podia dizer as coisas com a maior das canduras a coberto do tempo. Quando dizia que o Deputado Municipal Miguel Coelho liderara a oposição e fizera umas intervenções, sugeria que sobre essa matéria consultasse as actas da sessão, uma vez que nem sequer abrira a boca, mas tinha votado. Quem tinha falado era o Presidente da Junta de Freguesia de Marvila na altura, o primeiro a dizer que se opunha à transferência, depois a Deputada Municipal Luísa Sabino do PS, que também se opunha, e depois o Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo com uma intervenção enquadradora, dizendo que o PS era contra se não fossem garantidos os meios para a manutenção dos fogos. -----

----- Não se podia dizer que falara, quando por acaso nem tinha falado e, portanto, o Deputado Municipal Victor Gonçalves devia ser rigoroso nessa matéria, porque assim não estava a prestigiar-se a si próprio. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra para defesa da honra, dirigindo-se ao Deputado Municipal Victor Gonçalves, disse que apesar de todos os elogios que lhe tinha feito, a sua intervenção não escondia a acusação de uma certa cobardia intelectual por não ter denunciado noutras circunstâncias erros que sentia existir na cidade. -----

----- Recordava-se que a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal, já lá iam muitos anos, fora sobre um famigerado Plano de Pormenor para o Quarteirão da Rua de São Bernardo, o que o levava a ser censurado pelo Dr. Jorge Sampaio, a quem o ligavam actos de afinidade cultural e até de admiração e de amizade. -----

----- A sua intervenção baseava-se no facto dos erros do passado não justificarem os erros do presente. Se estavam perante um erro que podia ser cometido na Av. da República, pois denunciava-o e, já agora, ajudava na colecção de argumentos, uma vez que a Av. 24 de Julho tinha sido também uma asneira. No entanto, isso não queria dizer que não se fizesse o possível para que esse erro não fosse corrigido. -----

----- A sua atitude, quer profissional, quer política, que era a que interessava na Assembleia Municipal, não era a conservação do património pela conservação. Sabia-se que o património só se mantinha quando era vivido, mas isso não queria dizer que fosse destruído ou aviltante nos seus valores. Só se pedia ao Executivo que fosse coerente com as suas próprias posições e que, nesse caso, respeitasse os termos de referência acordados para a Av. da República. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra para prestar esclarecimentos, disse que em relação ao pedido de esclarecimento do Deputado Municipal Miguel Coelho, tinha que acreditar quando o próprio dizia que não tinha



intervido na discussão, mas tinha ficado com a ideia, e outras pessoas com quem trocava impressões, era de que teria falado. Se calhar, isso devia-se ao facto dele intervir praticamente sempre em relação a essas matérias e poderia, por analogia, ter considerado que fizera uma intervenção directa sobre esse assunto. Se não tinha feito, naturalmente que lhe pedia desculpa pelo excesso em relação à intervenção que não tivera, mas tinha votado e, como líder do PS, deveria ter condicionado e determinado o voto da própria bancada, certamente que tinha responsabilidades activas na decisão da Assembleia Municipal em recusar que o IGAPHE transmitisse esses fogos. Portanto, tivera uma responsabilidade activa, até porque era um dos principais responsáveis da maioria que existia na altura na Assembleia Municipal. -----

----- De qualquer forma, havia um erro e havia que reconhecê-lo. A Assembleia Municipal tinha cometido um erro, e não ficava nada mal ter sido a primeira coisa a ser dita, que permitira que eventualmente houvesse outros, era o primeiro, o pecado original. Ficava muito bem ao Deputado Municipal Miguel Coelho se tivesse começado por dizer isso, que a Assembleia Municipal, ao decidir isso, cometera um erro que não devia ter cometido e que, na lógica de argumentação que naturalmente teria sobre isso, permitira outro erro. -----

----- Estavam esclarecidos sobre essa matéria e parecia-lhe que, se houvesse algumas alterações na moção, a bancada do PSD estaria disponível a votá-la favoravelmente, nomeadamente alguns considerandos e algumas partes que teriam que ser corrigidas. ---

----- Quanto à intervenção do Deputado Municipal Silva Dias, ele no fundo tinha reafirmado aquilo que tinha dito. Era verdade que por se ter cometido um erro não significava continuar a cometê-lo, isso era verdade para todos, mas havia factos que tinha vindo reiterar e um deles era de que tinha sido admoestado por causa do Plano de Pormenor da Rua de São Bernardo, que era para um banco. Na altura na oposição, o PSD manifestara-se completamente contra, mas isso não tinha valido de nada. Aquilo era uma aberração tão grande, um quarteirão para a sede de um banco e sobre isso fazia-se um plano de pormenor, uma coisa tão distintiva, tão dirigida, tão interesseira que de facto era difícil alguém não se opor a essa iniciativa. O Deputado Municipal Silva Dias tinha-o feito e o que lhe tinha acontecido era que fora admoestado. Perguntou se seria por isso que depois não fora tão agressivo em relação às outras matérias. Ele próprio tinha falado na Av. 24 de Julho, havia as torres do Técnico, o PUAZLE e muitas outras circunstâncias que se viveram na cidade durante 12 anos, onde se tinham feito coisas boas mas também coisas muito más em termos urbanísticos.

----- O Deputado Municipal Silva Dias tinha reconhecido e esse mérito ninguém lhe poderia tirar. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS/PP)**, no uso da palavra, disse que iria fazer uma revista às várias moções apresentadas no PAOD e sobre elas tecer as considerações que entendesse por bem. -----

----- Em relação à moção nº1, do PCP, que estava genericamente contra as alterações dos horários dos SAPs na Cidade de Lisboa, o CDS/PP tinha uma posição que, concordando obviamente com a enorme necessidade de um planeamento adequado de tudo o que dissesse respeito à saúde dos cidadãos, também considerava que a

racionalização do parque de saúde da Cidade de Lisboa, assim como de todo o País, mas era da Cidade de Lisboa que a Assembleia tratava fundamentalmente, não gostava normalmente de posições extremamente fechadas. -----

----- A moção do PCP era nesse aspecto, no seu entender, excessivamente extremista, no sentido de que não considerava sequer qualquer hipótese de bondade num qualquer projecto de racionalização do parque de saúde de Lisboa. -----

----- Essa posição não significava que o CDS/PP concordasse com aquilo que era a falta de diálogo e de planeamento que estavam subjacentes às “propostas” do Governo. Estava entre aspas porque era provável que viesse logo alguém dizer que não eram propostas do Governo e que eram umas notícias dos jornais, especialmente se as reacções a essas notícias fossem negativas. Era uma técnica que muito bem o Governo vinha utilizando, lançava-se umas notícias para o jornal a ver como corria, se corresse bem passava de notícia a proposta, era um novo processo legislativo interessante, se a coisa corresse mal e as pessoas não gostavam e questionavam, então não eram propostas, eram notícias dos jornais. Tinha acontecido nalguns casos, esperava que não fosse agora o caso. -----

----- Claramente, não estava de acordo com a forma como estava apresentada a reordenação do parque de saúde e concordava que essa racionalização era fundamental mas devia ser precedida não só do diálogo necessário à adaptação das situações, às particularidades das populações, como também a um planeamento, de forma a que os efeitos positivos que se pudessem conseguir com uma reorganização do parque de saúde, assim como de outros serviços públicos, não acabasse por “matar o doente antes de poder ser curado pelos novos medicamentos”. -----

----- Quanto à moção sobre o Bairro das Amendoeiras e Lóios, Fundação D. Pedro IV, o CDS/PP iria votar favoravelmente essa moção do PS, mas diria que sob protesto. Claramente era um assunto da maior relevância para os cidadãos que habitavam nos bairros que agora estavam sob gestão dessa Fundação, aliás, tinha uma posição comum à generalidade da Assembleia Municipal e mesmo da Câmara, uma vez que aí tinham sido aprovados também procedimentos por unanimidade no sentido de acompanhar esse assunto, porque também o sentimento era generalizado de preocupação em relação ao comportamento da Fundação. -----

----- O voto do CDS/PP era no sentido de, obviamente, acompanhar o Plenário na preocupação que esse assunto trazia a todos, o seu protesto era claramente sobre a posição que acabava por trazer de desvalorização, desconsideração, chamassem o que quisessem, em relação à Assembleia Municipal e a todos os Vereadores da Câmara Municipal, da situação e da oposição, e também em relação à comissão que tinha um mandato específico para tratar desse assunto. -----

----- Quanto à moção nº5, apresentada pelo PSD, em contraponto à moção nº1, que tratavam ambas essencialmente do mesmo assunto, seria votada favoravelmente pelo CDS/PP. A explicação em relação à moção nº1 funcionava aqui às avessas, parecia-lhe que a posição do PSD era muito mais consentânea com uma posição racional, que era de considerar que nada era imutável e irreversível desde que a evolução fosse no sentido de favorecer todo o universo dos cidadãos. Era nessa perspectiva que o CDS/PP

iria votar favoravelmente e com agrado a moção do PSD, que propunha não uma reorganização cega, não a manutenção do *status quo* pelo simples facto de existir, mas a necessidade de racionalizar de uma forma cuidada, de uma forma dialogante, de uma forma planeada. -----

----- Em relação à moção do BE sobre o Commissariado da Baixa-Chiado e o seu plano de acção, de certa forma o Deputado Municipal Carlos Marques já explicara o que preocupava nessa moção, que não era grave, mas tinha que ver com a forma como se pretendia apresentar esse plano à Assembleia Municipal. Era de referir que esse plano não era ainda um documento final, estava longe disso, era apenas uma etapa de um trabalho que estava a ser desenvolvido. O CDS/PP concordava claramente com essa moção, até no sentido em que a proposta e o plano já deveriam ter sido apresentados à Assembleia Municipal e os próprios responsáveis pelo Commissariado, do qual a Dr<sup>a</sup>. Maria José Nogueira Pinto era uma das responsáveis, reconheceu que embora tendo proposto informalmente um processo de apresentação do plano, obviamente que o deveria ter apresentado formalmente e, portanto, penitenciava-se também, aliás, penitenciavam-se todos por esse lapso. -----

----- O CDS/PP estava de acordo com a necessidade e a vantagem para a Assembleia Municipal e para a Cidade de Lisboa na apresentação do plano, embora de uma forma restrita e a sugestão que fazia era que essa apresentação fosse feita ao nível da Conferência de Representantes, por exemplo. Não era uma proposta formal, era apenas uma ajuda para perceber a lógica desse processo, que levava à apresentação do plano a diversas forças vivas da cidade. De facto não se tratava de uma apresentação formal, era preciso esclarecer esse aspecto, porque obviamente o plano tinha que ser apresentado a quem mandatara o Commissariado, que era a Câmara Municipal de Lisboa, e essa apresentação formal estava devidamente agendada, no caso para o dia 22 de Setembro, mas era óbvio que no sentido de ouvir e de integrar todas as forças vivas da cidade, tinha vindo a ser desenvolvido um plano de apresentações limitadas para que todas as forças vivas da cidade fossem tendo conhecimento das grandes linhas que se iam desenvolvendo e fossem dando contribuições e fossem, possivelmente, acompanhando depois as evoluções que o plano ia tendo, uma vez que não era ainda uma obra acabada e não seria até ao dia 22 de Setembro. -----

----- Obviamente, o BE tinha o apoio do CDS/PP no desejo de ver o plano apresentado à Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à recomendação do PEV sobre o mercado biológico, a bondade dessa moção era evidente, até porque a própria Câmara Municipal tinha apresentado, e fora votado em sessão de Câmara por unanimidade, a constituição desse mercado biológico. Portanto, só havia a dizer que a Câmara Municipal teria que avançar e honrar os compromissos que ela própria apresentava. Aliás, já tinha sido dito por um representante do PSD que a posição era unânime, era um projecto interessante e útil e, como tal, devia avançar. -----

----- Em relação à recomendação sobre a bandeira nacional, claro que devia respeitar-se o símbolo nacional, mas que não se fosse também excessivamente fundamentalista e devia haver alguma flexibilidade no sentido de criar alguma afectividade com o

símbolo nacional, o que também não lhe parecia mau de todo. De qualquer forma, não lhe agradava o uso e abuso que era feito da bandeira e, portanto, gostaria que se respeitasse a bandeira, mas que se garantisse a afectividade do povo em relação a ela. --

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que se tinha já conseguido parte dos objectivos a que se propuseram para o Parque Mayer. O trabalho que a Senhora Vereadora da Cultura e a EGEAC vinham fazendo, com os festivais que tinham acontecido nas últimas semanas no Parque Mayer, era razão para ficarem contentes e para perceber que quando a oposição dizia ser impossível, ou quando algumas pessoas não acreditavam que o Parque Mayer tinha viabilidade, nessa pequena mostra estava provado que o Parque Mayer teria com certeza futuro. -----

----- A EGEAC estava de parabéns com o trabalho que ali tinha feito, envolvendo toda a gente, e nomeadamente os fregueses de São José estavam satisfeitiísimos com o que se vinha desenrolando. -----

----- Convidou os Deputados Municipais a deslocarem-se no dia seguinte ao Parque Mayer, para ver o jogo de Portugal com o México. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, perguntou se resolver o problema do Parque Mayer era tão fácil, para que é que tinham gasto tanto dinheiro com o Ghery. -----

----- O problema da Escola D. João de Castro tinha sido trazido à colação da Assembleia Municipal por um antigo aluno, Sr. Carlos Fogaça. Começava por se congratular que a Comissão Parlamentar de Educação tivesse concluído que não estava fundamentado em estudos técnicos o encerramento da Escola D. João de Castro. Como sabiam, essa Comissão Parlamentar era presidida por António José Seguro, do PS, e, segundo sabia, essa Comissão tinha pedido um agendamento urgente ao Senhor Presidente da Assembleia da República, no sentido do Plenário debater esse assunto. ---

----- Para quem não soubesse, o relatório tinha sido elaborado na sequência de uma petição de mais de sete mil assinaturas de cidadãos que contestavam a suspensão das actividades lectivas da Escola D. João de Castro a partir do ano lectivo 2006/2007 e pediam a sua revogação. -----

----- Também se congratulava com a suspensão pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, que suspendera o processo de encerramento da Escola, dando provimento a uma acção interposta pela Associação de Pais, pelas Juntas de Freguesia de Alcântara e da Ajuda, contra o encerramento dessa mesma Escola. -----

----- Sabia que a nomenclatura que dominava o Ministério da Educação, porque neste momento era a nomenclatura que mandava e não a Ministra, que iria tentar contestar. Tinha 10 dias para contestar e estava convencido de que o iriam fazer. Essa nomenclatura, que havia alguns anos geria aquele Ministério, tinha posto Portugal na cauda da Europa no aspecto educativo, o que era uma vergonha mundial, e conseguia fazer uma coisa espantosa, que era elaborar um documento de 55 páginas onde dizia quais eram as funções dos professores. Dizia que as funções dos professores deixaram de ser ensinar e deviam ser transformados em animadores culturais, em mediadores

entre a família e a escola e a função principal não era ensinar. Aliás, a expressão “ensinar” nunca aparecia nas 55 páginas desse estudo. -----

----- Era uma nomenclatura que tinha conduzido o País ao desastre educativo, tinha familiares professores e era isso que o confrangia. Quando pegava naquilo que os seus filhos estavam a estudar neste momento, era confrangedor. -----

----- Esperava que a Escola D. João de Castro vencesse. De quinta-feira até sábado havia a Romaria de Santo Amaro, onde a Escola iria ter um pavilhão próprio. Haveria uma corrida em defesa da Escola, onde seriam usadas *t’shirts* com a cara de quem quisesse dar o rosto pela defesa da Escola, esperava que fosse um grande movimento e que a Escola se mantivesse aberta. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que apesar de nenhum dos partidos intervenientes até agora se ter referido à recomendação apresentada pelo BE sobre a Internet sem fios na Cidade de Lisboa, que porventura não teriam achado suficientemente importante para merecer a sua opinião, gostava de começar por dizer que parecia não ser essa a opinião do Senhor Presidente da Câmara quando, no passado mês de Março, num salão de imobiliária que se realizara em Lisboa, tinha considerado esse projecto como uma autêntica revolução na Cidade de Lisboa e um salto tecnológico absolutamente inaudito da cidade. -----

----- Ora, o que surpreendia era que se pudesse fazer uma revolução, segundo as próprias palavras do Senhor Presidente da Câmara, sem sequer haver projecto para essa revolução. Ninguém sabia rigorosamente nada, a não ser porventura o senhor empresário João Pereira Coutinho, dono da ARTelecom, do que seria essa cobertura integral por rede *wireless* sem fios da Cidade de Lisboa que estava anunciada para ser concluída, imagine-se, dentro de três meses. De acordo com as palavras do senhor empresário João Pereira Coutinho pronunciadas junto do actual Presidente da Câmara, até Setembro a Cidade de Lisboa estaria completamente coberta de uma rede de Internet sem fios. -----

----- Perguntou se daria para acreditar. No seu caso não acreditava, mas o optimismo dessa proposta era muito mais grave se pensasse que a Câmara Municipal, nessa matéria, estava a ser um agente directo de interesses privados. A ARTelecom não tinha ganho nenhum concurso na cidade para promover, construir, implantar uma rede de Internet sem fios em Lisboa. Não havia nenhum caderno de encargos que alguma vez tivesse sido definido pela Câmara e que tivesse concedido ao operador ARTelecom o direito de instalar uma rede sem fios na Cidade de Lisboa. -----

----- Parecia-lhe que essa matéria era muito grave e que mereceria um esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Câmara e que mereceria, sobretudo, mais uma vez transparência em matéria de superior interesse público. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)**, no uso da palavra, disse que a questão que queria referir já tinha sido abordada por outros Deputados Municipais e prendia-se com as notícias vindas a público sobre eventuais encerramentos de SAPs na Cidade de Lisboa. Havia uma moção que falava disso tendo como base notícias vindas em jornais e o PSD tivera a preocupação de saber exactamente o que se passava. O que havia neste momento era, do ponto de vista da ARS, uma tentativa de reorganizar

algum funcionamento dos centros de saúde e o PSD neste momento estava de acordo em relação a isso. -----

----- No entanto, essa racionalização não podia ser feita só com base em princípios economicistas. O PSD não iria aceitar o encerrar pelo encerrar, por ser mais rentável ter menos unidades abertas e mais unidades fechadas. A questão principal era que deveria haver estudos que consubstanciassem isso e garantir a melhor situação para a população de Lisboa em relação a essa matéria. -----

----- Por outro lado, estando neste momento em discussão um plano de reestruturação das urgências a nível nacional, com a definição do que deviam de ser as urgências a nível hospitalar, a nível dos SAPs, etc., não parecia correcto haver medidas talvez um pouco apressadas nesse sentido, pelo que se devia esperar e ver qual o devido enquadramento a ser feito em relação a essa matéria. -----

----- O PSD aceitava tranquilamente que era necessário fazer mudanças, aceitava que a ARS fizesse as suas diligências, mas também pedia que nos fóruns próprios, como era a Comissão Concelhia de Saúde, que devia dar parecer sobre essa questão, que o Senhor Presidente da ARS também pudesse contribuir para esse parecer e convocasse para tal a Comissão Concelhia de Saúde. Era nesse sentido que o PSD apresentava a sua moção e não podia aceitar a moção do PCP, que no mínimo seria demagógica. SAP's em todos os centros de saúde não era possível e ninguém acreditava nisso e não era por ter mais SAP's abertos que a população de Lisboa iria ter melhor qualidade de saúde, isso era uma falácia. Mais SAP's, com poucas ou nenhuma condições, como existia neste momento, não era viável, era pura demagogia propô-lo e enganar pessoas com essa bandeira. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que começava por agradecer as intervenções do público e iria centrar a sua intervenção na moção nº4, apresentada pelo PS, respeitante ao Bairro das Amendoeiras e Bairro dos Lóios. -----

----- A solidariedade do PSD com os moradores desses bairros não era de agora, era pelo menos já desde 2003, quando a Câmara Municipal de Lisboa, então presidida pelo Dr. Santana Lopes, tinha apresentado uma proposta no sentido dos fogos serem transferidos do IGAPHE para a CML. Essa era a manifestação primeira de solidariedade do PSD para com os moradores. -----

----- Seguramente que se a Assembleia Municipal não tivesse chumbado essa proposta, com os votos do PS, PCP, BE e PEV, esse problema não estaria hoje na ordem do dia, o problema com que os moradores hoje se defrontavam não existia. -----

----- O erro que tinha sido assumido pelo PS era o erro e era esse erro que determinava aquilo que hoje se estava a passar. -----

----- A segunda nota era que o PSD não podia aceitar, em termos de trabalhos de comissões, aquilo que fora uma quebra inaceitável de confiança e diria mesmo que sem memória na Assembleia, entre uma coisa que era combinada unanimemente na comissão, de se apresentar uma moção que retratasse tudo aquilo que a comissão trabalhara sobre essa matéria e não fizesse jogada política com os problemas graves que os moradores passavam e que, de repente, houvesse um partido que desatava

desenfreadamente numa corrida sozinho, talvez para ter o efeito de ter uma notícia no Jornal “Público” de hoje. -----

----- O PSD não corria atrás de notícias no Jornal “Público”, nem em jornal nenhum, queria resolver o problema dos moradores do Bairro das Amendoeiras e do Bairro dos Lóios e por isso mesmo, pesasse embora bastante magoados do ponto de vista político, democrático e ético, com aquilo que se passara na comissão e com o PS, iria votar a moção, porque mais importante que as tricas era resolver o problema dos moradores desses dois bairros. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que tinha ouvido com atenção a intervenção do Deputado Municipal Saldanha Serra e de certeza que muitas coisas que dissera nem ele próprio acreditava nelas, porque a levar a sério aquilo que estava a dizer significaria, por exemplo, que se lhe quisesse dar um isqueiro e não aceitasse e depois fosse pegar fogo com ele no prédio ao lado, era o culpado por não ter querido ficar com o isqueiro. Tinha que se pôr os pontos nos is. -----

----- O facto de ter havido uma votação dos partidos de esquerda a não aceitarem a transmissão da propriedade do Estado para a CML não ilibava quem tinha feito uma doação sem salvaguardar o interesse público. Na altura não era o PS nem nenhuma força de esquerda que estava no Governo, era o PSD e tinha feito uma doação que não salvaguardara o interesse público, onde até as ruas passaram para a posse da Fundação D. Pedro IV. -----

----- Tinha que haver uma mínima noção de decoro dessas coisas, porque o PS humildemente dizia que se soubesse que iria ser assim tinha votado a favor da transmissão da propriedade. De facto não tinha falado nessa reunião e o Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo tinha sido claro ao balizar que o PS não aceitava porque o Governo não transmitia os meios para recuperar os edifícios. Apesar de tudo, tinha havido essa justificação, que era perfeitamente correcta e, aliás, outras forças também tinham dito isso. -----

----- O Deputado Municipal Saldanha Serra não podia vir falar do erro, porque se o PS soubesse que iam ser tão desastrosos a fazer a doação até tinha deixado passar para a Câmara, mesmo sem os meios para a manutenção. -----

----- No entanto, isso era o passado e o que o deixava muito contente era que a unidade não ia ser quebrada e o PSD ia votar a favor da moção, estando assim todos a colocar a Fundação D. Pedro IV “entre a espada e a parede”. A preocupação com o funcionamento da comissão era uma falácia, porque a comissão era para acompanhar, fiscalizar, ouvir, fazer relatórios, pareceres, a Assembleia Municipal era para tomar atitudes políticas. Tal como tinha dito que o PS tomara agora a iniciativa porque parecia fundamental, também estava disponível para votar a favor de muitas iniciativas do PSD sobre essa matéria, desde que salvaguardassem a unidade e o objectivo de derrotar a Fundação D. Pedro IV nesse seu propósito economicista de, apanhando-se na posse de uma propriedade que lhe caíra aos trambolhões e onde não fora salvaguardado o interesse público, agora queria aumentar as rendas e porventura tirar proveitos. -----

----- Para que o PSD pudesse votar a moção sem nenhuns problemas de consciência, o PS retiraria os pontos polémicos. Aquele que referia o Senhor Presidente da Câmara,

que já tinha percebido que fora injusto, porque a Senhora Vereadora Maria José Nogueira Pinto já o esclarecera das questões e, portanto, o PS queria retirar da folha 2 o segundo parágrafo, queria retirar o ponto 5 da deliberação e, em relação ao ponto 4, para que não restassem dúvidas, queria fazer as seguintes alterações que melhor precisavam os objectivos: em vez de “propor” era “apoiar a constituição de uma Comissão Técnica para preparar o auto de cessão para apreciação de cada caso concreto...” e continuava como estava. -----

----- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que tinha valido a pena, apesar de tudo, não obstante o grande dislate que tinha apresentado hoje ao apontar o erro e ilibando, que uma coisa não tinha nada a ver com a outra, mas era um homem inteligente e sabia muito bem. No entanto, apesar desse dislate, o PS ficava satisfeito por finalmente o PSD ter caído na razão e não ter quebrado um consenso que desde o início fora criado na Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, perguntou ao Deputado Municipal Miguel Coelho se achava que defender a unidade de alguma coisa e procurar derrotar um adversário comum era as partes aliadas dispararem cada uma no seu sentido, no seu *timing* próprio e de acordo com os seus interesses. Para o PSD defender a unidade não era isso, porque isso era quebrar a unidade e quem tinha corrido o risco enorme de quebrar uma unidade e uma unanimidade em relação a esses bairros fora o PS, ao correr sozinho nessa maratona, julgando que estava a correr uma corrida de 100 metros. -----

----- Em relação ao erro, o Deputado Municipal Miguel Coelho faria justiça em que existiam fases das coisas e o problema da passagem do IGAPHE para a Fundação D. Pedro IV só se tinha colocado porque tinham chumbado na Assembleia Municipal a transferência para a Câmara. Tinha a proposta e ela era clara, aquilo que a Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa a certa altura dizia era o seguinte: -----

----- “Portanto, quando fez essa negociação, a Câmara com o IGAPHE, entendera que seria bom para os moradores destes 1464 fogos que eles, independentemente de terem um acréscimo de responsabilidade para a autarquia, passassem a ser geridos pelo Município de Lisboa, exactamente porque passavam para uma gestão de proximidade, para uma gestão diferente. -----

----- Disse ainda que não tinha qualquer problema, a responsabilidade ficaria com a oposição se decidisse rejeitar a proposta, porque neste momento existiam inúmeras IPSS, o movimento cooperativo e a Fundação D. Pedro IV, que queriam assumir a gestão desses fogos na Cidade de Lisboa.” -----

----- A situação estava identificada e, ao chumbar a proposta, tinham aberto a porta a uma outra solução, que era a que estava agora a criar crise. -----

----- A questão que colocava era se o Deputado Municipal Miguel Coelho aceitava que a primeira decisão tomada sobre essa matéria, que tinha inviabilizado que os fogos fossem hoje propriedade municipal, estivessem recuperados, não houvesse o problema das rendas, tinha sido ou não o chumbo da esquerda na Assembleia Municipal em relação à proposta que a Câmara tinha feito, de ficar com os imóveis transferidos do IGAPHE. -----



----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para prestar esclarecimentos, dirigindo-se ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que essa sua nova criação do pecado original talvez fosse muito interessante para alguns, mas sabia muito bem que era insustentável a sua posição. -----

----- Aliás, falando um pouco mais a sério, qualquer cidadão lesado podia pôr em tribunal os autores do respectivo auto de cessão, porque esse não tinha salvaguardado o interesse público. O Deputado Municipal Saldanha Serra teria que provar, e sabia muito bem que não, que uma votação na Assembleia Municipal em sentido diferente da sua não tinha posto em causa o interesse público. Na altura até fora uma posição bem fundamentada, “aceitamos se o Estado nos der o meio para recuperar as casas”. -----

----- Portanto, não valia a pena brincar com as palavras. Voltava a dizer que tinha consideração intelectual pelo Deputado Municipal Saldanha Serra e percebia a situação difícil em que estavam, aliás, o PSD tinha querido levar a discussão para esse terreno, quando não era a intenção do PS. De facto, quem tinha preparado, orientado e coordenado aquele auto de cessão não tinha salvaguardado o interesse público e até podia responder em tribunal por isso. Não era esse o seu desejo, isso era um problema com os moradores, mas até podia responder em tribunal por isso. Se queriam ir por aí, tinha havido um pecado original, que era o auto de cessão. -----

----- A Assembleia Municipal, legitimamente, tinha decidido em determinada altura num determinado sentido, mas o Governo tinha outras opções. Perguntou porque é que tinha entregue àquela instituição, quando até a Voz do Operário tinha concorrido para gerir os fogos do Bairro das Amendoeiras e do Bairro dos Lóios. Não tinha dúvidas nenhuma de que geriria com interesse social. Portanto, não valia a pena ir por aí, porque era um terreno perigoso para o próprio PSD e que o PS não queria. -----

----- Agora havia o interesse em resolver esse assunto. Ninguém tinha criticado o PS quando tomara a iniciativa, depois das eleições, de propor a criação da comissão, que achava fundamental neste momento dar um solene aviso à Fundação D. Pedro IV que a Assembleia Municipal não estava desatenta em relação ao que estava a acontecer e queria que isso tivesse um sentido e, portanto, a actual sessão da AML vinha mesmo na altura certa para aprovar uma moção desse género, para que se percebesse que queria era mesmo ter um resultado positivo nessa matéria, indo ao encontro da justiça social. Nesse sentido o PS tinha abdicado de muito do seu próprio pensamento, tinha corrigido a falha que estava a ter em relação às omissões do Senhor Presidente da Câmara, dada a informação obtida pela Senhora Vereadora Maria José Nogueira Pinto, e estava também a dar um exemplo para criar as condições para o PSD poder votar a favor da moção, que era o que ia acontecer e congratulava-se com isso. Era o mais importante e era o facto relevante, era o voto do PSD e não a discussão a propósito do pecado original. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que os vários partidos que não tinham aceite a entrega dos fogos à CML tinham sido claros, porque achavam que era um presente envenenado. Se o Governo entregasse o dinheiro à CML para ela recuperar os bairros, completamente degradados. O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente costumavam dizer que não tinham

dinheiro e, realmente, se a Câmara tivesse dinheiro para recuperar bairros, então tinha recuperado o Bairro Portugal Novo, que o BE tinha apresentado uma proposta para isso havia 5 meses, tinha recuperado o Bairro Horizonte e tinha recuperado o Bairro 25 de Abril. Perguntou porque é que não recuperava esses, que eram da Câmara, e agora iam recuperar os outros sem qualquer dinheiro do Governo. -----

----- O BE tinha tomado uma atitude responsável, o que não fizera era o contrato com a Fundação D. Pedro IV. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra para prestar esclarecimentos, disse que não queria que o Deputado Municipal Carlos Marques pensasse que o tinha desonrado, ou ao BE. -----

----- Havia uma questão óbvia e, por muito que a esquerda procurasse agora dar a volta ao texto, voltava-se sempre ao princípio. Aqui o princípio não era o verbo, mas fora o chumbo da proposta que a Câmara tinha trazido para assumir a gestão desses imóveis. Se a Câmara tinha trazido uma proposta para assumir os imóveis, desse por onde desse, a Câmara era uma pessoa de bem e os Senhores Vereadores sabiam o que andavam a fazer e as responsabilidades que podiam ou não assumir e, portanto, era uma proposta séria. Não viessem agora dizer que não havia dinheiro e colocar outras questões de igual importância mas laterais. A questão que estava era o Bairro das Amendoeiras e o Bairro dos Lóios, a esquerda chumbara a gestão desses bairros por parte da Câmara, esse era o facto, esse era o pecado original, esse era o erro, esse era o verbo. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** referiu que lhe parecia estar já esclarecida essa matéria, com as posições suficientemente claras. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, anunciou que porque a força política que representava entendera e continuava a entender que esse assunto era muito importante para os moradores mas devia ser a Assembleia Municipal a acompanhar, através da comissão, os Deputados Municipais do PCP tinham acabado de requerer ao Senhor Presidente da Comissão que convocasse com urgência uma reunião extraordinária, porque era no âmbito dessa comissão que esse assunto devia ser tratado e não nos jornais ou com moções fora do tempo. -----

----- Uma segunda nota tinha a ver com uma acusação um pouco de demagogia em relação à moção nº1. O PCP não defendia que todos os centros de saúde tivessem serviço de atendimento, o que defendia era que os existentes continuassem com o serviço de atendimento. Isso vinha no seguimento de uma reunião com várias juntas de freguesia e que já tivera resultados, tendo sido criada uma comissão no âmbito dessa reunião que tinha agendada já uma reunião com a Sub-Região de Saúde para a terça-feira seguinte, para discutir esse assunto. Portanto, o texto surgia exactamente de um compromisso das juntas de freguesia presentes na altura, no sentido de trazer esse assunto à discussão da AML. -----

----- Mais uma vez o PCP percebia porque é que o PSD tinha alguma resistência em aceitar essa moção, porque no PCP tinham sido eleitos como autarcas e não tinham o receio de poder vir a ser poder. O PCP seria sempre coerente e, apesar de poderem vir a ser poder, jamais iriam tomar essa medida se fossem Governo. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que a intervenção do Deputado Municipal Paulo Quaresma lhe suscitava uma brevíssima reflexão sobre o papel da política e do seu relacionamento com a própria comunicação social. -----

----- A comunicação social deveria ter interesse, e tinha com certeza, em acompanhar as actividades da Assembleia Municipal, como tinha no Parlamento ou na Vereação, e quando os partidos preparavam as suas intervenções, era do seu livre arbítrio informar a comunicação social das iniciativas que iam tomar. Agora, de uma coisa podia dar a garantia e o PS dera o exemplo sobre essa matéria, porque já era do anterior mandato, quando a esquerda liderava a CML, a moção não tinha o tradicional ponto para publicar em diversos jornais diários, isso não tinha. -----

----- Lamentava que algumas iniciativas tivessem repercussão na comunicação social e aquilo que cada grupo municipal devia procurar fazer era com certeza, se entendesse como relevante a iniciativa que ia tomar, que ela própria tivesse difusão na comunicação social. O que não fazia sentido era que pudesse haver uma espécie de constrangimento, ou uma espécie de mau-olhado, para que qualquer iniciativa que não fosse do nosso próprio partido e que aparecesse na comunicação social fosse logo condenada à partida. -----

----- De uma coisa tinha a certeza, era que a Fundação D. Pedro IV tinha lido a notícia, sabia existir uma moção e devia estar preocupada, mais do que a moção, pelo resultado da votação que iria haver na AML. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra para um protesto, disse que protestava contra essa referência, que de facto era uma prática democrática da AML, nalguns casos os grupos propunham a publicação das moções. Isso era uma medida justa de comunicação à população daquilo que se propunha e daquilo que se aprovava na AML. Essa referência, e era por isso que vinha protestar, era desajustada e aquilo que estava a ser feito em relação a certas matérias tratadas na AML e a que era recusado o direito de publicação, parecia-lhe um profundo erro, que ia contra os interesses da vida democrática e das autarquias. Não havia crime na publicação de matérias que interessassem à população. -----

----- Já agora, em relação à questão da decisão da Assembleia Municipal quanto à transferência das 1400 habitações, tinha muito que se dissesse essa matéria, desde logo porque o Governo não dava de facto condições nem meios à Câmara Municipal para a recuperação. Ainda hoje tinham vindo à AML casos de bairros, tinha trazido um caso de uma rua que estava profundamente destruída e que a Câmara teria que ter condições e agir para recuperar esse imobiliário. -----

----- Não havia condições por parte do INH para recuperar todo esse imobiliário e ter-se-ia criado um problema gravíssimo. Podia-se ir ver o que tinha saído na comunicação social, porque até havia possibilidade de especulação a partir dessa transferência. -----

----- Portanto, era um protesto do PCP, porque a postura do PCP na AML era clara, se houvesse condições de transferência do imobiliário estava de acordo, não havendo condições de transferência não aceitava. Era essa a posição. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para um contraprotesto, disse que queria relembrar ao ex-Presidente da Assembleia Municipal e a todos os Deputados Municipais que todas as moções aprovadas na AML eram publicadas em Diário da Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções e recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- (Nota: As alterações que foram sendo anunciadas pelo Sr. Presidente em exercício antes da votação de cada documento, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia, à excepção da moção n.º4, cuja versão final se encontra transcrita antes da sua votação.) --

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 1**, subscrita pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma, em nome do Grupo Municipal do PCP, com votos contra de PSD, PS e CDS-PP e votos favoráveis do PCP, BE e PEV -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 2**, subscrita pelo Deputado Municipal Silva Dias, em nome do Grupo Municipal do PCP, com votos contra do PSD e votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, em nome do Grupo Municipal do PSD, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção de um Deputado Municipal do PSD.

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)** fez a seguinte declaração de voto: ----

----- “O Partido Socialista não pode votar a favor desta moção pelo seu manifesto desfasamento com a acção do Governo. -----

----- Em relação ao ponto 1 da parte deliberativa desta moção, eu gostaria de relembrar o Grupo Municipal do Partido Social Democrata que em resolução do Conselho de Ministros, que aprovou o relatório final do PRACE, o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, está definido que até 30 de Junho a mesma comissão deverá elaborar um relatório de onde devem constar as competências da Administração Central que deverão ser transferidas este ano ainda para a Administração Local, municípios e freguesias. -----

----- Quanto ao ponto 2, eu remeteria talvez para uma leitura do ante-projecto de Lei das Finanças Locais que foi ontem divulgado à comunicação social, à Associação Nacional de Municípios e à Associação Nacional de Freguesias.” -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)** fez a seguinte declaração de voto:

----- “A declaração de voto do Bloco de Esquerda começa por um protesto junto do PSD, pelo facto do PSD não ter apresentado esta moção, por exemplo, em 2002, ou 2003, ou 2004. Podia tê-lo feito e esta moção, para nós, é uma moção sem data, que se justifica hoje como justificava há 10 anos atrás. -----

----- Nós não votamos votos piedosos, nós votamos ideias e projectos. Se o projecto de descentralização administrativa do PSD são as Leis 6 e 7 de 2003, aprovadas na Assembleia da República, nós somos contra esse projecto de descentralização administrativa e achamos que não é transparência política, não é clareza política para o debate apresentar um voto em torno de uma ideia com a qual estamos todos genericamente de acordo, que é a favor da descentralização administrativa. -----

----- Tudo bem, mas como? Esse é o problema e daí o nosso voto contra.” -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “Assunto: Bairro das Amendoeiras e Bairro dos Lóios -----

----- A injusta situação com que se confrontam os moradores dos fogos dos Bairros das Amendoeiras e dos Lóios, desastrosamente doados à Fundação D. Pedro IV sem que se tivesse salvaguardado correctamente o interesse público e os legítimos direitos dos cidadãos moradores nestes bairros, criou uma situação de todos conhecida, em que esta Fundação, com estatuto de solidariedade social, “estranhamente” assumiu como primeiro acto desta sua gestão um aumento de rendas desapropriado e desconhecedor da realidade social dos referidos bairros. -----

----- Acresce a este facto o caso de o Estado ter ignorado completamente o direito adquirido pela maior parte dos moradores do bairro das Amendoeiras em poderem alienar os respectivos fogos, uma vez que a tal estava o Estado comprometido. -----

----- Para o Partido Socialista não restam dúvidas que quem decidiu esta doação, no tempo em que o Primeiro-Ministro era o Dr. Durão Barroso e o Presidente da Câmara o Dr. Santana Lopes, decidiu erradamente e não curou, no respectivo Auto de Cessão, de salvaguardar o interesse público, como se constatará pelo simples facto de até o espaço público dos referidos bairros ter passado para a posse da Fundação D. Pedro IV. -----

----- Sobre esta, o PS/Lisboa não tem já dúvidas: perante os inúmeros e graves acontecimentos de intimidação e prepotência que a Fundação tem exercido junto dos moradores, as suas preocupações nada têm a ver com qualquer tipo de solidariedade social. -----

----- O Partido Socialista está ciente que se torna necessário resolver este problema e entende que o mesmo só poderá ser resolvido num quadro de grande convergência de objectivos com todas as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal uma vez que, os contornos jurídicos de todo este processo são de grande complexidade. -----

----- O actual governo, que herdou esta situação, em recente reunião com as associações representativas dos moradores propôs um caminho que nos parece adequado e passível de poder alcançar resultados positivos, mas entende que estes só serão possíveis se a Fundação D. Pedro IV perceber que à volta desta causa existe uma grande unanimidade e um firme propósito de denúncia e de não pactuar com os seus comportamentos. -----

----- Nesse sentido o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal delibere: -----

----- 1. Reiterar a sua solidariedade para com os moradores do Bairro das Amendoeiras e dos Lóios; -----

----- 2. Manifestar a sua convicção na ilegalidade dos aumentos de rendas aplicados pela Fundação D. Pedro IV, uma vez que os fogos se encontram em estado muito degradado, o que face à actual legislação impede qualquer tipo de aumento; -----

----- 3. Reafirmar o direito à aquisição por parte dos moradores do bairro das Amendoeiras e dos Lóios dos respectivos fogos; -----

----- 4. Apoiar a constituição de uma Comissão Técnica para preparar o auto de cessão e para apreciação de cada caso concreto, constituída por representantes do Governo, da

Câmara Municipal, do LNEC, da Junta de Freguesia, pelos representantes das Associações de Moradores e por representantes da Assembleia Municipal.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, PS) -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** continuou com o processo de votação das moções e recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 4**, subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho (PS). -----

----- **A Deputada Municipal Sílvia Claro (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Em primeiro lugar, eu lamento que esta moção não tenha surgido via comissão eventual existente para apreciação do processo de transferência patrimonial do IGAPHE para a Fundação D. Pedro IV. -----

----- Lamento também que, nas palavras do Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho, o elemento novo que despoletou esta moção, um parecer, não tenha sido transmitido e dado a conhecer aos membros da comissão e a todos os Deputados Municipais. -----

----- No entanto, não posso aqui deixar de mostrar a minha satisfação relativamente à aceitação da proposta de alteração à moção nº4 apresentada pelo Bloco de Esquerda, no sentido da comissão técnica a constituir ter como objectivo a preparação do auto de cessão, porque é isto que vai possibilitar que os moradores cessem o vínculo existente com a Fundação D. Pedro IV.” -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Apenas para reforçar que votámos favoravelmente esta moção por solidariedade contínua com os moradores do Bairro das Amendoeiras e do Bairro dos Lóios, ainda que, e conforme está na cara, não nos revejamos em muitos dos considerandos que estão presentes nesta moção. Os considerandos não se votam, vota-se a solidariedade e foi essa que nós votámos.” -----

----- Continuando, a Assembleia Municipal deliberou: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 5**, subscrita pelo Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD). -----

----- Rejeitar, por maioria, o ponto 1 da **Moção n.º 6**, subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE, com votos contra do PS, votos favoráveis do PCP, BE e PEV e abstenções de PSD e CDS/PP. -----

----- Aprovar, por maioria, o ponto 2 da **Moção n.º 6**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV e votos contra do PS. -

----- **O Deputado Municipal João Mota Lopes (PSD)** apresentou por escrito a seguinte declaração: -----

----- “Eu, João Mota Lopes, Deputado Municipal de Lisboa, declaro não participar na discussão e votação da moção do BE, moção nº6, intitulada ‘Aumento dos Transportes Públicos’, por motivos de impedimento ético e profissional” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** fez a seguinte declaração de voto: --

----- “O Partido Socialista votou contra esta moção porque esta é uma moção panfletária, assinada por alguém que sabe que não pode ter e não vai ter nos próximos anos responsabilidades em matérias governativas. -----

----- Quem esteve à frente de empresas municipais ou empresas públicas, e eu estou a olhar para alguns, sabe muito bem que independentemente de muitas das nossas convicções e de muitas das coisas que nós entenderíamos que seria útil não fazer, sabe muito bem que as empresas públicas vivem dos nossos impostos. Os cidadãos pagam impostos, exigem resultados, exigem qualidade e, muito naturalmente, não é passível gerir as empresas públicas permitindo o aumento do passivo, tendo uma política de não aumentar os próprios serviços que se prestam. -----

----- É assim, é a realidade, estamos numa sociedade cada vez mais exigente, onde os cidadãos querem sempre pagar menos impostos mas exigem sempre melhor qualidade dos seus serviços e fazem bem. -----

----- Esta é uma moção de alguma irresponsabilidade no que diz respeito ao primeiro ponto. -----

----- No que diz respeito ao segundo ponto, muito naturalmente o Partido Socialista entende que o Governo está a definir essa política dos transportes para as áreas metropolitanas, está a redimensionar o papel das autoridades metropolitanas porque aquilo que nos foi deixado foi praticamente igual a zero e, portanto, foi por isso que o PS votou contra esta moção.” -----

----- Continuando, a Assembleia Municipal deliberou: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 7**, subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 8**, subscrita pelo Deputado Municipal João Saraiva, em nome do Grupo Municipal do PCP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Recomendação n.º1**, subscrita pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, em nome do Grupo Municipal do PCP, com os votos contra de PSD e CDS/PP e votos a favor de PS, PCP, BE e PEV. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Mais depressa se apanha um mentiroso que um coxo e, na realidade, o que acontece é que estamos perante uma situação de uma zona profundamente degradada, que eu mal descrevi nesta recomendação e, a final de contas, é rejeitada uma intervenção da Câmara Municipal exactamente pelo PSD, quando se fartou aqui de apregoar a enormíssima capacidade que teria para recuperar os 1400 fogos dos Bairros das Amendoeiras e dos Lóios. -----

----- Esta é a hipocrisia que é condenável e nós vamos informar a população dos bairros que estavam incluídos aqui, que são considerados nesta recomendação, da atitude profundamente negativa do PSD nesta votação.” -----

----- Continuando, a Assembleia Municipal deliberou: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 2**, subscrita pelo Deputado Municipal José Luís Ferreira, em nome do Grupo Municipal de “Os Verdes”. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)** apresentou por escrito a seguinte declaração de voto: -----

----- “Votei favoravelmente a recomendação nº2 no pressuposto que a cedência do espaço para o Mercado Biológico não implicará o retirar do Mercado Biológico a funcionar há anos no Príncipe Real. -----

----- Este mercado é frequentado por centenas de lisboetas e oferece qualidade de produtos.” -----

----- Continuando, a Assembleia Municipal deliberou: -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Recomendação n.º3**, subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE, com os votos contra de PSD e CDS/PP e votos a favor de PS, PCP, BE e PEV. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** fez a seguinte declaração de voto:

----- “O PSD votou contra esta recomendação e não pôde usar da palavra no PAOD, não por desinteresse, porque o substrato da moção tem interesse, mas porque nomeadamente a parte deliberativa não merece a nossa concordância. -----

----- A primeira fase em que este programa se vai executar não prevê recurso ao Orçamento por parte da Câmara, há outras formas de conseguir, começando por cinco jardins, iniciar este programa. -----

----- Depois, há neste momento já um conjunto de postos municipais que prestam acesso gratuito a este tipo de serviço. -----

----- Também não aceitamos a suspeição que consta desta parte deliberativa quanto aos concursos públicos. Os concursos públicos, por natureza, obedecem à Lei, são legais, são claros e, portanto, não aceitamos essa matéria. -----

----- Uma pequena nota: as tecnologias de informação e de comunicação e as concessões que lhes estão associadas são da responsabilidade da Administração Central, não são da responsabilidade da Administração Local.” -----

----- Continuando, a Assembleia Municipal deliberou: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 4**, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, com votos favoráveis do PSD e abstenções do PS, PCP, BE, CDS/PP e PEV. -----

----- Rejeitar, por maioria, o **Requerimento** sobre o Rock in Rio, subscrito pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em nome do Grupo Municipal do BE, com os votos contra de PSD, PS e CDS/PP e votos a favor de PCP, BE e PEV. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, terminadas as votações, deu por findo o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação, conforme tinham sido informados os Senhores Deputados Municipais, apenas o seguinte ponto: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da C.M.L.;** -----

#### ORDEM DO DIA

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º. DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- (Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei



5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.) -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, referiu que, como era habitual, apresentava o balanço da actividade municipal, no período compreendido entre 1 de Abril e 31 de Maio do corrente ano, da qual se iria destacar a quantidade e a qualidade de acções relevantes nas diversas áreas e que constavam do relatório atempadamente produzido e distribuído. -----

----- Desde logo, essa dinâmica encontrava-se traduzida no balanço efectuado sobre a actividade do actual Executivo Municipal nos primeiros 180 dias de mandato, balanço esse que se previa que fosse um instrumento usual para prestação de contas à Cidade e aos seus cidadãos, como forma de evidenciar a realização do interesse público com transparência, rigor e responsabilidade. -----

----- De entre as medidas mais relevantes levadas a cabo destacava a criação e aprovação em Câmara de 5 mil lugares de estacionamento para residentes, mediante revisão das condições contratuais com concessionários de parques já existentes, mas também a utilização dos parques de estacionamento dos Estádios do Sporting e Benfica e da Gare do Oriente como parques dissuasores. Aguardava-se só o despacho da Senhora Secretária de Estado dos Transportes, já havia algum tempo, para emissão do título de transporte associado. -----

----- Também a criação dos provedores dos bairros municipais e a apresentação de três planos de reconversão urbana dos bairros da Liberdade, Boavista e Padre Cruz, dois dos quais tinham sido aprovados por unanimidade em reunião de Câmara. -----

----- A exigência inerente à prossecução do interesse público tinha conduzido o Executivo Municipal a ir além do programa estabelecido para os primeiros 180 dias de mandato, destacando-se a definição do local adequado para a nova Feira Popular de Lisboa, junto à Rotunda da Boavista em Marvila, do qual se estava neste momento a fazer o estudo de incidências ambientais. -----

----- Também o estudo do plano de drenagem, que ia em pleno desenvolvimento e que já tivera um primeiro relatório de progresso, que já mandara distribuir por todo o Executivo e pelos representantes da Assembleia Municipal. Esse plano de drenagem era o primeiro que se fazia em mais de 60 anos, permitindo dotar nesse domínio a Câmara de um conhecimento fundamental para o planeamento das acções nas infra-estruturas do subsolo da Cidade. -----

----- Em colaboração com o Governo, nomeadamente com o Ministro da Economia e com o Secretário de Estado do Turismo, para a construção do novo Museu dos Coches, um museu de interesse nacional a construir em Lisboa previsto nas contrapartidas iniciais do Casino de Lisboa, casino esse que fora finalmente inaugurado em Lisboa e que, mais importante do que o casino em si, era aquilo que representava em termos de contrapartidas de interesse para medidas e projectos turísticos na Cidade de Lisboa. -----

----- Uma medida que não estava inicialmente prevista, mas que estava em pleno desenvolvimento, era a construção da primeira residência universitária de Lisboa, com 400 camas, que o Executivo pretendia alargar a todos os bairros históricos da cidade. ---

----- Como se podia verificar, havia um projecto, uma estratégia a desenvolver, que se pretendia que correspondesse a tudo aquilo que os lisboetas quiseram quando determinaram a escolha do actual Executivo Municipal. -----

----- Procurando aprofundar a presente informação no período previsto pela mesma, cumpria salientar a área da Cultura como uma área especialmente privilegiada em termos de actividades desenvolvidas para a cidade. Em cumprimento de uma das medidas apresentadas no programa para os primeiros 180 dias, o Executivo garantiria a permanência da colecção Francisco Capelo num novo espaço da cidade, configurando esse espaço um Museu da Moda e do Design, que iria funcionar no Palácio de Santa Catarina. A colecção Francisco Capelo reunia cerca de 900 peças de design, entre mobiliário e objectos utilitários, onde estavam representados designers de renome mundial. Com a criação desse museu prestigiava-se a importância da colecção e contribuía-se para o desenvolvimento económico e cultural da cidade. -----

----- Ainda na área da cultura, destacava-se a realização da 76ª edição da Feira do Livro. Esse prestigiado evento apresentava este ano algumas novidades, como sendo a iniciativa inédita de ter um país convidado e oficialmente representado no certame, que no caso fora Angola. Outra iniciativa digna de destaque na Feira do Livro fora a realização de um debate, em colaboração com a Agência Municipal Lisboa E-Nova, para assinalar o Dia Mundial da Energia, que ocorreria no dia 29 de Maio sob o tema “Energia, que futuro?”, bem como um debate no dia 5 de Junho, Dia Mundial do Ambiente. -----

----- Era meritório destacar o facto da Cidade de Lisboa ser anfitriã do prémio para o melhor museu europeu do ano, prémio atribuído pela *European Museum Forum* e promovido pelo Conselho da Europa. Esse evento chamaria, aliás, a atenção, para a importância dos museus na capital portuguesa e contribuiria seguramente para a difusão da informação sobre a inovação dos museus. -----

----- Também um importante evento cultural, mas promovido através do Pelouro do Espaço Público, era de destacar a realização da cow-parade Lisboa 2006, evento de arte pública que, no entender do Executivo Municipal, reunia três importantes factores: desde logo a divulgação da criatividade de jovens artistas portugueses, na sua maioria pouco conhecidos; a angariação de verbas para instituições de solidariedade, mediante o leilão das vacas a realizar no final do evento”; a valorização do próprio espaço público. As receitas provenientes do leilão reverteriam a favor de oito instituições de apoio social: ACAPO, AMI, APAV, Chapitô, Cruz Vermelha Portuguesa, Espaço T, Liga dos Bombeiros Portugueses e Escoteiros de Portugal. -----

----- Desde o mês de Abril que a CML, em colaboração com a Casa da América Latina, apoiava a deslocação e a participação de artistas nacionais num dos maiores eventos no âmbito da capital cultural da América Latina, que este ano se realizara em São José da Costa Rica. A participação da fadista Mafalda Arnauth e do grupo de teatro Women Shakespeare Company revelaram-se um enorme sucesso nos eventos artísticos que decorreram na referida cidade. -----

----- A Hemeroteca Municipal de Lisboa reabriu ao público no passado dia 17 de Abril, com novos serviços, novos espaços e novos horários, no Palácio dos Condes de Tomar,

ao Bairro Alto, agora recuperado dos problemas que levaram ao seu encerramento. Esse espaço encontrava-se agora pronto para responder aos desafios da modernidade e de uma maior exigência em relação aos serviços de uma das maiores bibliotecas de publicações periódicas e de jornais editados em Portugal, mantendo-se assim como uma referência incontornável. -----

----- Finalmente, importava referir que no âmbito de uma correspondência cada vez maior ao serviço público desempenhado pela Câmara, tinha sido assinado um protocolo entre a CML, a EGEAC e a RTP, cujo objectivo principal seria a produção conjunta de conteúdos, mas também a divulgação de actividades culturais mais relevantes da cidade. -----

----- Prosseguindo nas áreas em que a actividade municipal se fizera sentir, destacava agora a área do Ambiente e as melhorias substantivas efectuadas na área da recolha dos resíduos sólidos na Cidade de Lisboa. Nesse tema, cumpria salientar a implementação da recolha selectiva porta-a-porta na zona da Mouraria, que pretendia dar execução à estratégia de aproximar os locais de deposição de resíduos sólidos indiferenciados e valorizáveis o mais possível dos próprios cidadãos, possibilitando que os ecopontos e os contentores de utilização colectiva para resíduos indiferenciados, actualmente utilizados, pudessem ser gradualmente eliminados da via pública. -----

----- Ainda nesse capítulo, dar nota da nova metodologia da recolha selectiva de resíduos no Bairro da Boavista, Freguesia de Benfica, zona que apresentava uma elevada produção de resíduos sólidos urbanos através das denominadas “ilhas ecológicas”. Essas “ilhas ecológicas” consistiam na instalação de 36 contentores de 1100 litros para a deposição de papel ou cartão e de 36 contentores para a deposição selectiva das embalagens de plástico, metal e cartão para líquidos alimentares junto aos contentores de resíduos indiferenciados já existentes. -----

----- Ainda nas matérias relacionadas com a área do Ambiente destacava-se a Conferência Sobre o Desempenho Energético-Ambiental da Cidade de Lisboa, promovida pela E-Nova, cujo objectivo fora dinamizar e divulgar as boas práticas do desenvolvimento sustentável que envolvia os principais actores da Cidade de Lisboa. Para o Pelouro do Ambiente da CML, uma das maiores preocupações ambientais era a qualidade do ar e, nesse sentido, essa iniciativas pretendiam apoiar o desenvolvimento do Plano Municipal do Ambiente, plano esse nunca antes efectuado na Cidade de Lisboa. -----

----- Passando para a área do Desporto, merecia destaque o novo equipamento desportivo na Alta de Lisboa, um campo de futebol municipal que seria utilizado em parceria por dois clubes, a União Desportiva da Alta de Lisboa e o Águias da Musgueira. O investimento nesse equipamento desportivo ultrapassara os 6 milhões e meio de euros e iria contemplar toda a zona da Alta do Lumiar, sendo que esse complexo desportivo seria um complemento com a pista municipal Professor Moniz Pereira, que estaria pronta no próximo mês de Outubro. -----

----- Ainda em matéria de apoio às colectividades desportivas, traduzindo uma aposta clara da Câmara Municipal aos anseios das colectividades, desempenhando, no seio da

comunidade onde estavam inseridas, um papel muito importante agregador a nível social, tinha sido inaugurada a nova sede do Clube de Futebol de Chelas. -----

----- Destacava ainda a realização, no mês de Abril, da Lisboa Gold Marathon, prova organizada pela Fundação Carlos Lopes e que permitira aos lisboetas participar e confraternizar em provas não classificadas de atletismo e ciclismo, com familiares, amigos e outros. A segunda edição tinha contado com cerca de 6 mil inscrições e fora a melhor maratona realizada em Portugal, em termos de tempo de prova. -----

----- Ainda nessa área, impunha-se a nota sobre a Gala do 40º Aniversário do CNID e a subida à 1º Divisão Distrital de Futebol do Câmara Lisboa Clube. -----

----- Passando para a Reabilitação Urbana, uma das contínuas apostas do actual Executivo, destacava-se a figura recentemente criada do provedor de bairro, figuras públicas com as quais a CML esperava ganhar a confiança dos moradores desses bairros, que seriam sujeitos a grandes obras de reabilitação, de modo a trabalhar em estreita colaboração com os mesmos e com as juntas de freguesia e potenciar as mais valias da comunidade em que cada um desses provedores de bairro se encontravam inseridos. Margarida Martins, como era conhecido, seria provedora do Bairro da Liberdade, Simone de Oliveira ficaria como provedora do Bairro da Boavista e João Ricardo seria o provedor do Bairro Padre Cruz. O Bairro de São João de Brito seria acompanhado por Luísa Castel-Branco, enquanto na zona do Intendente seria Anita Guerreiro e no Bairro do PRODAC Sul a provedora seria Amarilis Taveira. -----

----- Só durante o mês de Maio, a Sociedade de Reabilitação Urbana Lisboa Ocidental concluíra e disponibilizara os primeiros 11 projectos base de documentos estratégicos, envolvendo cerca de 600 edifícios e 2500 fracções, realizando um diagnóstico da situação actual e procurando um conjunto de opções estratégicas de reabilitação que definissem e caracterizassem as intervenções nos espaços públicos e apresentando propostas de reabilitação dos espaços públicos. -----

----- Destacava ainda o início das obras da EPUL no Martim Moniz e a participação da CML no Salão do Imobiliário em Cannes, onde foram premiados dois trabalhos portugueses, não na Cidade de Lisboa, mas que de qualquer modo era digno de registo a atribuição de dois prémios a duas candidaturas apresentadas por entidades portuguesas. -----

----- Na área da Acção Social, realçava a implementação da Rede Social, prevista desde 1997 na Cidade de Lisboa, traduzindo-se num programa de desenvolvimento social local em Lisboa, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, representando uma união de esforços em termos da prossecução de políticas sociais de erradicação da pobreza e combate à exclusão social. Para os que não sabiam, dizer que no próximo mês de Outubro se realizaria em Lisboa, no âmbito da ONU, mais uma Conferência dos 8 Objectivos do Milénio da Cidade de Lisboa. -----

----- Relativamente à acção desenvolvida nos bairros da cidade, merecia destaque a iniciativa do Dia Europeu do Vizinho, realizada pela segunda vez consecutiva na Cidade de Lisboa. Seria através da compreensão, do diálogo, da entreaajuda e apoio

entre moradores que se poderia cada vez mais combater o isolacionismo da cidade e se poderia dessa forma contribuir para uma cidade mais solidária. -----

----- A Cidade de Lisboa fora palco de grandes eventos, que demonstraram a sua grande capacidade de realização. Desde logo o Rock in Rio 2006, um grande festival internacional de música que trouxera a Lisboa estrelas internacionais e bandas que protagonizaram o mais concorrido evento de rock em Portugal. Em termos de números, a designada “Cidade do Rock”, instalada provisoriamente no Parque da Bela Vista, recebera cerca de 400 mil pessoas em 5 dias, perfazendo uma média superior a 70 mil pessoas por dia. O primeiro dia fora o de maior afluência, com um número acima dos 90 mil. Seguramente que essa iniciativa tinha mobilizado toda a Cidade de Lisboa para um evento artístico e de lazer que abrangera pessoas de todas as idades num ambiente são e de festa. -----

----- Outro evento que mobilizara os lisboetas tinha sido, seguramente, a inauguração do renovado espaço da Praça de Touros do Campo Pequeno, sete anos após o seu encerramento, que era também um dos símbolos da Cidade de Lisboa. Esse espaço dispunha agora de uma cobertura parcial amovível, permitindo acolher 8 mil espectadores para vários tipos de espectáculo, para além das touradas. Contemplava ainda uma área comercial, com galerias subterrâneas onde havia lojas, restaurantes e estacionamento, imprimindo uma dinâmica à área envolvente, que iria ser ela própria objecto de requalificação. -----

----- Tinha sido igualmente de festa a inauguração do Casino Lisboa, no passado mês de Abril, um novo espaço de entretenimento e de lazer, representando o culminar de um processo que se arrastava havia 4 anos. A cidade beneficiaria de vantagens, tal como a possibilidade de investir em iniciativas e projectos de valorização turística e cultural, para além das contrapartidas iniciais que estava previsto serem aplicadas na reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes, do Parque Mayer, e na construção de um novo Museu dos Coches, entretanto anunciado. O Casino proporcionava à cidade uma grande sala de espectáculos, o Auditório dos Oceanos, além de zonas de bares, restaurantes e de animação. -----

----- Ainda na área dos grandes eventos, destacar a apresentação da 29ª edição do Rali Lisboa-Dakar, que decorreria entre 6 a 21 de Janeiro. Lisboa vinha conquistando uma crescente projecção internacional, fruto de um sustentado trabalho de requalificação, o que se traduzia nos crescentes números de fluxos turísticos, nomeadamente nos segmentos de excelência, como os dos congressos, cruzeiros e acontecimentos culturais. -----

----- No entanto, a Cidade de Lisboa não devia permanecer isolada nos seus limites territoriais, devendo antes contribuir para uma integração de políticas e de serviços. Assim, a CML iria criar, em parceria com as autarquias vizinhas, uma Loja do Município especial, que permitiria aos munícipes oriundos de outros concelhos mas que trabalhassem em Lisboa tratar de assuntos como o pagamento de taxas, pedidos de certidão ou outras burocracias em Lisboa. Esse trabalho estava a ser desenvolvido para que houvesse a possibilidade de não residentes em Lisboa tratarem dos seus problemas da zona onde residissem. -----

----- Porque a cidade assentava nas comunidades locais que se efectivavam nas juntas de freguesia, a CML tinha aprovado em Abril as delegações de competência nas juntas de freguesia, bem como os respectivos protocolos, cuja concretização seria possível através da transferência de 9 milhões de euros para o conjunto das freguesias da cidade. Os protocolos assinados estabeleciam critérios rigorosos e transparentes de atribuição de verbas, baseados em novos princípios e regras claras e inequívocas de relacionamento entre a autarquia e as juntas de freguesia. No entanto, esse instrumento atribuído às juntas representava o início de um relacionamento que se pretendia mais aprofundado entre a CML e as juntas de freguesia. -----

----- Sobre esse tema, numa nota bastante triste, não podia deixar de lembrar a tragédia que se tinha abatido na Cidade de Lisboa pelo falecimento do Presidente da Junta de Freguesia da Pena, Armando Luís Coelho da Silva. Mais uma vez queria manifestar as suas sinceras condolências à família e solidariedade, lamentando a perda de um homem dedicado à causa pública, que tanto amava o seu bairro e a sua cidade. Também uma palavra para as vítimas que também foram alvo desse bárbaro ataque na Junta de Freguesia da Pena. -----

----- Queria ainda salientar a tomada de posse de novos funcionários da CML ocorrida durante o período em questão, perfazendo um total de 231 novos funcionários, que certamente contribuiriam cada vez mais para o desenvolvimento das tarefas atribuídas à edilidade. -----

----- Destacava ainda o protocolo celebrado entre a CML e a AIP para a organização dos salões imobiliários de Lisboa de 2006 a 2009, bem como o protocolo finalmente realizado entre a CML e a REFER para a requalificação do Largo do Duque de Cadaval, em paralelo com as obras de reabilitação da Estação do Rossio, que se estavam já a desenvolver. -----

----- Não podia passar em claro a celebração dos 20 anos do Pirlampo Mágico e o lançamento de uma nova campanha pela FENACERCI e aquilo que era o balanço extremamente positivo em torno desses 20 anos das CERCI e da FENACERCI, através da campanha do Pirlampo Mágico. -----

----- Também não deixava de dar a nota importante da passagem de mais um aniversário, o 611º, do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa. -----

----- Havia outras actividades que todo o Executivo, os diversos Vereadores e os serviços muitas vezes faziam no seu dia-a-dia e que não estavam vertidos na informação. Queria muito realçar as relações com o Governo nas diversas áreas, na área da Saúde, na área da Economia, Educação, em tantas áreas em que regularmente havia reuniões com o Governo e muitas vezes para tratar de assuntos que até já tinham sido objecto de discussão na Assembleia Municipal e que gostaria que viessem à AML muito em breve devidamente tratados. -----

----- Não podia passar despercebida uma certa inversão que se começava a notar na vontade do Governo quanto ao abandono do Aeroporto da Portela, mas também a preocupação crescente que a CML tinha, e queria dar nota pública, do plano entretanto desenvolvido pelo Porto de Lisboa, que apontava para a intenção de triplicar a capacidade de contentores em Alcântara, o que significaria um aumento, do seu ponto

de vista inaceitável, de um aterro que se iria estender até à frente do Largo de Santos. Isso era completamente inaceitável e quase que sugeria a urgência de uma comissão eventual para acompanhar de perto esse assunto, que tocava a todos e de uma maneira não acautelada de vários pontos de vista, desde logo o ambiental, o das acessibilidades e o da sustentabilidade da própria cidade. Era um assunto que não se podia deixar de acompanhar muito de perto. -----

----- Assuntos de infra-estruturas fundamentais para a Cidade de Lisboa, como o Porto de Lisboa e o Aeroporto de Lisboa, entre outros, mereciam seguramente a prioridade de atenção. Era assim que continuaria, em defesa dos interesses da Cidade de Lisboa e dos lisboetas, fosse nas pequenas coisas do bairro, tão importantes como as maiores, mas essas seguramente que eram estratégicas para o futuro da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Rosa do Egípto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, no uso da palavra, disse que ao analisar a Informação Escrita da actividade da Câmara nos últimos dois meses e a nota introdutória que o Senhor Presidente acabara de fazer, era natural e lógico que o Senhor Presidente desse valor àquilo que eram realizações da Câmara e que tiveram o seu tempo e a sua visibilidade, mas havia situações na Cidade de Lisboa que, não tendo essa visibilidade de alguns eventos anunciados pelo Senhor Presidente, eram preocupantes. -----

----- Enquanto Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, queria dizer que se passava hoje nos Olivais algo que não se passava 3 anos antes. Estava a falar concretamente dos espaços verdes da Freguesia dos Olivais, que hoje eram matagais. Felizmente a natureza encarregara-se, uns dias antes, de passar o castanho a verde, mas fora a natureza e não a Câmara. De facto, o Senhor Presidente não falara dos espaços verdes na sua intervenção e a própria Informação Escrita tinha duas ou três páginas sobre espaços verdes. Para situar melhor o Senhor Presidente deixaria algumas fotografias daquilo que estava a acabar de referir, daquilo que eram as respostas dos serviços da Câmara e as respostas do gabinete do Senhor Vereador António Prôa sobre as situações que a Junta de Freguesia dos Olivais tinha vindo a pôr à Câmara para a resolução desses problemas. -----

----- Uma das várias respostas sobre uma intervenção num espaço verde, a partir de uma carta de um munícipe, dada pelo gabinete do Senhor Vereador António Prôa era realmente *sui generis*: -----

----- “A Câmara de Lisboa agradece a preocupação manifestada pelo munícipe e os serviços competentes estão já a tomar providências para que a situação seja resolvida o mais rapidamente possível. -----

----- A CML reconhece e lamenta as deficiências na manutenção dos espaços verdes nos Olivais, no entanto, esclarece que tal situação se deve ao facto de, apesar de ter sido lançado um concurso público internacional em 2002 para a manutenção e conservação dos ajardinados da zona de Olivais-Sul, a autarquia não foi capaz de deliberar a sua adjudicação. -----

----- Até meados de 2004 os espaços verdes foram mantidos por uma empresa cujo contrato terminou naquela data. -----

----- Apesar da CML não dispor neste momento dos meios necessários à manutenção eficaz daquela freguesia, está empenhada em encontrar uma solução para este problema.” -----

----- Era esse empenhamento que não via por parte da Câmara, porque a situação estava-se a agravar. Deixaria ao Senhor Presidente, se lhe permitisse, algumas fotografias que demonstravam aquilo que estava a dizer. O matagal era imenso, estava a criar perigo para a saúde pública, alguns espaços que eram verdes estavam hoje um matagal e antro de ratazanas. Alguns espaços verdes tinham sistema de rega e regava-se aquilo que era castanho, não se fazendo o desbaste da erva nem da relva, o que podia ocasionar até situações de saúde pública e até de alguns incêndios junto de habitações. -

----- Dizia isso com pena, porque os Olivais sempre tinham sido uma Freguesia que primava, e havia gente na sala que podia testemunhar aquilo que estava a dizer, primava pela sua qualidade em termos de espaço público e de espaços verdes. Desde Outubro que não havia uma resposta sequer positiva da Câmara a nenhum pedido de intervenção que a Junta tivesse feito. -----

----- Agradecia que o Senhor Presidente da Câmara o pudesse sossegar não só enquanto Presidente de Junta, mas que também pudesse responder aos moradores da Freguesia dos Olivais. -----

----- Outra nota era que o Senhor Presidente tinha referido, e registava com agrado, em Abril passado a assinatura dos protocolos de delegação de competências com as juntas de freguesia. Tinha sido feito nesses protocolos, e já o dissera na Assembleia Municipal, algo que não se fizera no passado, foram protocolos discutidos, negociados, que tiveram uma vertente fortíssima em termos de clarificar aquilo que estava menos correcto no passado e a todos aprazia registar essa vontade e esse empenhamento por parte da Câmara, que também tivera o empenhamento por parte das juntas de freguesia.

----- No entanto, estava-se a chegar ao momento de algumas das situações não se terem verificado com a celeridade que todos pretendiam. Estava-se a chegar ao momento do lançamento da acção Praia-Campo, em que as juntas de freguesia tinham que fazer concursos pelo menos para o aluguer dos autocarros para levar as crianças à praia e até à data de hoje ainda não se recebera um cêntimo por parte da CML para essa acção. As juntas de freguesia sofriam também dos problemas orçamentais que o Município sofria.

----- Nos protocolos era preciso referir que as juntas estavam expectantes em saber se antes da acção Praia-Campo, como fora prometido, que o dinheiro chegava às juntas de freguesia, como também naqueles protocolos que eram objecto de apresentação de projectos por parte das juntas de freguesia, nomeadamente na área da Acção Social e da Educação. No caso da sua junta, já fora apresentado à CML havia cerca de dois meses, não era tarde, mas tardava pelo menos uma resposta para saber se iria ter ou não a assinatura desses protocolos. -----

----- A questão dos espaços verdes preocupava não só os moradores dos Olivais, mas todos os moradores da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que na Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal havia um tom eufórico que soava a falso. O Senhor Presidente vinha falar pela segunda vez das 309



medidas para os primeiros 180 dias de mandato, questão já tratada na Assembleia Municipal, deixando claro que muitas dessas medidas, as que não eram virtuais, de projectos a iniciar, elaborar estudos, etc., muitas dessas medidas iam demorar a realizar até ao fim do mandato e talvez ficassem para o mandato seguinte. Era o caso do Parque Mayer, por exemplo. -----

----- Falava também o Senhor Presidente da inauguração do Campo Pequeno como se tivesse sido a Câmara a fazer a obra. Tinha aberto a meio gás, como disseram os jornais, com uma manifestação a contrariar o passadismo balofo e ignorante. -----

----- Como o PCP tinha considerado na Assembleia Municipal, o Rock in Rio esgotara-se na sua própria propaganda, embriagado em cerveja e consumismo. Não deixava rasto cultural, não promovia a descoberta de novos valores e não passara de variedades em rock, faltava um projecto identitário de Lisboa que fosse assumido pela cidade no seu todo. -----

----- Estava-se a chegar ao limite numa cidade onde os pisos das ruas e avenidas estavam profundamente degradados. Em tempos avisava-se que se aproximava a situação de fim de mandato da maioria de direita, em 1989, mas agora estava a ser ultrapassada e impunha-se tomar medidas sérias de recuperação dos pisos, que deviam incidir também sobre a limpeza urbana e o saneamento. As recentes chuvas e inundações em Lisboa lembraram tempos antigos, que não deviam voltar. -----

----- O estacionamento na cidade era caótico, com segundas e terceiras filas por todo o lado. Recentemente um jornal mostrava como era, por exemplo, junto do Castelo de São Jorge. Noutros bairros, o estacionamento à superfície em zonas tarifadas era grátis para quem quisesse, sem qualquer intervenção e medida ao longo de meses e meses. ----

----- O Senhor Presidente anunciava um novo lugar para a Feira Popular, junto à rotunda da Bela Vista. Era mais um lugar para o lote dos que já foram anunciados. Parecia que ia haver aqui de novo o fado do tal lugar para o casino. Perguntou qual seria o projecto especulativo para a Docapesca que estaria a prevalecer sobre a hipótese de colocação da Feira Popular nesse local. -----

----- Quanto à recente Feira do Livro, era necessário assumir que fora quase um desastre. O PCP propunha uma análise séria quanto a um novo local e um novo modelo, que propiciasse o encontro cultural e criador com os livros e com os autores. -----

----- Aí estava de novo o drama do Cinema Europa. O projecto referenciado na página 225 da Informação do Senhor Presidente sobrepunha interesses logísticos da autarquia às necessidades reais da população local. Os moradores propunham um modelo com biblioteca e auditório para vários tipos de espectáculo e isso correspondia à necessidade de um local de encontro e de participação criadora e não a valências de equipamentos, videoteca, fonoteca e TIL, a mudar formalmente de sítio. O diálogo impunha-se entre a Câmara Municipal, o movimento dos moradores e a Junta de Freguesia, para evitar uma situação impositiva e indesejada. -----

----- Quanto ao Casino de Lisboa, eram públicas as queixas a níveis de ruído, segurança e estacionamento, que seria um caos à noite. Disso o Senhor Presidente não falava, mas devia falar, para além de tomar medidas. -----

----- Disse que o PCP gostaria de conhecer o que ia acontecer no Parque Mayer. Perguntou se a Câmara ia pôr de parte ou não o projecto Frank Guery. Meio milhão de contos já tinham sido entregues ao Arquitecto, desde 2003 que essa novela decorria, qual pastilha elástica já sem gosto nem brilho santanista. Preservar o Capitólio e a traça original do Variedades e do Maria Vitória seriam avanços importantes, mas para agravar a situação o Senhor Presidente da Câmara afirmava que pelo menos durante os próximos três anos o Parque Mayer iria ficar como estava. Perguntou em que se ficava. Os 8 meses iniciais de propaganda tinham-se transformado em 8 anos de atrasos, contrapartidas e negócios. -----

----- Sobre o Desporto, dentro de pouco tempo não haveria práticas desportivas incentivadas pela Câmara, sem os projectos que já tinham sido emblemáticos, efectivamente populares, em mandatos de outra maioria. Faltavam esses apoios e essas respostas sérias às dinâmicas dos clubes e das colectividades. Os Jogos de Lisboa ainda tinham passado a LX em certa altura do anterior mandato, mas agora eram um tamanho zero e desapareceram do mapa desportivo da cidade. -----

----- Quanto aos provedores de bairro, com Anita Guerreiro no fado do Intendente, estavam bem entendidos quanto à valia técnica e social dessa medida, das tais 309 noves fora nada. -----

----- Disse que o Senhor Presidente não falava do túnel do Marquês e perguntou se ia continuar encravado ou se iria ficar pronto até ao fim do ano. Também não falava do concurso EPUL-Jovem no Paço do Lumiar, jovens que pagavam já desde 2004 casas que ainda não principiaram a ser construídas. -----

----- O PCP tinha levantado no PAOD a questão da Rua Pedro Queirós Pereira. Na página 56 da Informação do Senhor Presidente da Câmara falava-se dessa rua, mas na página 264 dizia-se que estavam a fazer o arquivo fotográfico também dessa zona. Não era disso que a população local e as habitações precisavam. O PCP tinha feito propostas e era urgente tê-las em conta. -----

----- Quanto ao Plano de Alinhamento e Cércias para a Av. da República, o Deputado Municipal Silva Dias, da bancada do PCP, tinha apresentado no PAOD um documento de análise e propostas, que apontavam para a necessidade de privilegiar a qualidade arquitectónica, o ambiente e o estímulo à vida local participada e não a massificação destruidora de identidades e de qualidade de vida. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal não tinha uma palavra sobre os trabalhadores da Câmara Municipal. Recentemente, mais de 300 trabalhadores tinham protestado contra a política de recursos humanos da Câmara. Perguntou se haveria ou não listas de dispensados. -----

----- Havia 2500 trabalhadores em regime de vínculo precário. Perguntou para quando a sua integração no quadro. -----

----- Havia atrasos nos processos de promoção e ingresso, havia mudanças de locais de trabalho e de serviços que eram impostas e até inexplicáveis. Perguntou o que se passava com o diálogo com os trabalhadores, que fora prometido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

----- Finalmente, ainda sobre o trabalho da Câmara e as tais 309 medidas, bastava olhar para a Ordem de Trabalhos da reunião da Assembleia Municipal para perceber até onde ia a ausência de propostas. Não havia uma única da Câmara Municipal para amostra, situação insólita e nunca vista, que preocupava e incentivava ainda mais o PCP a defender e a impulsionar os reais interesses de Lisboa, que deixava à consideração da Câmara e da Assembleia. -----

----- Pedia ainda ao Senhor Presidente da Câmara informações sobre o ponto da situação da revisão do PDM. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, perguntou ao Deputado Municipal Modesto Navarro o que é que entendia por passadismo balofo e ignorante. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Deputado Municipal Ferreira Pereira tinha, com certeza, visto a televisão e aquele espectáculo que era de balofo e de ignorantes, porque era de um vazio cultural tremendo. Referia-se à inauguração e era a sua opinião. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que não se tratava da discussão das touradas, embora tivessem recebido na Assembleia o Movimento Anti-Touradas, que a Câmara Municipal não recebera. -----

----- **A Deputada Municipal Sílvia Claro (BE)**, no uso da palavra, disse que queria apenas pedir alguns esclarecimentos ao Senhor Presidente e fazer uma proposta, uma vez que aproveitava a presença do Senhor Presidente para fazer essa sugestão. -----

----- O primeiro esclarecimento referia-se a uma informação que era dada na página 181, em que se dizia que “está em curso o levantamento do parque habitacional municipal disperso e consolidado, a realizar com a Universidade Lusófona no âmbito da formação e do carregamento de informação a nível do Sistema de Informação Geográfica”. O que queria saber era se essa colaboração era onerosa ou gratuita, se ia ser paga pelos serviços e pelos cofres da Câmara. -----

----- Outro esclarecimento tinha a ver com a Carta de Equipamentos de Ensino e a revisão em curso da Carta Municipal dos Equipamentos Desportivos. Queria saber qual era o prazo previsto para a finalização da revisão desses equipamentos e da respectiva discussão pública. -----

----- A sugestão pessoal que queria deixar ao Senhor Presidente prendia-se com o portal LXGEO, que era o portal geográfico existente na intranet da Câmara, em que era possível consultar várias aplicações, nomeadamente “Lisboa em mapas” e “Lisboa cadastro”. A sugestão era que o acesso a esse conteúdo informativo fosse alargado a todos os municípios e não fosse só disponível na intranet, para que todas as pessoas pudessem ter acesso a essa informação de relevante interesse público. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que tinha duas questões a colocar ao Senhor Presidente da Câmara, sendo que uma delas era referente a um assunto que já estivera em discussão no PAOD, a recomendação sobre a Biocoop. Na página 16 da Informação Escrita dizia-se que “Biocoop – definição e optimização da localização definitiva da cooperativa”. A sua pergunta era para, se já havia local definitivo, saber qual o local encontrado. -----

----- Outro assunto que tinha para levantar, porque não vira na Informação Escrita nada sobre isso, era que em Janeiro de 2004 tinha dirigido um requerimento à CML sobre as obras de ampliação da ETAR de Alcântara, em Agosto do mesmo ano a CML, em resposta, afirmava o seguinte: -----

----- “A SIMTEJO procedeu a 29 de Maio de 2003 ao lançamento do concurso público internacional para elaboração do projecto-base para adaptação e complemento da ETAR de Alcântara. Está concluído o relatório de apreciação das propostas, ocorrendo a adjudicação logo que haja disponibilidade financeira.” -----

----- Porém, o Senhor Presidente da CML, um ano e meio depois, durante a reunião de Câmara de 25 de Janeiro e a propósito da discussão da proposta 31/2006, afirmava que estávamos ainda numa fase de apreciação das propostas. -----

----- Em Março de 2006, durante a discussão na Assembleia Municipal da proposta 31/2006, que era relativa à parcela Sul da ETAR de Alcântara, tinha solicitado esclarecimentos sobre a matéria, mas a Câmara Municipal remetera-se ao silêncio. -----

----- Em Agosto de 2004, segundo a CML, estava concluído o relatório de apreciação das propostas. No início de 2006, segundo o Senhor Presidente da Câmara, ainda se estava na fase de apreciação das propostas e agora, segundo informações da SIMTEJO, as propostas só foram entregues em 8 de Junho de 2006. Portanto, estava-se a andar para trás e seria bom que o Senhor Presidente da Câmara dissesse se o relatório de apreciação das propostas referente ao concurso público para a ETAR de Alcântara estaria ou não concluído e para quando previa a Câmara o início do funcionamento da ETAR de Alcântara com tratamento secundário. -----

----- **A Deputada Municipal Maria da Graça Ferreira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que, obviamente, muitas coisas tinham sido feitas durante os cerca de 230 dias que já lá iam de mandato. Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Charneca elegera dois aspectos para chamar especial atenção sobre aquilo que lhe parecia menos bem, ou seja, que não estava bem. -----

----- Um dos aspectos já tinha sido ventilado e referia-se ao estado das vias públicas. A esse respeito, gostaria ainda de sub-dividir. Um tinha a ver com os ecopontos, ou seja, recolha de lixo. Já tinha colocado essa questão em tempos na Assembleia Municipal, através de uma moção que não tivera, lamentavelmente, a votação favorável da bancada do Senhor Presidente, mas também fora dito que estava em vista a substituição dos mesmos porque se consideravam de facto impróprios. Tinha aguardado, era natural, mas agora ficava à espera que com celeridade e com eficácia, viessem a ser colocados nos diversos locais, para se eliminarem problemas que vinham ocorrendo e multiplicado por zonas, sobretudo as mais periféricas da cidade. -----

----- A esse respeito, queria ainda referir que era importante essa colocação ser feita em colaboração com as autarquias, porque não bastava colocar equipamentos novos, que esperava que fossem efectivamente adequados, nada a levava a crer que não fossem e tinha que ter confiança, mas o local da respectiva colocação era também importante. Vinha havendo vários reparos de moradores que eram pertinentes e podia-se colaborar nessa tarefa. -----

----- Outro aspecto era o estado da via pública. Outros Presidentes de Junta já tinham referido esse aspecto e também o sublinhava. No que respeitava a sinalização, em muitos aspectos ela era perfeitamente inexistente, por exemplo, junto a escolas, com maior gravidade. Acresciam também os vários buracos que iam aparecendo e que muitas vezes demoravam tanto tempo a reparar, ou não eram reparados. As bermas por limpar, cheias de ervas daninhas, com todas as implicações que daí advinham e que também já tinham sido mencionadas, como o risco de incêndios e o aparecimento de animais indesejáveis. -----

----- Por tudo isso, os vários elementos da Junta, a entidade mais próxima das populações, vinham merecendo vários tipos de reparos, algumas vezes de forma pacífica, muitas outras vezes nem por isso, ou seja, a Junta de Freguesia acabava por receber o embate de todo o mau estar e por isso mesmo, apesar de ter enviado sistematicamente ofícios a expor a situação, acompanhados de fotografias, não vinha tendo a esse respeito resposta adequada e estava a ser objecto de uma responsabilização que não lhe cabia. Solicitou ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador uma especial atenção para esse facto. -----

----- Outro aspecto que queria referir era a questão da habitação social. Como se sabia, a Freguesia a que presidia tinha muitos problemas a esse nível. Tinha feito um inventário das situações mais prioritárias, por bairros, identificando por cada bairro as situações mais prioritárias, e tinha entregue à Senhora Vereadora Maria José Nogueira Pinto. Entregara também, paralelamente, uma listagem de fogos devolutos na Freguesia, camarários, que sabia existirem. Tratava-se de situações prioritárias, que não eram exagero nenhum. Aliás, a Senhora Vereadora tinha feito o favor de se deslocar ao local e ela própria lhe tinha confirmado pessoalmente que achava que se havia exagero não era por excesso, mas sim por defeito. -----

----- Gostaria de saber, perante essa situação de identificação das situações e hierarquização das prioridades, identificação das prioridades das prioridades, identificação também das disponibilidades, o que faltava fazer para esse casamento. ----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Senhor Presidente, mais uma vez, não apresentara informação sobre a questão financeira. Era um imperativo legal que a Câmara, de novo, não cumpria. O PCP protestava por esse facto, que representava um claro desrespeito pela Assembleia Municipal e pelos munícipes. Perguntou se essa omissão teria a ver com o buraco financeiro da Câmara. -----

----- Na Informação Escrita o Senhor Presidente dava um grande relevo ao documento da sua campanha eleitoral, com o título “Medidas a Concretizar nos Primeiros 180 dias da Minha Governação na Câmara de Lisboa”. Dizia que “mais de metade das promessas eleitorais foram cumpridas” e acrescentava que “160 foram integralmente executadas, 113 encontram-se em fase adiantada de execução e 36 ficaram por cumprir”. E concluía que “nunca tal taxa de execução foi alcançada em 180 dias de mandato”. -----

----- Certamente que muitos dos Deputados Municipais nunca tinham lido esse documento e confessava que também só o tinha lido para confirmar as afirmações do

Senhor Presidente. Tinha ficado perplexo com tanta demagogia. Na primeira página dizia-se que eram medidas muito concretas e que esse documento era uma nova forma de estar na política, mas as medidas que considerava concretas não passavam de intenções e tratavam-se quase todas de medidas de gestão corrente. Espremidas não davam nada. -----

---- Quanto à nova forma de estar na política, o Senhor Presidente devia estar enganado. Parecia esquecer que tinha chefiado o anterior Executivo, que utilizara despidoradamente o marketing político e nada mudava com esse documento, pelo contrário, nele o marketing era levado ainda mais longe e configurando mesmo publicidade enganosa. Com efeito, mais de um quarto das 309 medidas, ou seja, 79 medidas começavam pela frase “iniciar os procedimentos ou os contactos”, apenas 11 começavam pela palavra “concluir” e, das restantes, quase uma centena começava “para dar continuidade”, “estudar”, “definir”, “pressionar”, “avaliar”. Era isso que tinha prometido aos lisboetas, com objectivos meramente eleitoralistas. -----

---- Perante a vacuidade das promessas, o Senhor Presidente não precisava de 180 dias, 6 dias eram suficientes para cumprir pelo menos 79 das medidas, dando início aos procedimentos e aos contactos através de processos burocráticos. Apesar disso, confessava que só cumprira pouco mais de 50% das medidas. -----

---- Na Informação, o Senhor Presidente destacava 10 das medidas que considerava mais importantes e que dizia ter cumprido. Nessas, não havia nenhuma obra estruturante para a cidade e algumas eram pouco relevantes. Uma das medidas referidas era a criação dos provedores de bairro, mas não parecia que fosse com iniciativas desse tipo que a situação dos bairros iria melhorar. A confiança dos moradores só seria ganha se os problemas fossem resolvidos e, se o Senhor Presidente visitasse os bairros, verificaria que isso não vinha acontecendo. -----

---- Alguns dias antes, tinha visitado com a Vereadora Rita Magrinho, o Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, acompanhados por outros camaradas, o Bairro da Quinta da Cabrinha, onde estava alojada a população do Casal Ventoso. Tinham ouvido as queixas dos residentes, num bairro em que quase 60% da população activa estava desempregada e tinha grandes carências, sendo feitas muitas acusações à Câmara, entre as quais a da deficiente limpeza do bairro e a falta de apoio aos idosos e às colectividades. -----

---- Na sua Informação, o Senhor Presidente dizia que o apoio às colectividades era uma aposta sua. Perguntou qual era a aposta. Os dirigentes dessas colectividades estavam revoltados e com razão e a título de exemplo, porque valia a pena relatar o que se passava, as sedes das colectividades que eram propriedade da Câmara, à qual pagavam renda, tinham apenas um quarto-de-banho quando para lá foram. A Câmara tinha-as obrigado recentemente a fazer um segundo quarto-de-banho, cujas obras a Câmara, como proprietária, devia ter feito mas não fizera e as colectividades tiveram que as pagar do seu bolso. -----

---- Para cúmulo, e isso era relatado por um dos dirigentes, numa vistoria recente de uma das colectividades, fora intimada a fazer um terceiro quarto-de-banho para os funcionários do bar, que eram dois. -----

----- Perguntou se era assim que a Câmara apoiava as colectividades e citava ainda mais três das 309 medidas, a título exemplificativo, por se reportarem à Freguesia de São João de Deus, onde era autarca e onde estava sediada a Assembleia Municipal. -----

----- A primeira era a medida nº 266 e dizia “iniciar os procedimentos para a construção de balneários no Jardim Fernando Pessa”. Os procedimentos tinham sido iniciados, mas ao fim de 6 meses nem havia rasto de balneários. Os Deputados Municipais podiam ir à rua e verificar esse facto. -----

----- A segunda era a medida nº16 e dizia “iniciar os procedimentos conducentes à reabilitação dos logradouros na Av. de Roma, Av. de Paris e Av. João XXI”. Estavam a poucos metros da Assembleia Municipal e era claro que a medida fora cumprida, mas os logradouros continuavam na mesma, em estado deplorável, bastava ir lá visitá-los. --

----- Uma terceira medida na Freguesia era a nº 8, que referia “a instalação de esquadras, visando o policiamento de proximidade”. Havia anos que a esquadra do Arco do Cego fora fechada e nunca mais reabriu, por falta de instalações, mas como era apenas uma intenção, se calhar essa medida também tinha sido cumprida. -----

----- Citava apenas mais uma das promessas eleitorais, que era a reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes e que estava à espera do dinheiro dos casinos. Também essa medida, a nº 255, fora obviamente cumprida, tratava-se de “iniciar os procedimentos conducentes à sua reabilitação”. Perguntou quantos anos havia sobre terem sido iniciados. -----

----- Como se via, as 309 medidas eram promessas eleitoralistas que, parafraseando o slogan da lotaria, foram cumpridas dessa maneira, de forma fácil e barata, sem que a Câmara tivesse que gastar milhões. -----

----- Deixando a questão das 309 medidas para trás, confessava que tinha ficado preocupado ao analisar a actividade da Câmara, particularmente no domínio da Reabilitação Urbana. Passava de novo a citar, “durante o período considerado neste relatório deram entrada um total de 6 processos novos, sendo 3 RECRIA, 1 RECRIPH e 2 REHABITA”. Era muito pouco e pior ainda quando a Câmara esclarecia que “durante este período não foi concluída nenhuma empreitada”. Essa era a área prioritária da Câmara, mas só no papel. -----

----- No domínio do Planeamento Urbanístico tornava-se claro que a Câmara continuava a privilegiar a especulação imobiliária. Os casos dos projectos de Alcântara, Vale de Santo António e da Av. da República eram paradigmáticos. A Casa Garrett fora demolida, o Cinema Europa desaparecia, o São Jorge continuava encerrado. -----

----- Passados 6 meses de gestão do novo Executivo, ao contrário do que o Senhor Presidente afirmava na Informação, a cidade continuava parada, a marcar passo, infelizmente para os lisboetas. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que lendo o relatório do Senhor Presidente da Câmara e tendo ouvido o seu discurso, queria em primeiro lugar fazer uma nota sobre o balanço dos seus 180 dias. Pedia desculpa, mas não podia estar de acordo com o Senhor Presidente que fosse positivo dizer-se que se prometeram 309 medidas e já se tinham feito 160. Ou se prometia ou não se prometia e tinha que se acabar com esse círculo vicioso na política portuguesa, que

desacreditava a política e os políticos, e que era “até nem é mau, do que prometemos já fizemos 50%”. Ainda faltava saber desses 50% e isso não podia ser princípio de que era positivo. Se prometia era porque sabia que era possível fazer, ou então não era possível fazer, mas já que se tinha feito metade estava óptimo. Não, mais uma vez entrava-se nas promessas e disso as pessoas não gostavam. -----

----- O problema do relatório voltava a ser as questões de fundo. Via-se um conjunto de medidas, de coisas feitas e anunciadas, mas o que não se via era a estratégia. O problema não era ter um relatório de medidas avulsas, mais importantes ou menos importantes, mais positivas ou menos positivas, que se pudesse estar mais ou menos de acordo, num relatório trimestral queria-se saber como estava a caminhar a cidade para resolver os seus problemas fundamentais. -----

----- Disse que ia pegar em três problemas estratégicos e perguntou qual era neste momento a estratégia, qual era o combate, quais eram as medidas, quais eram as acções que estavam a ser desenvolvidas para aquilo que estava considerado, que já se falara várias vezes na Assembleia e era unânime em todos os programas eleitorais de todos os partidos, que era a recuperação da cidade. Perguntou como é que a Câmara encarava o problema de recuperar a cidade, falando só do problema dos 75 mil fogos devolutos, para não falar dos milhares e milhares de habitações que não eram recuperadas havia uma série de anos. Tinham sido dados vários exemplos, Avenidas Novas, etc., que não era preciso repetir. Isso não se fazia recuperando mil casas em 4 anos, mesmo que se tivessem recuperado mil casas em 4 anos, ou mil prédios em 4 anos. Estava-se a tratar de um problema de estratégia e esse era fundamental. -----

----- O BE já tinha apresentado várias propostas, porque para isso eram precisas medidas excepcionais, como tinham sido tomadas medidas excepcionais para acabar com os bairros de lata. Não acreditava que fosse possível fazer uma recuperação da cidade sem se tomar um combate decidido de medidas extraordinárias, financeiras, legais, etc. -----

----- Por outro lado, estava-se a viver no mundo actual um problema sério, que já se discutira numa proposta, que era o problema da crise energética. Esse problema tinha que ser encarado de frente, não se podia dizer que se faziam umas sessões da E-Nova e umas coisas assim, tudo isso era importante mas queria saber quais eram as medidas para combater decididamente na cidade a crise energética. -----

----- O Deputado Municipal Miguel Coelho podia vir dizer que o BE era irresponsável por não ser poder, podia dizer tudo o que quisesse, era livre de dizer o que quisesse quando o BE apresentava uma moção de que aumentar os transportes públicos era aumentar a crise energética, que era esse o problema que estava em causa. Se os Deputados Municipais se lembrassem, tinha havido um debate cerca de sete anos antes na sala da Assembleia Municipal, onde estava o Presidente da Carris, que fora claro ao dizer que os estudos que a Carris tinha apontavam para cada quilómetro que a Carris conseguisse aumentar em média na sua velocidade da frota, significava poupar por ano um milhão de contos, naquela altura. A frota da Carris não conseguia andar mais depressa. -----



----- Perguntou onde entravam os factores das novas energias nesses transportes e que posição tomava a cidade para controlar os carros. Se havia um aumento dos transportes públicos, naturalmente aumentavam os carros particulares, porque não se estava a ser dissuasor naquilo que era prática em cada um pensar, quanto gastaria a andar no transporte público, que não queria porque estava tudo engarrafado, e no carro particular. -----

----- Sobre esse problema era preciso tomar um debate e o BE tinha uma proposta para fazer um debate sobre ela. Perguntou se a Câmara queria debatê-la, debater as medidas para como cortar decididamente o transporte privado em várias zonas da cidade. Podiam ser anti-populares, pois podiam, mas tinham que se tomar medidas sérias e não as fáceis de aumentar num ano 4 vezes os transportes públicos. Quanto mais se fizesse isso, mais o carro particular ia andar, mais se ia consumir, mais energia ia para a factura do Orçamento de Estado e, portanto, mais se ia gastar e a seguir pagar ainda mais e mais a Carris ia custar. Por isso era preciso discutir qual a estratégia de apoio a todas as novas construções do ponto de vista das energias alternativas, etc. -----

----- Terceira questão estratégica era que sabiam todos que as câmaras atravessavam uma grave crise financeira e o problema que estava colocado, ainda por cima com algumas medidas que o Governo anunciara e que gostaria muito de vir a discutir, era quais as medidas estratégicas que se iam tomar para resolver os problemas financeiros da Câmara. Se nem sequer apresentavam, como já fora dito pela intervenção anterior, aquilo que era obrigatório apresentar, que era a informação financeira do trimestre! Já tinha falado com o Senhor Presidente, já se tinha debatido e aprovado na Assembleia Municipal que o Governo devia pagar, por exemplo uma receita extraordinária para a Câmara, imposto sobre os seus imóveis na cidade, porque a cidade prestava-lhes serviços de arruamentos, de iluminação, de limpeza, etc. Já se tinha falado sobre isso e até já se provara. -----

----- Perguntou quais foram as medidas que a Câmara tinha tomado para ir decididamente junto do Governo e dizer que era preciso tratar desse assunto. Lisboa não podia pagar o custo da capitalidade sozinha, porque havia o custo da interioridade mas também havia o custo da capitalidade, o custo da macrocefalia do aparelho de Estado a quem a Câmara fornecia tudo gratuitamente. A Câmara não tinha mais meios financeiros. De outra forma viria aí, provavelmente, e gostaria de perguntar concretamente ao Senhor Presidente, a única forma que até agora, no neo-liberalismo reinante, quer ao nível dos Governos do Bloco Central que apareciam, quer ao nível das câmaras, que era vender património. -----

----- Tinha ouvido dizer, não sabia se era verdade ou mentira, que a Câmara estava neste momento a negociar a venda da Quinta da Paz no Lumiar. Gostava de saber se a Assembleia iria ser informada disso. Também tinha ouvido dizer, não sabia se era verdade, que a Câmara estava a negociar a venda do Palácio do Marquês de Pombal, na Rua do Século. Ouvira dizer que a Câmara estava a negociar mais vendas de património. Podia-se vender o património todo, mas toda a gente sabia que quando se vendia o património chegava uma altura em que acabava e não era com isso que se

resolvia o equilíbrio financeiro da Câmara. O BE não estava de acordo em que fosse essa a estratégia para resolver o problema. -----

----- Disse que tinha ouvido com atenção a intervenção do Senhor Presidente, mas não ouvira a explicação a um ofício que tinha recebido da Mesa da Assembleia Municipal e da Presidente da Assembleia Municipal sobre a razão pela qual a CML levava meses a responder a vários requerimento e moções solicitados pela AML. O BE entendia que no relatório do Senhor Presidente, o respeito pelo órgão que estava ao seu lado, que era a Assembleia Municipal, o parlamento da cidade, que merecia o respeito de se dizer que havia um atraso em responder e estavam-se a tomar tais medidas para que isso não acontecesse mais. -----

----- A última lista que fora distribuída aos líderes dos vários partidos era de uma série de páginas com coisas que a Assembleia Municipal enviara à Câmara e que não tinha obtido resposta. Para já não lembrar ao Senhor Presidente as múltiplas informações que vinham sendo solicitadas à CML, havia muito tempo, por exemplo sobre quando os Deputados Municipais saberiam, e ia repetir uma coisa que já dissera em reunião de líderes onde estava o Senhor Vereador António Proa, quando saberiam uma coisa que tinha sido pedida por unanimidade dos partidos na comissão sobre os estádios de futebol, que era quanto a EPUL tinha pago ao Benfica e ao Sporting. Ainda hoje não se sabia isso. Sabia-se que o Presidente do Conselho de Administração da EPUL na altura dissera na reunião da comissão que tinha pago um valor que não era aquele que tinha sido aprovado. Tinha havido unanimidade dos partidos da comissão a dizer que não se tinha aprovado isso, pediram-se explicações à Câmara e queria-se ver as contas, mas até hoje nada e já lá iam uns anos. -----

----- Também tinha sido prometido, já lá iam dois anos, que havia de ser explicado à Assembleia Municipal como um trabalhador da EPUL era despedido com uma indemnização de 20 mil contos e no mês seguinte começava a receber a recibos verdes 7 mil euros como trabalhador indiferenciado. -----

----- O Senhor Presidente fazia um relatório, mas não explicava aquilo que acontecera na última Assembleia Municipal, que era um rol de jovens a dizer que estavam a dar dinheiro à EPUL para casas que lhes deviam entregar. Perguntou quais eram as medidas que estavam a ser tomadas para resolver o problema desses jovens, que tinham uma promessa adquirida, dinheiro gasto e não tinham casas. -----

----- Tinha vindo hoje uma notícia a público sobre não haver resposta à Senhora Vereadora Gabriela Seara quanto à obra da Av. Infante Santo. Gostaria de saber se estava de facto licenciada, se a licença fora paga em dinheiro, como mandava a Lei, ou se fora apresentada uma garantia bancária, conforme dizia a notícia. Saber ainda se essa obra já estava em construção e se parte desse empreendimento, que era uma questão que o BE sempre levantara e gostava de ver esclarecida de vez, assentava ou não em terrenos municipais. -----

----- Finalmente, gostava que o Senhor Presidente explicasse qual fora a reunião do Executivo, e tinha consultado todas as reuniões do Executivo, qual fora o dia e o local em que o Executivo da Câmara Municipal de Lisboa tinha deliberado que o local adequado e definitivo para a Feira Popular era o que vinha no relatório, na rotunda da

Bela Vista. Em todas as Ordens de Trabalho da Câmara, desde o início do mandato, não tinha encontrado nenhuma deliberação do Executivo sobre esse assunto e por isso não entendia como vinha tal coisa no relatório. Talvez tivesse vindo na ideia do Senhor Presidente, como era moda do Dr. Pedro Santana Lopes, em que um dia se lembrava que lançara uma coisa mas nas Ordens de Trabalho do Executivo não havia nenhuma deliberação sobre o assunto. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Monteiro (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santos-O-Velho, no uso da palavra, disse que como Presidente da Junta de Freguesia de Santos-O-Velho vinha chamar a atenção para várias situações que continuavam a degradar na Freguesia. Algumas delas já vinham do anterior Executivo e o Senhor Presidente Carmona Rodrigues tinha conhecimento delas, mas continuavam-se a verificar essas situações. -----

----- Estava a falar nos festivais nos espaços da APL, que punham em causa a tranquilidade e o descanso dos cidadãos da Av. 24 de Julho e da Calçada Marquês de Abrantes. Era um caso que já viera à Assembleia Municipal e continuavam-se a fazer os festivais musicais no espaço da APL, porque a Câmara licenciava e a APL dizia que estava licenciado pela Câmara, só que o descanso dessas pessoas não era salvaguardado e a Lei do Ruído não era respeitada. Ainda no último festival os serviços camarários tinham estado em casa de um cidadão e verificaram que o ruído passava os limites estipulados por Lei. -----

----- Proximamente ia haver um festival da TMN, alguns deviam estar agendados a seguir e queria saber qual era a posição da Câmara em relação a essa situação. Não era contra as pessoas divertirem-se, mas tinha que se preservar o descanso de quem tinha o direito de o ter. -----

----- Outra situação era em relação ao Jardim Nun`Álvares. No início do mandato, em conversa com o Senhor Vereador António Prôa, ficara pensado fazer-se uma intervenção no espaço circundante e no próprio jardim, mas passavam oito meses e continuava tudo na mesma situação. -----

----- Em mais de 276 páginas de informação do Senhor Presidente da Câmara e do seu Executivo, uma única vez era falada a Freguesia de Santos-O-Velho. Era falada pela pintura de passeadeiras em quatro artérias da Freguesia. Na Freguesia de Santos-O-Velho tinham sido eleitos para trabalhar e não permitiam nem iam deixar que os continuassem a ignorar, assim como às pessoas que habitavam aquele bairro. -----

----- Na Freguesia havia um monumento nacional, o Chafariz da Esperança, degradadíssimo, com um estaleiro de obras municipais mesmo ao lado, que servia de escudo aos toxicodependentes e o espaço envolvente, que devia ser relvado, um espaço ambiental, era uma sementeira de seringas. Isso não podia continuar, parecia-lhe que Santos-O-Velho devia merecer o respeito da Câmara e a Junta estava disposta a trabalhar com a Câmara, tinham sido eleitos para isso, mas não podiam deixar que situações dessas continuassem a existir. -----

----- Finalmente, tinha-se fechado o trânsito em Alfama, tinha-se fechado ou condicionado o trânsito no Bairro Alto, condicionava-se o trânsito no Castelo e a pergunta que fazia era quando se condicionaria o trânsito na Madragoa. Tinha um

percurso pedonal, a Rua Vicente Borga, que continuava sem ser fechada. Estava-se à espera que acontecesse um novo Chiado e então a Câmara teria que assumir as suas consequências. -----

----- **O Deputado Municipal Francisco Maia (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra, disse que tinha o Senhor Presidente da Câmara acabado de fazer uma intervenção onde referira que tanto nas pequenas coisas como nas grandes coisas, tinha uma postura igual. Acreditava que fosse, mas havia coisas que se calhar o Senhor Presidente desconhecia e ia só citar uma, numa perspectiva construtiva mas ao mesmo tempo numa perspectiva de chamar o Senhor Presidente à realidade. ----

----- Nas medidas do Senhor Presidente havia uma onde dizia que iria recuperar o Miradouro de Santa Luzia, que de facto era uma zona muito degradada. Acreditava na sua boa vontade, assim como da equipa que lhe estava afecta, porque vinha tendo um comportamento com a sua Junta de Freguesia que considerava bastante correcto, mas gostava que o Senhor Presidente olhasse para aquele projecto. O Senhor Vereador António Proa, muito recentemente, tivera a amabilidade de ir à Freguesia e tinha com ele percorrido as ruelas de Alfama, para onde o Senhor Presidente também gostava de ir, e verificaram que de facto o miradouro estava muito degradado, como, aliás, alguma imprensa noticiara. -----

----- No entanto, uma coisa era reparar o Miradouro de Santa Luzia com um projecto de recuperação, que estava ali havia mais de 40 anos e sempre gostara muito daquele miradouro, outra coisa era recuperar o miradouro com o projecto existente. Bastava dizer que o miradouro tinha três plataformas principais, em que a de cima era o chamado Jardim Júlio de Castilho, com uma fonte, a Igreja Cruz de Malta e um rico painel do século XVII ou XVIII, que era uma das coisas mais bonitas de Lisboa, que já alguém tentara roubar mas que a tempo e horas o Gabinete Técnico de Alfama o retirara e voltara a colocar. Havia 28 anos que estava naquela Junta de Freguesia e, portanto, sabia um bocadinho da história disso tudo. O que o projecto novo apresentava para a parte superior do Miradouro de Santa Luzia era tirar os lindos canteiros lá existentes, tirar o painel de azulejos, mandando-o encaixotar para o Museu da Cidade, e fazer ali aquilo que modernamente os arquitectos chamavam jardim de pedra, muito usado nas zonas novas da cidade. Toda a gente que vinha a Lisboa, que descia da Colina do Castelo de São Jorge até Alfama, até ao rio, tinha uma memória muito importante daquele espaço. -----

----- Na plataforma do meio havia uma pequena esplanada, com uns canteiros envolventes, onde em tempos tinham existido casas-de-banho que eram públicas. O que propunham era tirar aqueles canteiros, aumentar uma escadaria, tirar uma fonte lindíssima lá existente e pô-la noutra local. Em seu entender era “gato escondido com rabo de fora”, porque aquilo não seria mais do que para aumentar o espaço da esplanada. -----

----- Descendo mais um pouco, aí era o máximo dos máximos, porque a casinha onde era antigamente o posto de turismo, o Gabinete Técnico de Alfama ia pôr toda essa parte abaixo, destruindo uma casa que restaurara seis meses antes na parte superior, na parte de dentro e na parte de fora. -----

----- Havia intervenções com as quais concordava, como por exemplo no espelho de água ali existente, que podia ser mudado para outro lado, mas não contentes com isso propunham que no muro virado ao Centro de Estudos Judiciários, onde só faltavam dois azulejos, fosse também encaixotado e mandado para o Museu da Cidade porque, segundo dissera o arquitecto que acompanhava o Senhor Vereador, tinha que haver ali uma vista para a Ponte Sobre o Tejo. -----

----- Parecia-lhe importante que o Senhor Presidente pusesse essa medida em acção, agora ou quando pudesse até ao fim do mandato, mas que não desvirtuasse aquilo que a consciência de todos os que por ali passavam reconhecia. Essa era uma questão que considerava fundamental e vital, pelo que o Senhor Presidente teria que ver isso e o Senhor Vereador também. -----

----- O Senhor Vereador nem dera o *agrément* ao técnico que o acompanhava, também notara isso, ficara a pensar muito bem o que havia de fazer. -----

----- Pouco tempo antes tivera uma óptima colaboração da Senhora Vereadora no sentido de minorar alguns problemas de trânsito na sua Freguesia. Tinha sido ali feita uma grande obra de saneamento básico, uma conduta que fora metida entre o Museu do Fado e da Guitarra e o Chafariz D'El Rei, mas que não resolvera nada. O Senhor Presidente era um óptimo professor de hidráulica, pelo menos era o que dizia o seu filho, que fora seu aluno, e não havia obra em hidráulica que não pudesse ser solucionada. Devia ter sido um enorme dispêndio da Câmara e ainda agora, quando chovera, a Parreirinha de Alfama tinha levado água até um metro e meio de altura, estavam lá as marcas que podiam ser vistas. -----

----- Tinha saído no jornal o anúncio da adjudicação de mais uma esplanada no Miradouro de Santa Luzia. Não era contra as esplanadas, mas adjudicavam-se sem se fazerem casas-de-banho e depois as escadinhas eram os urinóis das pessoas que fossem para lá beber cerveja. Tinha mostrado isso ao Senhor Vereador. -----

----- Alertado pela Mesa, pela segunda vez, para o facto de ter excedido largamente o tempo disponível para intervir, disse que estava a tentar resolver algumas situações e que era pena a imprensa não estar presente. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que queria realçar de novo uma questão de forma, a postura que o Executivo Municipal vinha demonstrando de abertura, de transparência e de humildade perante a Assembleia Municipal de Lisboa, mas sobretudo perante Lisboa, perante os munícipes. Isso revelava-se, entre outras coisas, na prestação de contas dos 180 dias, revelava-se numa apresentação que fora feita espontaneamente pelo Vereador da Cultura na Assembleia Municipal anterior sobre política cultural da Câmara e num conjunto diversificado de outras iniciativas dos Senhores Vereadores, dispostos a ir ao terreno, dispostos a ouvir quem soubesse, dispostos a colar o ouvido ao chão para ouvir o bater do coração da cidade. Era uma postura diferente daquilo a que se estava habituado e queria realçar. ---

----- Em questão de conteúdo, queria também dar três pinceladas, mas, pegando nas palavras do orador anterior, de facto havia muitos assuntos por resolver, haveria sempre e ainda bem, ou significaria que a cidade estava morta. O actual Executivo Camarário estava a trabalhar com os meios existentes, com os recursos existentes, com os

funcionários existentes, com a sua capacidade, na resolução, dentro das suas prioridades, das questões colocadas a Lisboa e aos que aí vivessem ou trabalhassem. Essa era a sua função, era isso que estava a fazer e, na sua opinião, a fazer bem. -----

----- Por exemplo, a questão dos provedores de bairro. Fora desqualificado, até de forma pouco elegante para as pessoas em concreto que iriam desempenhar essa função, mas isso era uma nota fundamental de proximidade aos munícipes na percepção de um conjunto de questões que um processo de reabilitação urbana sempre envolvia, de incómodos e de incompreensões. Não havia como ter figuras que, sendo reconhecidas do público pelas várias áreas de intervenção onde funcionassem, mais facilmente pudessem mediar uma determinada ideia, uma determinada medida, um determinado conceito junto da população. Era, portanto, uma iniciativa a apoiar e desde já seria importante que também na Assembleia Municipal tivessem reconhecido que a Câmara respondera a tempo e horas ao pedido que lhe fora feito para dizer qual era o enquadramento dos provedores de bairro, sendo que já todos tinham recebido essa informação. -----

----- Era de referir a inauguração do Casino de Lisboa e sobretudo aquilo que ia gerar em termos de contrapartidas para a Câmara, porque havia a ideia de aplicação dessas contrapartidas na reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes, no Parque Mayer e no novo Museu dos Coches, mas também para o Governo Central e, ao que parecia, o próprio Ministro da Economia iria poder brilhar com a reabilitação da zona de Belém, à conta das contrapartidas do casino. -----

----- Também a questão da nova Praça de Touros do Campo Pequeno, um *ex-libris* da cidade, em que a forma como fora reabilitada iria traduzir-se numa nova atracção, numa nova âncora numa zona nobre da Cidade de Lisboa. -----

----- De referir ainda o *cow-parade*, não só pelo impacto visual, pela novidade e pela frescura que introduzira na cidade, mas sobretudo pelo facto de haver receitas que iam decorrer do leilão dessas obras de arte em favor de instituições de solidariedade social da Cidade de Lisboa. Para quem considerava alguns *graffitis* como obras de arte, isso eram obras de arte verdadeiras. -----

----- Também referir o desencalhar de um processo que estava difícil, o da nova Feira Popular. Em boa hora estava desencalhado. -----

----- Também uma nova postura na delegação de competências nas juntas de freguesia, transparência, rigor, clareza, discussão com as juntas, que porventura nem sempre estariam de acordo, mas um processo de negociação não significava que todas as partes ganhassem tudo o que queriam. Tinha havido seriedade, competência, empenho e havia sobretudo uma responsabilização que a Câmara queria ter sobre esse processo e que os executivos anteriores, de maioria PS/PCP, nunca quiseram ter. Limitavam-se a atirar para as freguesias a delegação de competências e as verbas para dizerem que tinham executado enormemente o seu plano de actividades. -----

----- Finalmente, o aumento da oferta de estacionamento em Lisboa, com soluções imaginativas e em áreas de interface com meios de transporte pesado, vindos de fora do Município de Lisboa. Aqui pegava no que o Deputado Municipal Carlos Marques dissera, e que estava totalmente de acordo, quanto à questão dos transportes. Era

impossível haver qualquer política municipal de transportes, qualquer política municipal que procurasse disciplinar o trânsito na Cidade de Lisboa, se não houvesse aquilo que se tinha referido, uma Autoridade Metropolitana de Transportes que fizesse uma verdadeira gestão da Área Metropolitana de Lisboa entre o que entrava e saía em termos de veículos particulares e de veículos públicos nos vários municípios da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Não resistia a dar uma nota sobre o que o Deputado Municipal Modesto Navarro referira, dando a indicação de que não havia a actividade da Câmara, quanto à Ordem de Trabalhos. Era uma questão que o Regimento teria que abordar, a excessiva antecedência com que as ordens de trabalho tinham que ser agendadas, implicando depois que perante situações de reuniões ordinárias houvesse por vezes dificuldade em compaginar a actividade da Câmara com a actividade da Assembleia Municipal. -----

----- Nos últimos três meses, em cerca de 180 propostas que foram ao Executivo Municipal, podia dizer ao Deputado Municipal Modesto Navarro que 19 foram aprovadas por maioria simples, 43 por maioria absoluta, ou seja, mais de 10 Vereadores, 81 por unanimidade, 19 foram adiadas, 3 foram rejeitadas e 9 foram retiradas. Isso significava a prática do actual Executivo em envolver, na medida do possível e na medida do respeito pelo seu programa, todas as forças políticas representadas em Lisboa. -----

----- **O Senhor Vereador António Proa**, no uso da palavra, disse que em primeiro lugar queria prestar alguns esclarecimentos sobre a questão dos espaços verdes e a sua manutenção na Freguesia de Santa Maria dos Olivais. Se por um lado não valia a pena dizer que estava tudo bem e não havia problemas, porque isso não correspondia à verdade e, aliás, tinha tido já ocasião de trocar impressões com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, também não era verdade a ideia de que os espaços verdes na Freguesia de Santa Maria dos Olivais estavam todos ao abandono. De facto, havia alguns problemas, com zonas a serem mantidas e tratadas, outras zonas não estavam a receber o cuidado que mereciam. Como deviam imaginar o Senhor Presidente da Junta e os Deputados Municipais, não tinha gosto nenhum em assumir e admitir a existência de problemas na manutenção dos espaços verdes na Freguesia e isso tinha uma explicação, que passaria a dar. -----

----- Ainda antes da explicação, dizer que já tinha começado na semana anterior uma intervenção extraordinária, no caso com recurso aos serviços do Departamento de Higiene Urbana, com vista a acudir às situações mais críticas em termos do mato que entretanto crescera. Portanto, a Câmara já estava a intervir extraordinariamente. -----

----- Por outro lado, a razão dessa situação prendia-se com o facto daquela zona da cidade ser mantida com recurso a uma prestação de serviços e acontecia que esse contrato de prestação de serviços terminara, sendo que entretanto tinha sido lançado um concurso para dar seguimento e nunca fora adjudicada a manutenção. Havia quase três anos que essa situação se arrastava e, curiosamente, porque por três vezes tinha sido proposta à Câmara a adjudicação dessa prestação de serviços e por três vezes, por intervenção do então Vereador Vasco Franco do PS, foram levantadas questões que

fizeram com que a proposta fosse retirada. Portanto, o processo tinha-se arrastado esse tempo todo e, infelizmente, não se resolvera. -----

----- As dúvidas colocadas eram, algumas delas, de todo pertinentes, mas o facto era que a questão se tinha arrastado sem solução à vista. Tinha sido confrontado com esse problema, no corrente ano tinha chovido mais e o mato crescera bastante, mas o facto era que não havia concurso, não havia empresa para fazer manutenção dos serviços, a Câmara não dispunha de recursos próprios suficientes e, por um lado, tivera que lançar mão ao recurso do Departamento de Higiene Urbana e, por outro lado, recurso a um procedimento provisório mais expedito que aguardava disponibilidade na alteração orçamental de Junho. No mês de Julho já estaria no terreno, para além do Departamento de Higiene Urbana, que estava a acorrer às situações mais graves, estaria já a tal prestação de serviços provisória, até se normalizar de novo a situação com o cancelamento do anterior concurso público. Isso não era fácil, mas a atitude que devia ter sido tomada antes não fora, sê-lo-ia agora. -----

----- A situação estava controlada e iam ser tomadas medidas, que algumas delas já estavam a ser, mas seriam no início do mês de Julho. -----

----- Relativamente à questão dos protocolos com as juntas de freguesia quanto à Acção Social, nas últimas semanas conversara com o Senhor Vereador Sérgio Lipari, que tutelava essas áreas, e as avaliações dos projectos apresentados pelas juntas de freguesia tinham sido recentemente terminadas, sendo que na próxima alteração orçamental na Câmara iriam ser feitos os ajustes que permitiriam as transferências para as juntas. Até ao final da presente semana o Senhor Vereador teria concluído todo o processo de avaliação e logo no início da semana seguinte estaria nas mãos de todos os Presidentes de Junta as verbas que teriam disponíveis para essas áreas funcionais relativas à Acção Social e Educação. Portanto, diria que durante o mês de Julho seriam efectuadas as transferências e até ao final do mês corrente teriam conhecimento das verbas a ser transferidas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que, em termos de balanço, a apresentação que hoje fora feita e que tinha suscitado as diversas intervenções não era no essencial diferente de todas as anteriores, ou seja, estava-se perante um documento que tentava traçar o que fora de essencial realizado na Câmara de Lisboa num período de dois meses e havia sempre a tentação natural e a vontade de questionar o Executivo sobre muitas outras coisas que não tinham a ver directamente com o que era trazido no relatório. -----

----- Era assim, por exemplo, quando o Deputado Municipal Carlos Marques levantava questões sobre a visão estratégica. A Câmara não tinha uma visão estratégica a cada dois meses, tinha uma visão estratégica não só para um mandato, como para além disso, e era assim que havia um documento chamado “Visão Estratégica 2012”, que supunha já ter sido distribuído também na Assembleia Municipal e que justamente traçava essa visão estratégica. A estratégia estava acima dos planos, os planos estavam acima dos projectos e, portanto, havia uma escala temporal que não era consentânea com o vir à Assembleia Municipal a cada dois meses apresentar uma visão estratégica. Mal estariam se tivessem que apresentar uma visão estratégica de dois em dois meses. -----



----- Noutro limite de intervenções que eram feitas na Assembleia Municipal, com toda a simpatia que lhe merecia o Senhor Presidente da Junta de Santos-O-Velho, que referira que a Câmara só prestara atenção nos últimos dois meses à lavagem das passadeiras, mais devia preocupar não só o autarca da Freguesia de Santos-O-Velho, como o Presidente da Câmara de Lisboa, qualquer lisboeta ou português, era o aterra que se queria fazer em frente a Santos para pôr mais uma série de contentores a mais por ano. Isso, sinceramente, preocupava-o mais do que a questão da limpeza das passadeiras, que era importante, assim como o trabalho desenvolvido pela Senhora Vereadora Marina Ferreira, no sentido de temporizar de forma diferenciada a semaforização da Av. 24 de Julho e a introdução de novos semáforos, que essa sim, já tivera medidas concretas positivas na diminuição da sinistralidade automóvel nessa zona da Cidade de Lisboa. -----

----- Também com toda a simpatia e amizade que tinha pela Freguesia de São Miguel e pelo seu Presidente, até porque era um frequentador assíduo e gostava muito de Alfama, mas se tivesse uma câmara com cerca de 180 funcionários, como um colega que conhecera do interior do País, era natural que conhecesse em detalhe as floreiras de cada projecto. Na verdade, não conhecia em detalhe as floreiras de cada projecto da cidade, tentava saber o mais possível mas não conseguia e, portanto, obviamente tinha que delegar nos Vereadores, nos Directores Municipais, nos técnicos competentes de vários serviços da Câmara, que formulavam as propostas, levavam à consideração superior, que levavam ao merecimento da aprovação do Vereador, iam a sessão de Câmara e eram aprovadas. -----

----- De qualquer modo, dava bons ouvidos a tudo o que era dito na Assembleia Municipal e tentava transmitir para os Vereadores, mesmo os que não estavam presentes. Também para isso estavam presentes os assessores, que esperava que continuassem a estar, precisamente para melhor se poder funcionar na prossecução dos objectivos propostos. -----

----- Quando o Deputado Municipal Feliciano David falava em especulação imobiliária, era para onde dormia mais descansado. Nunca tinha pertencido a um executivo camarário que tivesse aprovado condomínios fechados em Lisboa e, portanto, não era consigo com certeza essa forma de fazer política de gestão urbana na Cidade de Lisboa.

----- Quanto às questões da energia que o Deputado Municipal Carlos Marques tinha referido e que também lhe eram muito caras, dois meses antes, na apresentação do balanço, tinha tido oportunidade de falar sobre uma iniciativa do Senhor Vereador António Proa, justamente do Programa OPTAR, que já hoje permitia poupar largos milhares de litros de água na rega dos espaços verdes da Cidade de Lisboa. O Deputado Municipal Carlos Marques, provavelmente, não teria na altura prestado a melhor atenção ao assunto, mas era uma das medidas, entre outras, que estavam a ser desenvolvidas e que já tinham resultados práticos, era já um projecto em acção. -----

----- Ainda nos espaços verdes, para além dos esclarecimentos que tinha feito o Senhor Vereador António Proa, podia dizer uma que tinha sido feita no início do mandato e que se calhar ainda não tinha sido suficientemente digerida, mas que era da maior importância. Todos queriam mais espaços verdes na cidade, mas de melhor qualidade e

mais sustentáveis e tinha-se tomado uma decisão, em sede de urbanismo, de que todos os novos loteamentos, todo o domínio privado que passasse para o domínio da Câmara, passar isso a domínio público mas obrigar o proprietário a ser responsável pela manutenção desses espaços. Essa decisão tinha sido tomada no início do mandato, justamente no sentido de contribuir para a manutenção dos espaços verdes que proliferavam pela cidade. Gostava que proliferassem, mas tinha que se acautelar a forma de os manter e essa era seguramente uma boa forma de não constituir mais desafios para os quais não havia meios suficientes. -----

----- Quanto à ETAR de Alcântara, tinha sido feito um relatório da comissão de apreciação, a actual tutela governamental da SIMTEJO entendera que havia dúvidas em qualquer uma das propostas levadas até à fase final e, tanto quanto sabia, estavam a tentar falar com os diversos proponentes que chegaram a essa fase para ver se haveria alguma forma de reformularem as propostas para poder ser utilizado o concurso e para chegar a uma adjudicação. Portanto, estava nas mãos da tutela, que estava por cima da própria Administração da SIMTEJO, que por sua vez era uma empresa multi-municipal, para a qual se tinha feito sentir a necessidade e a urgência em haver uma decisão tão célere quanto possível para a Cidade de Lisboa. -----

----- Quanto aos pedidos que eram feitos pela Assembleia Municipal à Câmara, era de seu gosto que fosse feito esse balanço periodicamente, de quais os pedidos e quais as respostas dadas e com que atraso ou não. -----

----- Genericamente, ficava satisfeito pela oportunidade de estar na Assembleia Municipal e de haver o debate, embora não concordando com algumas frases mais apimentadas que eram feitas, mas entre os voos de maior altitude e os voos mais rasantes sobre a cidade, agradecia as contribuições que pudessem ajudar a melhorar não só o relatório, mas especialmente a execução física das acções que gostava de pôr em prática na cidade, que essas sim, interessavam. -----

----- Ficava o desafio para a contribuição de todos, para um enriquecimento das ideias, dos projectos e das acções. Eram essas que contavam e eram essas que estavam empenhados em fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que com base na amizade existente e no conhecimento de alguns anos, recordava ao Senhor Presidente da Câmara que tinha feito uma intervenção com imensas perguntas, sobre o Parque Mayer, sobre o Cinema Europa, vários aspectos da cidade, sendo que o Senhor Presidente sobre isso não dissera nada. Já anteriormente, noutra situação igual, tinha colocado questões relativas ao Cinema Europa, questões culturais, etc., recebendo zero de respostas. Perguntou ao Senhor Presidente se achava bem que lhe oferecesse uma cópia da sua intervenção para eventualmente, se entendesse, depois responder por escrito. -----

----- Havia questões que convinha esclarecer e o PCP, como Grupo Municipal, ao colocar as questões fazia-o de forma séria, as matérias eram analisadas e não ia atrás daquilo que o Senhor Presidente entendia trazer. Havia outras questões que tinha todo o direito de levantar e questionar a Câmara Municipal sobre elas. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Senhor Presidente referira os concursos que teriam sido lançados relativamente à ETAR de Lisboa, mas tinha dúvidas sobre se estaria actualizado na sua informação, uma vez que no passado dia 9 tinha estado a visitar a SIMTEJO juntamente com o Senhor Vereador Sá Fernandes e vira os volumes apresentados pelos diversos concorrentes a um concurso cujo prazo de apresentação de propostas terminara no dia anterior, no dia 8. Portanto, a informação que fora prestada ao Deputado Municipal José Luís Ferreira parecia não estar actualizada. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Monteiro (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santos-O-Velho, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que desconhecia a situação dos novos contentores que iriam ser colocados e gostava de ser melhor esclarecido em relação a isso. Como Presidente de Junta, tanto se preocupava com essa situação como com todas as outras que afectassem as pessoas que moravam na Freguesia, no próprio bairro e na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 20 horas e 35 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária \_\_\_\_\_ . -

----- O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----